

**Almacenes Éxito S.A.**

**Demonstrações contábeis consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

**Almacenes Éxito S.A.****Demonstrações contábeis consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

	Página
Certificação pelo Representante Legal da Controladora e Contador Chefe	4
Demonstrações consolidadas da posição financeira	5
Demonstrações consolidadas dos resultados	6
Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes	7
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	8
Demonstrações consolidadas das mutações no patrimônio líquido	9
Nota 1. Informações gerais	10
Nota 1.1. Participação acionária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas	10
Nota 1.2. Subsidiárias operacionais colombianas e estrangeiras	12
Nota 1.3. Subsidiárias com participações materiais não-controladoras	14
Nota 1.4. Restrições à transferência de recursos	16
Nota 2. Fundamento para elaboração	16
Nota 3. Fundamento para consolidação	18
Nota 4. Políticas contábeis significativas	19
Nota 5. Normas e interpretações novas e modificadas	32
Nota 5.1. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	32
Nota 5.2. Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas antes de 1 de janeiro de 2020	34
Nota 5.3. Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas em 2020	34
Nota 5.4. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	34
Nota 5.5. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2020, emitidas antes de 1º de janeiro de 2020	34
Nota 5.6 Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019	35
Nota 5.7 Normas aplicadas a partir de 2019, emitidas antes de 1º de janeiro de 2019	35
Nota 5.8 Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019	35
Nota 5.9 Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2019, emitidas antes de 1º de janeiro de 2019	35
Nota 6. Combinações de negócio	36
Nota 6.1. Combinações de negócio realizadas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	36
Nota 6.2. Combinações de negócio concluídas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020	36
Nota 6.3. Combinações de negócio realizadas e concluídas durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2019	36
Nota 6.3.1. Combinação de negócio Ardal S.A.	36
Nota 7. Capital circulante líquido	36
Nota 8. Créditos comerciais e outras contas a receber	37
Nota 8.1. Créditos comerciais	37
Nota 8.2. Outras contas a receber	37
Nota 8.3. Créditos comerciais e outras contas a receber classificadas como circulantes ou não circulantes	38
Nota 8.4. Créditos comerciais e outras contas a receber por vencimento	38
Nota 9. Despesas pagas antecipadamente	39
Nota 10. Contas a receber e Outros ativos não financeiros com partes relacionadas	39
Nota 11. Estoques líquidos e Custo de vendas	40
Nota 11.1. Estoques líquidos	40
Nota 11.2. Custo de vendas	40
Nota 12. Outros ativos financeiros	43
Nota 13. Ativo imobilizado líquido	44
Nota 14. Propriedade de investimento líquida	45
Nota 15. Direitos de uso líquidos	47
Nota 16. Ágio	47
Nota 17. Ativos intangíveis líquidos, além do Ágio	48
Nota 18. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	50
Nota 18.1. Informações não financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	50
Nota 18.2. Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	50
Nota 18.3. Objetivo empresarial dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	50
Nota 18.4. Outras informações sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	51
Nota 19. Mudanças na classificação dos ativos financeiros	51
Nota 20. Passivo financeiro	51
Nota 20.1. Passivo adquirido em contratos de crédito em aberto em 31 de dezembro de 2019	53
Nota 20.2. Passivo adquirido em contratos de crédito obtido em 31 de dezembro de 2020	53
Nota 21. Benefícios para empregados	53
Nota 21.1. Planos de benefícios definidos	52
Nota 21.2. Plano de benefícios a longo prazo	55
Nota 22. Outras provisões	57
Nota 22.1. Outras provisões classificadas como circulantes ou não circulantes	59
Nota 22.2. Previsão de pagamentos de outras provisões	59
Nota 23. Contas a pagar e outros passivos financeiros a pagar a partes relacionadas	59
Nota 24. Débitos comerciais e outras contas a pagar	60
Nota 25. Passivo de arrendamento	60

	Página
Nota 26. Imposto de renda	60
Nota 26.1. Regulamentação fiscal aplicável à Controladora e às suas subsidiárias colombianas	60
Nota 26.2. Regulamentação tributária aplicável às subsidiárias estrangeiras	64
Nota 26.3. Ativos e passivos fiscais circulantes	64
Nota 26.4. Imposto de renda	66
Nota 26.5. Imposto diferido	68
Nota 26.6. Efeitos da distribuição de dividendos sobre o imposto de renda	69
Nota 26.7. Ativos e passivos fiscais não circulantes	69
Nota 27. Outros passivos financeiros	69
Nota 28. Outros passivos não financeiros	71
Nota 29. Capital social, ações em tesouraria recompradas e ágio sobre a emissão de ações	72
Nota 30. Reservas, Lucros acumulados e Outro resultado abrangente	72
Nota 31. Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes	73
Nota 32. Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas	74
Nota 33. Despesas com benefícios aos empregados	75
Nota 34. Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos (perdas) líquidos	76
Nota 35. Receitas e despesas financeiras	77
Nota 36. Participação da renda em associadas e joint ventures que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	78
Nota 37. Lucro por ação	78
Nota 38. Operações com partes relacionadas	79
Nota 38.1. Remuneração do pessoal-chave da administração	79
Nota 38.2. Operações com partes relacionadas	80
Nota 39. Perda por redução ao valor recuperável de ativos	80
Nota 39.1. Ativos financeiros	80
Nota 39.2. Ativos não financeiros	80
Nota 40. Mensuração do justo valor	83
Nota 41. Ativos e passivos contingentes	88
Nota 41.1. Ativos contingentes	88
Nota 41.2. Passivos contingentes	88
Nota 42. Compensação de ativos e passivos financeiros	89
Nota 43. Dividendos declarados e pagos	89
Nota 44. Arrendamentos	90
Nota 44.1. Arrendamentos financeiros quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendatárias	90
Nota 44.2. Arrendamentos operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendatárias	90
Nota 44.3. Arrendamentos operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são arrendadoras	90
Nota 45. Sazonalidade das operações	91
Nota 46. Informações sobre segmentos operacionais	91
Nota 47. Política de gestão de riscos financeiros	92
Nota 48. Ativos e passivos não circulantes detidos para negociação e operações descontinuadas	97
Nota 48.1. Via Varejo S.A.	98
Nota 48.2. Companhia Brasileira de Distribuição – CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.	98
Nota 48.3. Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S.)	99
Nota 49. Fatos e circunstâncias que estendem a mais de um ano o período previsto para a venda de ativo imobilizado e propriedades de investimento mantidos para negociação	100
Nota 50. Fatos relevantes	100
Nota 51. Eventos posteriores ao período coberto pelo relatório	105

**Almacenes Éxito S.A.**  
**Certificação pelo Representante Legal e Contador Chefe da Controladora**

Envigado, 22 de fevereiro de 2021

Nós, abaixo assinados Representante Legal e Contador Chefe da Almacenes Éxito S.A., empresa Controladora, cada um de nós devidamente habilitado e sob cuja responsabilidade foram elaboradas as demonstrações contábeis anexas, certificamos que em relação às demonstrações contábeis consolidadas da Controladora e de suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as seguintes afirmações nelas contidas foram verificadas antes de disponibilizá-las ao cliente e a terceiros:

1. Todos os ativos e passivos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade existem, e todas as operações incluídas em tais demonstrações contábeis consolidadas foram realizadas durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.
2. Todos os eventos econômicos alcançados pela Controladora e suas subsidiárias durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas.
3. Os ativos representam prováveis benefícios econômicos futuros (direitos), e os passivos representam prováveis sacrifícios econômicos futuros (obrigações) obtidos pela Controladora e suas subsidiárias ou a seu cargo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.
4. Todos os itens foram reconhecidos com valores apropriados.
5. Todos os eventos econômicos que afetam a Controladora e suas subsidiárias foram devidamente classificados, descritos e divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Certificamos as afirmações acima, conforme o artigo 37 da Lei 222 de 1995.

Além disso, o abaixo assinado representante legal da Almacenes Éxito S.A., empresa Controladora, certifica que as demonstrações contábeis consolidadas e as operações da Controladora e de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão livres de falhas, imprecisões ou declarações errôneas que impeçam os usuários de ter uma visão verdadeira de sua posição financeira.

Esta certificação é emitida nos termos do artigo 46 da Lei 964 de 2005.

Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora

Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T

**Almacenes Éxito S.A.**  
**Demonstrações consolidadas da posição financeira**  
 Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Ativo circulante</b>			
Capital circulante líquido	7	2.409.391	2.562.674
Créditos comerciais e outras contas a receber	8	471.202	379.921
Despesas pagas antecipadamente	9	36.811	43.351
Contas a receber de partes relacionadas	10	39.458	55.044
Estoques líquidos	11	1.922.617	1.900.660
Outros ativos financeiros	12	4.192	43.237
Ativos fiscais	26	362.383	333.850
Ativos não circulantes detidos para negociação	48	19.942	37.928
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.265.996</b>	<b>5.356.665</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Créditos comerciais e outras contas a receber	8	33.708	34.310
Despesas pagas antecipadamente	9	10.867	9.631
Outros ativos não financeiros com partes relacionadas	10	14.500	15.000
Outros ativos financeiros	12	56.911	48.329
Ativo imobilizado líquido	13	3.707.602	3.845.092
Propriedade de investimento líquida	14	1.578.746	1.626.220
Direitos de uso líquidos	15	1.317.545	1.303.648
Ágio	16	2.853.535	2.929.751
Ativos intangíveis líquidos, além do Ágio	17	307.797	304.215
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	18	267.657	210.487
Ativos fiscais diferidos	26	234.712	177.269
Outros ativos não financeiros		398	398
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>10.383.978</b>	<b>10.504.350</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>15.649.974</b>	<b>15.861.015</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Passivo financeiro	20	1.110.883	616.822
Benefícios para os empregados	21	2.520	2.978
Outras provisões	22	30.132	14.420
Contas a pagar a partes relacionadas	23	50.487	80.995
Débitos comerciais e outras contas a pagar	24	4.678.078	4.662.801
Passivo de arrendamento	25	223.803	222.177
Obrigações fiscais	26	76.111	72.910
Outros passivos financeiros	27	87.289	114.871
Outros passivos não financeiros	28	163.644	118.240
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.422.947</b>	<b>5.906.214</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Passivo financeiro	20	344.779	43.531
Benefícios para os empregados	21	20.384	20.920
Outras provisões	22	14.542	18.998
Débitos comerciais e outras contas a pagar	24	68	114
Passivos de arrendamento	25	1.319.092	1.308.054
Passivos fiscais diferidos	26	118.722	116.503
Obrigações fiscais	26	4.463	800
Outros passivos financeiros	27	94	370
Outros passivos não financeiros	28	610	669
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.822.754</b>	<b>1.509.959</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>8.245.701</b>	<b>7.416.173</b>
<b>Patrimônio líquido, consulte a demonstração anexa</b>		<b>7.404.273</b>	<b>8.444.842</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>15.649.974</b>	<b>15.861.015</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Carlos Mario Giraldo Moreno  
 Representante Legal da Controladora  
 (Consulte certificado anexo)

Jorge Nelson Ortiz Chica  
 Contador Chefe da Controladora  
 Carteira Profissional 67018-T  
 (Consulte certificado anexo)

Angela Jaimes Delgado  
 Auditora Estatutária da Controladora  
 Carteira Profissional 62183-T  
 Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530  
 (Consulte relatório anexo, de 22 de fevereiro de 2021)

**Almacenes Éxito S.A.**  
**Demonstrações consolidadas dos resultados**

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Notas	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Operações contínuas</b>			
Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes	31	15.735.839	15.293.083
Custo de vendas	11	(11.778.910)	(11.338.977)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.956.929</b>	<b>3.954.106</b>
Despesas de distribuição	32	(1.720.331)	(1.673.462)
Despesas administrativas e de vendas	32	(306.601)	(329.244)
Despesas com benefícios aos empregados	33	(1.213.284)	(1.232.813)
Outras receitas operacionais	34	53.956	54.342
Outras despesas operacionais	34	(141.871)	(85.428)
Outras (perdas) líquidas	34	(17.553)	(13.314)
<b>Lucro das atividades operacionais</b>		<b>611.245</b>	<b>674.187</b>
Receita financeira	35	200.195	634.863
Despesas financeiras	35	(445.826)	(1.127.793)
Participação dos lucros em associados e joint ventures contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial	36	19.668	(10.123)
<b>Lucro das operações contínuas antes do imposto de renda</b>		<b>385.282</b>	<b>171.134</b>
Despesas tributárias	26	(54.179)	(23.296)
<b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>		<b>331.103</b>	<b>147.838</b>
Ganho (perda) líquido para o período de operações descontinuadas	48	(1.201)	774.838
<b>Lucro líquido para o período</b>		<b>329.902</b>	<b>922.676</b>
<b>O ganho é atribuível a:</b>			
<b>Lucro atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>		<b>230.872</b>	<b>57.602</b>
Ganho atribuível a participações não-controladoras		99.030	865.074
<b>Lucros por ação (*)</b>			
<b>Lucros por ação básicos (*):</b>			
Lucros por ação básicos atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	515,80	128,69
Lucros por ação básicos das operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	518,48	85,80
(Perda) lucros por ação básicos de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	(2,68)	42,89
<b>Lucros por ação diluídos (*):</b>			
Lucros por ação diluídos atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	515,80	128,69
Lucros por ação diluídos das operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	518,48	85,80
(Perda) lucros por ação diluídos de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora	37	(2,68)	42,89

(\*) Valores expressos em pesos colombianos.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

Angela Jaimes Delgado  
Auditora Estatutária da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório anexo, de 22 de fevereiro de 2021)

**Almacenes Éxito S.A.****Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes**

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

Notas	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Lucro líquido para o período	329.902	922.676
<b>Outro resultado abrangente para o período</b>		
<b>Componentes de outro resultado abrangente que não serão reclassificados para resultados do período, líquidos de impostos</b>		
(Perda) a partir de novas mensurações de planos de benefícios definidos	(542)	(267)
Ganho (perda) com investimentos em instrumentos de capital	1.936	(6.003)
<b>Total de outro resultado abrangente que não será reclassificado para resultados do período, líquidos de impostos</b>	<b>1.394</b>	<b>(6.270)</b>
<b>Componentes de outro resultado abrangente que serão reclassificados para resultados do período, líquidos de impostos</b>		
(Perda) das diferenças de câmbio de conversão (1)	30 (269.461)	(508.534)
(Perda) de coberturas de investimento no exterior	30 (14.236)	(1.459)
(Perda) ganho da cobertura do fluxo de caixa	30 (797)	3.827
Participação em outro resultado abrangente de associadas e joint ventures contabilizada pelo método de equivalência patrimonial que será reclassificada nos resultados do período	30 -	41.486
<b>Total de outro resultado abrangente que será reclassificado nos resultados do período, líquidos de impostos</b>	<b>(284.494)</b>	<b>(464.680)</b>
<b>Total de outro resultado abrangente</b>	<b>(283.100)</b>	<b>(470.950)</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>46.802</b>	<b>451.726</b>
<b>O ganho é atribuível a:</b>		
<b>(Perda) atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>	<b>(50.678)</b>	<b>(307.135)</b>
Ganho atribuível a participações não-controladoras	97.480	758.861
<b>Lucros por ação (*)</b>		
<b>Lucros por ação básicos (*):</b>		
(Perda) por ação básica de operações contínuas	37 (113,22)	(686,17)
<b>Lucros por ação diluídos (*):</b>		
(Perda) por ação diluída da continuação das operações	37 (113,22)	(686,17)

(\*)Valores expressos em pesos colombianos.

(1) Representa as diferenças cambiais decorrentes da conversão de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados de operações estrangeiras na moeda de apresentação.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

Ángela Jaimes Delgado  
Auditora Estatutária da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório anexo, de 22 de fevereiro de 2021)

**Almacenes Éxito S.A.****Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa**

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido para o período</b>	<b>329.902</b>	<b>922.676</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro para o período</b>		
Imposto de renda corrente	117.393	76.257
Imposto de renda diferido	(63.214)	(52.961)
Custos financeiros	85.888	735.698
Perda por redução ao valor recuperável de créditos	36.360	267.682
Estorno da perda por redução ao valor recuperável de créditos	(22.679)	(276.027)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	5.325	3.690
Estorno da perda por redução ao valor recuperável de estoque	(2.850)	(4.906)
Perda por redução ao valor recuperável	16.895	6.768
Provisões de benefícios aos empregados	1.537	2.183
Outras provisões	104.476	682.227
Estorno de outras provisões	(22.973)	(439.390)
Despesas de depreciação de ativo imobilizado, direitos de uso e propriedade de investimento	485.794	1.373.262
Despesa de amortização de ativos intangíveis	19.217	103.143
Pagamentos baseados em ações	-	20.315
(Ganho) perda com a aplicação do método de equivalência patrimonial	(19.668)	10.123
(Perda) ganho com a alienação de ativos não circulantes	9.186	9.762
Ganho líquido com a alienação de operações descontinuadas	-	(489.320)
Outros ajustes para conciliar o resultado do período em operações descontinuadas	-	(165.302)
Outros ajustes cujos efeitos sobre o caixa são fluxos de caixa gerados por atividades de investimento ou financiamento	(46.860)	(463.895)
Outros ajustes de itens, à exceção de recursos em dinheiro	12.875	-
<b>Lucro operacional antes das variações no capital de giro</b>	<b>1.046.604</b>	<b>2.321.985</b>
Diminuição (aumento) de créditos comerciais e outras contas a receber	(129.936)	2.627.171
(Aumento) das despesas pagas antecipadamente	3.398	(52.628)
Diminuição dos créditos de partes relacionadas	15.385	54.876
(Aumento) dos estoques	(75.222)	(319.404)
(Aumento) dos ativos fiscais	(132.900)	(530.150)
(Diminuição) dos benefícios aos empregados	(3.306)	(10.005)
(Diminuição) em outras provisões	(69.738)	(383.259)
(Diminuição) aumento nos débitos comerciais e outras contas a pagar e passivo de arrendamento	(94.686)	(1.773.654)
(Diminuição) aumento das contas a pagar a partes relacionadas	5.264	(1.664)
(Diminuição) dos passivos fiscais	5.315	(38.226)
(Diminuição) do aumento de outros passivos não financeiros	50.123	(89.652)
(Diminuição) em passivos não financeiros mantidos para negociação	-	(2.267.707)
<b>Fluxos de caixa líquidos (usados) gerados por atividades operacionais</b>	<b>630.301</b>	<b>(462.317)</b>
<b>Fluxos de caixa gerados por atividades de investimento</b>		
Fluxos de caixa líquidos decorrentes da perda de controle sobre as subsidiárias ou outras atividades	-	(4.608.124)
Fluxos de caixa usados para manter o controle sobre as subsidiárias e joint ventures	(37.002)	(27.928)
Aquisição do ativo imobilizado	(193.327)	(1.831.459)
Aquisição de outros ativos	(34)	-
Aquisição de propriedade de investimento	(10.596)	(52.929)
Aquisição de ativos intangíveis	(37.853)	(220.923)
Receitas da venda do ativo imobilizado e ativos intangíveis.	4.886	6.584
<b>Fluxos de caixa líquidos (usados em) atividades de investimento</b>	<b>(273.926)</b>	<b>(6.734.779)</b>
<b>Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento</b>		
Fluxos de caixa gerados por mudanças de participação em subsidiárias que não resultam em perda de controle	-	14.597
Aumento (diminuição) em outros ativos financeiros	30.790	(109.15)
(Diminuição) aumento em outros passivos financeiros	(28.827)	8.187.196
Aumento (diminuição) em passivos financeiros	761.099	(3.616.268)
(Diminuição) em passivos financeiros segundo <i>contratos de arrendamento</i>	(3.184)	(3.303)
Dividendos pagos	(1.182.231)	(202.168)
Rendimentos financeiros	46.860	463.268
Juros pagos	(85.888)	(755.189)
Operações com entidades não controladoras	1.677	(42.075)
Outros ingressos (saídas) de caixa	(9.766)	40.837
<b>Fluxos de caixa líquidos (utilizados em) gerados por atividades de financiamento</b>	<b>(469.470)</b>	<b>3.977.780</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido do capital circulante líquido</b>	<b>(113.095)</b>	<b>(3.219.316)</b>
<b>Efeitos da variação das taxas de câmbio</b>	<b>(40.188)</b>	<b>(191.690)</b>
<b>Capital circulante líquido no início do período</b>	<b>2.562.674</b>	<b>5.973.680</b>
<b>Capital circulante líquido no fim do período</b>	<b>2.409.391</b>	<b>2.562.674</b>

Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

Ángela Jaimes Delgado  
Auditora Estatutária da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório anexo, de 22 de fevereiro de 2021)



Almacenes Éxito S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

	Capital social emitido	Agio sobre a emissão de ações	Ações em resenhas resquiridas	Reserva Legal	Reserva ocasional	Requisição de ações	Dividendos futuros	Outras reservas	Total de reservas	Outro resultado abrangente acumulado	Lucro acumulado	Outro componente de capital	Patrimônio total da entidade controladora	Mudanças em participações não controladoras	Total do patrimônio líquido
	Note 29	Note 29	Note 29	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30	Note 30
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>4.482</b>	<b>4.843.466</b>	<b>(2.734)</b>	<b>7.857</b>	<b>1.772.571</b>	<b>22.000</b>	<b>15.710</b>	<b>25.412</b>	<b>1.843.550</b>	<b>(704.375)</b>	<b>1.000.655</b>	<b>426.171</b>	<b>7.411.215</b>	<b>11.051.254</b>	<b>18.462.469</b>
Dividendos em dinheiro declarados	-	-	-	-	(139.706)	-	-	-	(139.706)	-	-	-	(139.706)	(151.875)	(291.581)
Lucro líquido para o período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.602	-	57.602	865.074	922.676
Outro resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(364.737)	-	-	(364.737)	(106.213)	(470.950)
Alocação das reservas	-	-	-	-	139.701	-	139.702	-	279.403	-	(279.403)	-	-	-	-
(Diminuição) da venda da Via Varejo S.A. Companhia Brasileira de Distribuição – CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.411.214)	(10.411.214)
Aumento das mudanças na propriedade das subsidiárias que não resultam em perda de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.649)	(7.649)	(39.831)	(47.480)
Outros desenvolvimentos no patrimônio líquido (1)	-	-	-	-	(1.544)	-	-	173.868	172.324	-	(160.823)	228.302	239.803	41.119	280.922
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.482</b>	<b>4.843.466</b>	<b>(2.734)</b>	<b>7.857</b>	<b>1.771.022</b>	<b>22.000</b>	<b>155.412</b>	<b>199.280</b>	<b>2.155.571</b>	<b>(1.069.112)</b>	<b>618.031</b>	<b>646.824</b>	<b>7.196.528</b>	<b>1.248.314</b>	<b>8.444.842</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.482</b>	<b>4.843.466</b>	<b>(2.734)</b>	<b>7.857</b>	<b>1.771.022</b>	<b>22.000</b>	<b>155.412</b>	<b>199.280</b>	<b>2.155.571</b>	<b>(1.069.112)</b>	<b>618.031</b>	<b>646.824</b>	<b>7.196.528</b>	<b>1.248.314</b>	<b>8.444.842</b>
Dividendos em dinheiro declarados	-	-	-	-	(1.091.259)	-	-	-	(1.091.259)	-	-	-	(1.091.259)	(74.574)	(1.165.833)
Lucro líquido para o período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.872	-	230.872	99.030	329.902
Outro resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(281.550)	-	-	(281.550)	(1.550)	(283.100)
Alocação das reservas	-	-	-	-	57.602	-	-	-	57.602	-	(57.602)	-	-	-	-
Aumento das mudanças na propriedade das subsidiárias que não resultam em perda de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.055)	(2.055)	2.619	564
Outros desenvolvimentos no patrimônio líquido (2)	-	-	-	-	(2.583)	-	-	138.384	135.801	-	(147.995)	163.521	151.327	(73.429)	77.898
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.482</b>	<b>4.843.466</b>	<b>(2.734)</b>	<b>7.857</b>	<b>734.782</b>	<b>22.000</b>	<b>155.412</b>	<b>337.664</b>	<b>1.257.715</b>	<b>(1.350.662)</b>	<b>643.306</b>	<b>808.290</b>	<b>6.203.863</b>	<b>1.200.410</b>	<b>7.404.273</b>

(1) Outros componentes do patrimônio líquido incluem \$265.691 relevantes ao método de equivalência patrimonial sobre o efeito inflacionário da subsidiária Libertad S.A. Os lucros acumulados e Outras reservas incluem \$168.371 (compensados entre si) relevantes ao método de equivalência patrimonial sobre a destinação dos resultados da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e de suas subsidiárias.

(2) Os lucros acumulados e Outras reservas incluem \$139.249 (compensados entre si) relevantes ao método de equivalência patrimonial sobre a destinação de resultados da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e de suas subsidiárias. Outros componentes do patrimônio líquido incluem \$163.521 relevantes para o método de equivalência patrimonial sobre o efeito inflacionário da subsidiária Libertad S.A.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

Ángela Jaimes Delgado  
Auditora Estatutária da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório anexo, de 22 de fevereiro de 2021)

## Nota 1. Informações Gerais

A Almacenes Éxito S.A. (doravante denominada "Controladora"), foi constituída de acordo com as leis colombianas em 24 de março de 1950; Sua sede está localizada na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. A Controladora terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2050.

A Controladora está listada na Bolsa de Valores da Colômbia (BVC) desde 1994 e está sob o controle da Superintendência Financeira da Colômbia.

O Conselho de Administração da Sociedade autorizou a emissão de demonstrações contábeis para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, conforme consignado na ata de tal órgão societário datada de 22 de fevereiro de 2021 e 19 de fevereiro de 2020, respectivamente.

O principal objeto social da Controladora é:

- Adquirir, armazenar, transformar e, em geral, distribuir e vender sob qualquer figura comercial, incluindo financiamento, todos os tipos de bens e produtos, produzidos localmente ou no exterior, no atacado ou no varejo, fisicamente ou on-line.
- Fornecer serviços suplementares, ou seja, conceder facilidades de crédito para aquisição de bens, conceder cobertura de seguro, realizar transferências e remessas de dinheiro, fornecer serviços de telefonia móvel, comercializar pacotes turísticos e bilhetes, reparar e manter móveis, preencher papelada completa.
- Dar ou receber em locações arrendadas, receber em locação ou sob ocupação, espaços ou pontos de venda ou comércio dentro de seus estabelecimentos comerciais destinados à exploração de negócios de distribuição de bens ou produtos, e a prestação de serviços auxiliares.
- Incorporar, financiar ou promover com outras pessoas físicas ou jurídicas, empresas ou negócios destinados à fabricação de objetos, bens, artigos ou a prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais.
- Adquirir propriedade, construir instalações comerciais destinadas ao estabelecimento de lojas, shoppings ou outros locais adequados para a distribuição de mercadorias, sem prejuízo da possibilidade de alienação de pisos inteiros ou instalações comerciais, dar-lhes em locação ou utilizá-los de qualquer forma conveniente com uma abordagem racional de exploração do terreno, bem como investir em propriedade, promover e desenvolver todos os tipos de empreendimentos imobiliários.
- Investir recursos para adquirir ações, títulos, papéis comerciais e outros títulos de livre circulação no mercado para aproveitar os incentivos fiscais estabelecidos por lei, bem como fazer investimentos temporários em títulos altamente líquidos com o objetivo de exploração produtiva a curto prazo; celebrar acordos firmes de factoring usando seus próprios recursos; onerar seus bens móveis ou imóveis e celebrar operações financeiras que lhe permitam adquirir fundos ou outros ativos.
- Na qualidade de atacadista e varejista, distribuir combustíveis líquidos à base de petróleo através de estações de serviço, álcoois, biocombustíveis, gás natural para veículos e quaisquer outros combustíveis utilizados nos setores automotivo, industrial, fluvial, marítimo e de transporte aéreo, de todos os tipos.

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa controladora final da Controladora é a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, que detém uma participação de 96,57% no capital social da Controladora. Esta situação de controle ocorre a partir de 31 de dezembro de 2020 devido à conclusão da reorganização societária realizada pela Sendas Distribuidora S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, na qual um de seus efeitos foi a transferência das ações da Controladora detidas pela Sendas Distribuidora S.A. para a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora final da Controladora era a Sendas Distribuidora S.A. - uma subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, que detinha 96,57% de participação no capital social da Controladora.

A Controladora registrou perante a Câmara de Comércio da Aburrá Sur uma situação de grupo empresarial em relação a suas subsidiárias.

### Nota 1.1. Participação acionária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

Seguem os detalhes da participação societária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Nome	Segmento	País	Moeda funcional	Participação societária 2020			Participação societária 2019		
				Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Marketplace Internacional Éxito S.L.	Colômbia	Espanha	Euro	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Fideicomiso Lote Girardot	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Transacciones Energéticas S.A.S. (formerly Gemex O&W S.A.S.) (1)	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Éxito Industrias S.A.S.			Peso colombiano	94,53%	3,42%	97,95%	94,53%	3,42%	97,95%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Patrimonio Autónomo Viva Malls	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Patrimonio Autónomo Iwana	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	45,90%	45,90%	0,00%	45,90%	45,90%
Patrimonio Autónomo Viva Laureles			Peso colombiano	0,00%	40,80%	40,80%	0,00%	40,80%	40,80%
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	Colômbia	Colômbia	Peso colombiano	0,00%	26,01%	26,01%	0,00%	26,01%	26,01%
Spice Investment Mercosur S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
				0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

Nome	Segmento	País	Moeda funcional	Participação societária 2020			Participação societária 2019		
				Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mercados Devoto S.A.									
Larenco S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Geant Inversiones S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Lanin S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
5 Hermanos Ltda.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Sumelar S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Tipsel S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Tedocan S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Supermercados Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Grupo Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Ameluz S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Fandale S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Odaler S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
La Cabaña S.R.L.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Ludi S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Semin S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Randicor S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Setara S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	62,49%	62,49%	0,00%	62,49%	62,49%
Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	61,24%	61,24%	0,00%	61,24%	61,24%
Mablicor S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	31,87%	31,87%	0,00%	31,87%	31,87%
Maostar S.A.	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	31,25%	31,25%	0,00%	31,25%	31,25%
Raxwy Company S.A. (2)	Uruguai	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Onper Investment 2015 S.L.	Argentina	Espanha	Peso colombiano	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Via Artika S. A.	Argentina	Uruguai	Peso uruguaio	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Spice España de Valores Americanos S.L.	Argentina	Espanha	Euro	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Libertad S.A.	Argentina	Argentina	Peso argentino	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Gelase S. A.	Argentina	Bélgica	Euro	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

(1) Gemex O&W S.A.S. mudou sua razão social para Transacciones Energéticas S.A.S. em 3 de dezembro de 2020.

(2) A Rawxy Company S.A. foi dissolvida e liquidada em 31 de julho de 2020.

#### Nota 1.2. Subsidiárias operacionais colombianas e estrangeiras

As demonstrações contábeis consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2020 incluem as mesmas subsidiárias operacionais colombianas e as mesmas maiores subsidiárias operacionais localizadas no exterior como incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Como parte de sua estratégia de operação, em agosto de 2019 a Controladora decidiu encerrar as operações comerciais da subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1.). Com base nesta decisão, os lucros acumulados desta subsidiária em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são apresentados na demonstração de resultados consolidada como lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e de suas subsidiárias.

Seguem os detalhes do objeto social e outras informações da empresa sobre as seguintes subsidiárias operacionais colombianas e as seguintes subsidiárias operacionais mais importantes no exterior:

##### Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.

Subsidiária constituída por documento particular em 27 de setembro de 2010. Seu objeto social é principalmente (i) incorporar, financiar, promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, na constituição de sociedades ou negócios cujo objetivo seja a fabricação ou comercialização de bens, objetos, mercadorias, artigos ou elementos ou a prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais e vinculação com tais sociedades como associadas, contribuindo com dinheiro, bens ou serviços; e (ii) promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, no fornecimento de redes, serviços e valor agregado de telecomunicações, particularmente todas as atividades permitidas na Colômbia ou no exterior relacionadas com telecomunicações, telefonia móvel e serviços de valor agregado. Sua sede está localizada na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

##### Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Subsidiária constituída em 23 de maio de 2014 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é a prestação de serviços de frete aéreo, terrestre, marítimo, fluvial, ferroviário e multimodal doméstico e internacional para todos os tipos de mercadorias em geral. Sua sede está localizada na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

##### Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.

Subsidiária constituída em 12 de setembro de 2018 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é realizar as seguintes atividades em uma ou várias zonas francas: (i) prestação de serviços de acesso à plataforma de comércio eletrônico disponibilizada pela empresa, através da qual aqueles que fazem login podem realizar operações comerciais; (ii) atividades necessárias para assegurar um desempenho adequado da plataforma de comércio eletrônico através da qual os vendedores e compradores de acesso realizam operações; (iii) emissão, comercialização, processamento e reembolso de IOUs, cupons, cartões ou bônus, físicos ou digitais, ou através de qualquer outro meio tecnológico utilizado com o mecanismo de acesso aos bens e serviços oferecidos. Sua sede está localizada na Vereda Chachafruto, Zona Franca, oficina 11, Rionegro, Antioquia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.

Subsidiária constituída em 21 de junho de 2019 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é o armazenamento de mercadorias sob controle aduaneiro. Sua sede está localizada em calle 43 sur No. 48-127, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Marketplace Internacional Éxito S.L.

Subsidiária constituída em 9 de outubro de 2019 de acordo com as leis espanholas. Seu principal objeto social é a realização de atividades de marketing, desenvolvimento de negócios e relações públicas, bem como qualquer atividade e a prestação de qualquer serviço relacionado ou acessório ao acima mencionado. Sua sede está localizada em calle Constitución No 75, 28946, Fuenlabrada (Madri), Espanha. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Fideicomiso Lote Girardot

O terreno foi adquirido por meio de cessão de direitos fiduciários em 11 de fevereiro de 2011 por meio da Alianza Fiduciaria S.A. Seu objetivo é adquirir a propriedade em nome da Empresa. Sua sede está localizada na Carrera 10 e 11 com a Calle 25, Girardot, Colômbia.

#### Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S.)

Constituída em 12 de março de 2008. Em 3 de dezembro de 2020, a subsidiária Gemex O&W S.A.S. mudou seu nome para Transacciones Energéticas S.A.S. Seu principal objetivo corporativo é a comercialização de todos os tipos de bens e serviços através de canais alternativos de venda, tais como, sem limitação, vendas diretas ou por correio, sites da Web ou comércio eletrônico, através de máquinas de venda automática e, em geral, utilizando todos os canais baseados em tecnologia ou métodos especiais para comercializar bens e serviços, bem como a comercialização, venda e produção de energia elétrica. Seu principal local de negócios é na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Éxito Industrias S.A.S.

Subsidiária constituída por documento particular em 26 de junho de 2014. Seu objeto social é (i) adquirir, armazenar, transformar, fabricar, vender e, em geral, distribuir sob qualquer tipo de contrato bens têxteis de fabricação nacional ou estrangeira, e adquirir, dar ou receber propriedade sob contratos de arrendamento dedicados à abertura de lojas, shoppings e outros locais adequados à distribuição de mercadorias e à venda de bens ou serviços; (ii) lançar e operar atividades de comércio eletrônico na Colômbia; (iii) celebrar todos os tipos de contratos incluindo, sem limitação, aluguel, distribuição, operação, associação, compra-venda, assistência técnica, fornecimento, inspeção, controle e contratos de serviços que visem o cumprimento adequado de seu objeto social; (iv) prestar todos os tipos de serviços incluindo, sem limitação, a execução de contratos de administração, assessoria, consultoria, contratos técnicos e de apresentação que visem o cumprimento adequado de seu objeto social; e (v) Sua sede está localizada em Carrera 48 No. 32 Sur - 29, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado

#### Éxito Viajes y Turismo S.A.S.

Subsidiária constituída em 30 de maio de 2013 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é a exploração de atividades relacionadas ao turismo, assim como a representação da indústria turística e a abertura de agências de viagem, qualquer que seja sua natureza, e a promoção do turismo nacional e internacional. Sua sede está localizada em Carrera 43 No. 31 - 166, Medellín, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado

#### Patrimonio Autónomo Viva Malls

Criado em 15 de julho de 2016 por meio de escritura pública 679 outorgada perante o Cartório 31 de Medellín como fundo fiduciário autónomo através do Itaú Fiduciaria. Seu principal objeto social é a aquisição, direta ou indiretamente, de direitos materiais de propriedade imobiliária, principalmente shopping centers e seu desenvolvimento, e o desenvolvimento de outros ativos imobiliários, assim como a exploração e operação dos mesmos. O objetivo comercial inclui alugar as instalações comerciais a terceiros ou a partes relacionadas, conceder concessões em espaços que fazem parte da propriedade, explorar, comercializar e manter as instalações, levantar fundos e alienar os ativos, bem como executar todas as atividades relacionadas, conforme necessário para atingir os objetivos comerciais. Sua sede está localizada em Carrera 7 No. 27 - 18 14º andar, Bogotá, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Iwana

Estabelecido em 22 de dezembro de 2011 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o shopping center Iwana, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fiduciário (Controladora) em sua qualidade de verdadeira administradora de imóveis; o objetivo comercial também inclui administrar recursos, fazer pagamentos conforme necessário para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 11 No. 50 - 19, Barrancabermeja, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla

Estabelecido em 23 de dezembro de 2014 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é desenvolver, receber e manter a titularidade legal do Centro Comercial Viva Barranquilla e de outros bens como fideicomissários podem, no futuro, instruir ou contribuir; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; administrar recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada no município de Barranquilla, Colômbia, na carrera 51 B No. 87 - 50.

#### Patrimonio Autónomo Viva Laureles

Estabelecido em 31 de maio de 2012 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objetivo comercial é operar o centro comercial Viva Laureles, incluindo a manutenção da propriedade legal do edifício; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fiduciário (Controladora) em sua qualidade de verdadeira administradora de imóveis; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos e fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada no município de Medellín, Colômbia, na carrera 81 No. 37 - 100.

#### Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo

Estabelecido em 8 de março de 2013 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o centro comercial Viva Sincelejo, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fiduciário (Controladora) em sua qualidade de verdadeira administradora; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 25 No. 23 - 49, Sincelejo, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio

Criado em 1º de abril de 2013 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o centro comercial Viva Villavicencio, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administrador imobiliário; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte das mesmas. A sede no centro comercial está localizada na Calle 7A No. 45 - 185, Villavicencio, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I

Criado em 30 de junho de 2005 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o shopping San Pedro Plaza, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções dadas pelos fideicomissários ao administrador do imóvel retido; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte destas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 8, entre Calles 38 e 48, Neiva, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Centro Comercial

Estabelecido em 1º de dezembro de 2010 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o shopping San Pedro Etapa II, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções dadas pelos fideicomissários ao administrador imobiliário contratado; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte destas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 8, entre Calles 38 e 48, Neiva, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Viva Palmas

Estabelecido em 17 de abril de 2015 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é desenvolver, receber e manter a propriedade legal do Viva Palmas Shopping e de outros edifícios como fideicomissários podem, no futuro, instruir ou contribuir; celebrar contratos de arrendamento e a prorrogação, renovação, alteração e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objeto também inclui a administração de recursos, e fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais. Sua sede na área rural está localizada do município de Envigado, Colômbia.

#### Devoto Hermanos S.A.

Empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideo, Canelones e Maldonado.

#### Mercados Devoto S.A.

Empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevidéu e Maldonado.

#### Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevidéu, Canelones e Maldonado.

#### Libertad S.A.

Uma empresa com domicílio na Argentina. Foi constituída em 8 de julho de 1994, com o número de registro 618 na Direção de Inspeção de Pessoas Jurídicas (DIPJ) na República Argentina. Seu objeto social é a exploração de supermercados e lojas de atacado, realizando todo tipo de operações acessórias relacionadas com seu negócio principal. A empresa tem prazo de duração até 8 de julho de 2084.

#### **Nota 1.3. Subsidiárias com participações não controladoras materiais**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as seguintes subsidiárias, como entidades declarantes, foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas como subsidiárias com participação não-controladora material:

	<b>Percentual de participação não controladora material (1)</b>	
	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	73,99%	73,99%
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	59,20%	59,20%
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	54,10%	54,10%
Patrimonio Autónomo Iwana	49,00%	49,00%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	49,00%	49,00%
Patrimonio Autónomo Viva Malls	49,00%	49,00%
Grupo Disco del Uruguay S.A.	37,51%	37,51%

(1) Participação total não-controladora, considerando a participação direta e indireta da Controladora.

Segue um resumo das informações financeiras relevantes aos ativos, passivos, resultados do período e fluxos de caixa das subsidiárias que detêm participações não-controladoras materiais, tomadas como entidades declarantes e incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os saldos são mostrados antes das eliminações necessárias como parte do processo de consolidação.

Sociedade	Demonstração da posição financeira					Demonstração do resultado abrangente						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Participação controladora	Participação não controladora	Receita de atividades ordinárias	Receita de operações contínuas	Total do resultado abrangente	Participação controladora	Participação não controladora
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>												
Grupo Disco del Uruguay S.A.	400.771	708.040	353.438	51.201	704.172	1.410.232	264.135	1.671.612	121.302	121.302	74.807	45.500
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	31.098	4.400	23.479	1.101	10.918	6.005	5.350	13.597	1.921	1.921	1.146	942
Patrimonio Autónomo Viva Malls	105.970	2.049.430	65.317	-	2.090.083	967.463	1.024.141	251.174	82.464	82.464	54.882	45.827
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3.079	73.273	4.444	-	71.908	36.673	35.235	14.335	916	916	467	449
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	7.316	215.149	2.147	-	220.318	109.408	107.956	22.963	13.737	13.737	6.927	6.731
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1.228	32.099	261	-	33.066	16.864	16.202	2.968	1.199	1.199	612	588
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	4.116	110.078	512	-	113.682	57.136	55.704	9.210	4.642	4.642	2.393	2.275
Patrimonio Autónomo Iwana	52	5.815	44	-	5.823	3.200	2.853	411	(46)	(46)	10	(23)
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	12.046	320.536	6.032	-	326.550	293.895	160.010	32.867	3.014	3.014	2.712	1.477
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	3.717	104.894	2.165	-	106.446	85.157	21.289	14.492	7.080	7.080	5.664	1.416
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	971	30.889	1.487	-	30.373	15.490	14.883	3.038	(1.428)	(1.428)	(728)	(700)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>												
Grupo Disco del Uruguay S.A.	412.185	688.112	373.479	36.509	690.309	1.409.780	258.935	1.625.474	97.751	97.751	60.041	36.666
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	35.820	5.032	29.812	2.043	8.997	4.838	4.409	31.951	9.125	9.125	4.364	4.471
Patrimonio Autónomo Viva Malls	53.541	2.068.137	26.870	-	2.094.808	955.638	1.026.456	288.528	123.220	123.220	63.289	60.378
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	3.000	77.476	1.351	-	79.125	40.353	38.771	10.345	(1.779)	(1.779)	(907)	(872)
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	8.643	216.843	4.982	-	220.504	109.582	108.047	24.187	14.944	14.944	7.705	7.323
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1.005	32.548	504	-	33.049	16.855	16.194	4.025	2.520	2.520	1.285	1.235
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	3.261	109.920	1.457	-	111.724	56.112	54.745	11.404	7.301	7.301	3.749	3.577
Patrimonio Autónomo Iwana	89	5.961	124	-	5.926	3.220	2.904	331	(84)	(84)	(31)	(41)
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	7.195	319.272	6.413	-	320.054	288.049	156.826	46.241	14.763	14.763	13.287	7.234
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	1.764	106.871	2.189	-	106.446	85.157	21.289	16.548	7.830	7.830	6.264	1.566
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	1.571	31.163	1.651	-	31.083	15.853	15.231	2.798	(2.303)	(2.303)	(1.174)	(1.128)
<b>Fluxos de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>												
Sociedade	Atividades operacionais	Atividades de investimento	Atividades de financiamento	Aumento (redução) líquido no caixa		Atividades operacionais	Atividades de investimento	Atividades de financiamento	Aumento (redução) líquido no caixa			
Grupo Disco del Uruguay S.A.	114.766	(49.181)	(32.109)	33.476	146.050	(36.184)	(39.416)	70.450				
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	(2.924)	(225)	931	(2.218)	8.804	(232)	(2.487)	6.085				
Patrimonio Autónomo Viva Malls	87.429	(1.895)	(41.239)	44.295	105.274	38.941	(151.627)	(7.412)				
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	5.934	(1.053)	(5.080)	(199)	5.239	(3.805)	(1.152)	282				
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	17.069	(1.658)	(16.347)	(936)	20.499	(10.942)	(22.079)	(12.522)				
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	2.463	(360)	(1.395)	708	3.373	-	(3.667)	(294)				
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	7.512	(3.284)	(3.436)	792	11.786	(3.485)	(12.819)	(4.518)				
Patrimonio Autónomo Iwana	16	-	(56)	(40)	56	-	(62)	(6)				
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	4.720	(9.157)	3.923	(514)	22.216	(4.389)	(30.307)	(12.480)				
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	9.218	(616)	(7.149)	1.453	10.821	(142)	(10.163)	516				
Patrimonio Autónomo Viva Palmas	171	(1.323)	720	(432)	(932)	(1.331)	1.527	(736)				
<b>Fluxos de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>												

#### **Nota 1.4. Restrições à transferência de fundos**

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não há restrições quanto à capacidade das subsidiárias de transferir fundos para a Controladora na forma de dividendos em dinheiro, ou reembolso de empréstimos ou pagamentos antecipados.

#### **Note 2. Fundamento para a elaboração**

As demonstrações contábeis consolidadas para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as normas contábeis e de informação financeira aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, informação financeira e garantia de informação", emendado em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e em 5 de novembro de 2020 por Decreto Regulamentar 1432 e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270. Nem a Controladora nem suas subsidiárias aplicaram qualquer uma das exceções às IFRS contidas em tais decretos.

#### **Demonstrações contábeis anexas**

Essas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora e suas subsidiárias são compostas das demonstrações da posição financeira e demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, bem como as demonstrações do resultado, as demonstrações do resultado abrangente e as demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Estas demonstrações contábeis consolidadas são preparadas e incluem todas as divulgações de relatórios exigidos para demonstrações contábeis anuais de acordo com o IAS 1.

#### **Declaração de responsabilidade**

A administração da Controladora é responsável pelas informações contidas nestas demonstrações contábeis consolidadas. A preparação de tais demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas pela Lei 1314 de 2009 em consonância com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015, pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, e em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432 e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar nenhuma das exceções às IFRS ali contidas, requer o julgamento da administração para aplicar as políticas contábeis.

#### **Estimativas e julgamentos contábeis**

As estimativas da Controladora e de suas subsidiárias para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos nelas contidos foram utilizadas para preparar as demonstrações contábeis que acompanham o projeto. Basicamente, tais estimativas se referem a:

- As hipóteses utilizadas para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros,
- A avaliação dos ativos financeiros para identificar as perdas reais por deterioração,
- As vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis,
- Variáveis utilizadas e hipóteses utilizadas para avaliar e definir os indicadores de imparidade de ativos não financeiros,
- Variáveis utilizadas para avaliar e determinar as perdas de inventário e obsolescência,
- Pressupostos atuariais usados para estimar benefícios de aposentadoria e obrigações de benefícios de longo prazo dos empregados, tais como taxa de inflação, taxa de mortalidade, taxa de desconto e a possibilidade de aumentos salariais futuros,
- A taxa de desconto utilizada para estimar as obrigações de arrendamento e os direitos de uso,
- A probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos que servem como base para reconhecer provisões relacionadas a processos judiciais e reorganizações empresariais,
- As premissas usadas para reconhecer as responsabilidades decorrentes do programa de fidelização do cliente,
- A probabilidade de obter lucros futuros para reconhecer ativos fiscais diferidos,
- A técnica de avaliação aplicada para determinar os valores justos dos elementos em combinações comerciais.
- O tempo estimado para depreciar os direitos de uso; hipóteses utilizadas no cálculo das taxas de crescimento em contratos de arrendamento registrados como direitos de uso, e variáveis utilizadas para medir os passivos do arrendamento.

Tais estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis a respeito dos fatos analisados na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas, o que pode dar origem a mudanças futuras em virtude de situações potenciais que podem ocorrer e resultariam no seu reconhecimento prospectivo; esta situação seria tratada como uma mudança nas estimativas contábeis em demonstrações contábeis futuras.

#### **Distinção entre itens circulantes ou não circulantes**

A Controladora e suas subsidiárias apresentam seus ativos circulantes e não circulantes, assim como seus passivos correntes e não circulantes, como categorias separadas em sua demonstração da posição financeira. Para este fim, aqueles valores que serão realizados ou que estarão disponíveis em um prazo não superior a um ano são classificados como ativos circulantes, e aqueles valores que serão exigíveis ou pagáveis também em um prazo não superior a um ano são classificados como passivos circulantes. Todos os outros ativos e passivos são classificados como não-correntes.



## **Moeda funcional**

A Controladora e cada subsidiária definem sua moeda funcional, e suas operações são medidas em tal moeda. A moeda funcional da Controladora é o Peso colombiano, e as moedas funcionais das subsidiárias são divulgadas na Nota 1.1.

## **Hiperinflação**

As moedas funcionais da Controladora e de cada uma de suas subsidiárias pertencem a economias não hiperinflacionárias, exceção feita à Argentina cuja taxa de inflação acumulada nos últimos três anos em 31 de dezembro de 2020, calculada usando diferentes combinações de índices de preços ao consumidor, ultrapassou 100%, razão pela qual as demonstrações contábeis consolidadas incluem ajustes de inflação.

As previsões internas para esse país sugerem que existe uma baixa probabilidade de que a taxa de inflação diminua significativamente abaixo de 100% durante 2021. Por estas razões, a economia argentina é hiperinflacionária.

As subsidiárias na Argentina apresentam suas demonstrações contábeis ajustadas pela inflação, conforme previsto no IAS 29 "Relatórios Financeiros em Economias Hiperinflacionárias".

## **Moeda de apresentação de relatórios**

Estas demonstrações contábeis consolidadas são expressas em Peso colombianos, moeda funcional da Controladora, que é a moeda utilizada no ambiente econômico principal onde ela rege. Os valores mostrados foram expressos em milhões de Peso colombianos.

As demonstrações contábeis das subsidiárias que são transportadas em uma moeda funcional diferente do Peso colombiano foram traduzidas em Peso colombianos. As operações e saldos são traduzidos da seguinte forma:

- Ativos e passivos são traduzidos em Peso colombianos à taxa de câmbio de fechamento do período;
- Os itens relacionados a rendimentos são convertidos em Peso colombianos usando a taxa de câmbio média do período;
- As operações patrimoniais em moeda estrangeira são convertidas em Peso colombianos à taxa de câmbio vigente na data de cada operação.

As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido e são reclassificadas para a demonstração do resultado no momento da venda do investimento na subsidiária.

## **Operações em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são definidas como aquelas denominadas em uma moeda que não seja a moeda funcional. Durante os períodos de relatório, as diferenças cambiais decorrentes da liquidação de tais operações, entre a taxa de câmbio histórica quando reconhecida e a taxa de câmbio em vigor na data da cobrança ou pagamento, são contabilizadas como ganhos ou perdas cambiais e apresentadas como parte do resultado financeiro líquido na demonstração do resultado.

Os saldos monetários no encerramento do período expressos em uma moeda diferente da moeda funcional são atualizados com base na taxa de câmbio no encerramento do período de relatório, e as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como parte do resultado financeiro líquido na demonstração do resultado. Para este fim, os saldos monetários são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio representativa do mercado (\*).

Os itens não-monetários não são convertidos à taxa de câmbio de fechamento do período, mas são mensurados ao custo histórico (às taxas de câmbio em vigor na data de cada operação), exceto para itens não-monetários mensurados ao justo valor, tais como instrumentos financeiros forward e swap, que são convertidos usando as taxas de câmbio em vigor na data da mensuração do justo valor dos mesmos.

(\*) Taxa de câmbio representativa do mercado significa a média de todas as taxas de mercado negociadas durante o dia de fechamento (taxa de câmbio de fechamento), equivalente à "taxa à vista" internacional, como também definido pelo IAS 21 - Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio, como a taxa de câmbio à vista em vigor no fechamento do período de relatório.

## **Contabilidade por regime de competência**

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no regime de competência contábil, exceto para informações sobre fluxos de caixa.

## **Materialidade**

Os eventos econômicos são reconhecidos e apresentados de acordo com a materialidade dos mesmos. Um evento econômico é material onde quer que o conhecimento ou inconsciência dele, dada sua natureza ou valor e considerando as circunstâncias, possa ter um efeito material sobre as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários da informação.

Ao preparar as demonstrações contábeis consolidadas, incluindo as notas explicativas, a materialidade para fins de apresentação foi definida em uma base de 5% aplicada aos ativos correntes e não correntes, passivos correntes e não correntes, patrimônio líquido, resultados do período e a cada conta individual no nível do Razão geral para o período do relatório.

### **Compensação de saldos e operações**

Ativos e passivos são compensados e reportados líquidos nas demonstrações contábeis consolidadas, somente se forem decorrentes da mesma operação, há um direito legal executável na data de encerramento que torna obrigatório o recebimento ou pagamento de valores reconhecidos pelo valor líquido, e onde quer que haja a intenção de compensar em base líquida a realização de ativos e a liquidação de passivos simultaneamente.

### **Classificação como passivo ou patrimônio líquido**

Os instrumentos de dívida e patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido, seguindo a substância do acordo legal relevante.

### **Mensuração do justo valor**

O justo valor é o preço a ser recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo sob uma operação ordenada realizada pelos participantes do mercado na data da mensuração.

As medições do justo valor são realizadas utilizando uma hierarquia de justo valor que reflete a importância dos insumos utilizados para determinar as medições:

- Com base nos preços (não ajustados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- Com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos (nível 2).
- Com base nos próprios modelos de avaliação da Companhia aplicando variáveis estimadas não perceptíveis para ativos ou passivos (nível 3).

### **Nota 3. Fundamento para a consolidação**

Estas demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Controladora e de todas as suas subsidiárias. Subsidiárias (incluindo veículos especiais) são entidades sobre as quais a Controladora tem controle direto ou indireto. Os veículos para fins especiais são fundos fiduciários autônomos (Patrimônios Autônomos) estabelecidos com um propósito definido ou prazo limitado. Uma listagem das subsidiárias está incluída na Nota 1.

"Controle" é o poder de governar atividades relevantes, tais como as políticas financeiras e operacionais de uma empresa controlada (subsidiária). O controle é alcançado quando a Controladora tem poder sobre uma empresa controlada, está exposta a benefícios variáveis de seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a quantidade de benefícios. O poder surge dos direitos, geralmente junto com a posse de 50% ou mais dos direitos de voto, embora às vezes seja mais complexo e resulte de um ou mais contratos, razão pela qual pode haver entidades que não possuem tal percentual de participação, mas cujas atividades são entendidas como sendo realizadas em benefício da Controladora e a Controladora está exposta a todos os riscos e benefícios ligados à entidade controlada.

Onde quer que haja controle, o método de consolidação aplicado é o do método de integração global. Sob este método, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido e receita das subsidiárias são incorporados às demonstrações contábeis da Controladora, após a eliminação dos investimentos de capital nessas subsidiárias, saldos interempresariais e operações interempresariais.

Todas as operações significativas e saldos relevantes entre as subsidiárias foram eliminados na consolidação; a participação não controlada representada por participações de terceiros nas subsidiárias (participações não controladoras) foi reconhecida e incluída separadamente no patrimônio líquido consolidado.

No momento de avaliar se a Controladora tem controle sobre uma subsidiária, é feita uma análise da existência e efeito de potenciais direitos de voto atualmente exercidos. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora e excluídas da consolidação após o término do controle.

Todas as empresas controladas são consolidadas nas demonstrações contábeis da Controladora, independentemente do percentual de participação acionária.

As operações que envolvem uma mudança no percentual de participação da Controladora sem perda de controle são reconhecidas no patrimônio líquido, uma vez que não há mudança de controle sobre a entidade empresarial. Os fluxos de caixa proporcionados pelas mudanças de participação acionária que não resultem em perda de controle são classificados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Em operações envolvendo uma perda de controle, toda a participação acionária na subsidiária é desreconhecida, as participações retidas são reconhecidas pelo justo valor e o ganho ou perda decorrente da operação é reconhecido no resultado do período, incluindo os itens relevantes de outros resultados abrangentes. Os fluxos de caixa da aquisição ou perda de controle sobre uma subsidiária são classificados como atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Sempre que uma subsidiária é disponibilizada para venda ou sua operação é descontinuada, mas o controle sobre ela ainda é mantido, seus ativos e passivos são classificados em ativos não circulantes mantidos para negociação, mediante compensação recíproca de saldos e não fazem parte da integração global de ativos e passivos no processo de consolidação. A receita de uma subsidiária não faz parte da integração global da receita no processo de consolidação e é apresentada, após a compensação das operações recíprocas, na rubrica prevista para a receita líquida das operações descontinuadas, separada de todas as outras receitas consolidadas da Controladora e de suas subsidiárias.

O lucro do período e cada componente em outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da entidade controladora e às participações de propriedade não-controladora.

As demonstrações contábeis, todas as subsidiárias aplicam as mesmas políticas e princípios contábeis implementados pela Controladora, de acordo com as normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas pela Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015, pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e em 5 de novembro de 2020 por Decreto Regulamentar 1432, atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar nenhuma das exceções às IFRS nele contidas.

Os ativos e passivos, receitas e despesas das subsidiárias, assim como as receitas e despesas da Controladora em moeda estrangeira foram convertidos em Peso colombiano a taxas de câmbio observáveis no mercado em cada data de fechamento e na média do período, como segue

	Taxas de fechamento		Taxas médias	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Dólar dos EUA	3.432,50	3.277,14	3.693,36	3.281,09
Peso uruguaio	80,81	87,57	87,86	93,17
Peso argentino	40,83	54,73	52,76	69,68
Euro	4.199,86	3.678,63	4.214,11	3.671,68

#### Nota 4. Significativas políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2020 e para o período anual então findo foram preparadas utilizando as mesmas políticas contábeis, medidas e bases utilizadas para apresentar as demonstrações contábeis consolidadas para o período anual findo em 31 de dezembro de 2019, exceto para as normas mencionadas na Nota 5. 2 que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, de acordo com as normas contábeis e contábeis aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em linha com as International Financial Reporting Standards (IFRS), oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre contabilidade", Normas de relatórios financeiros e garantia de informações", emendada em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432, e atualizada em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar qualquer uma das exceções às IFRS nelas contidas.

A adoção das novas normas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 mencionadas na Nota 5.2. não resultou em mudanças significativas nestas políticas contábeis em comparação àquelas aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e nenhum efeito significativo resultou da adoção das mesmas.

As políticas contábeis mais significativas aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas anexas são as seguintes:

#### Investimentos em coligadas e acordos conjuntos

Um associado é uma entidade sobre a qual a Controladora está em posição de exercer influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, através do poder de participar nas decisões relativas às políticas operacionais e financeiras do associado. Em geral, é alegada influência significativa nos casos em que a Controladora tem uma participação societária superior a 20%, mesmo que tal influência, bem como o controle, devam ser avaliados.

Um acordo conjunto é um acordo por meio do qual duas ou mais partes mantêm o controle conjunto. Os acordos conjuntos podem ser negócios conjuntos ou joint-ventures. Há controle conjunto somente quando as decisões sobre atividades significativas exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As aquisições de tais arranjos são registradas usando os princípios aplicáveis às combinações de negócios estabelecidos pela IFRS 3.

Uma joint venture é um acordo conjunto pelo qual as partes que têm controle conjunto sobre o acordo têm direito aos ativos líquidos do acordo. Tais partes são conhecidas como participantes de um empreendimento conjunto.

Uma operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que têm controle conjunto sobre o acordo têm direito aos ativos e obrigações relacionadas com a responsabilidade associadas com o acordo. Tais partes são conhecidas como operadores conjuntos.

Os investimentos em associadas ou joint ventures são reconhecidos usando o método de equivalência patrimonial.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e joint ventures é registrado pelo custo no reconhecimento inicial e posteriormente o valor contábil será aumentado ou diminuído para reconhecer a participação da Controladora nos resultados abrangentes da empresa investida durante o período. Tal participação será reconhecida na renda do período ou em outra renda abrangente, conforme apropriado. As distribuições de lucros ou dividendos recebidos da empresa investida são deduzidos do valor contábil do investimento.

Sempre que a participação da Controladora nas perdas de uma associada ou empreendimento conjunto for igual ou superior a sua participação, a Controladora deixa de reconhecer sua participação nas perdas adicionais. Uma provisão é reconhecida quando a participação da Controladora chega a zero, somente na medida em que a Controladora tenha incorrido em responsabilidades legais ou construtivas.

Ganhos ou perdas não realizados de operações entre a Controladora e associadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Controladora em tais entidades mediante a aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma vez aplicado o método de equivalência patrimonial, a Controladora decide se há necessidade de reconhecer as perdas por imparidade relacionadas com sua participação na empresa investida.

As operações envolvendo uma perda significativa de influência sobre uma associada ou empreendimento conjunto são contabilizadas reconhecendo qualquer participação acionária retida pelo seu justo valor, e o ganho ou perda decorrente da operação é reconhecido na renda do período, incluindo os itens relevantes de outro resultado abrangente.

Com relação às operações que não envolvem uma perda significativa de influência sobre uma associada ou joint venture, o método de equivalência patrimonial continua sendo aplicado e a parcela do ganho ou perda reconhecida em outros resultados abrangentes relevantes para a diminuição da participação acionária é reclassificada para o resultado.

#### **Partes relacionadas**

São consideradas partes relacionadas pela Controladora: suas associadas e joint ventures; entidades que exercem controle conjunto ou influência significativa sobre a Controladora e suas subsidiárias; pessoal chave da administração, incluindo membros do Conselho de Administração, CEOs, Vice-Presidentes, gerentes empresariais e Diretores com capacidade de dirigir, planejar e controlar as atividades da Controladora e suas subsidiárias; empresas sobre as quais o pessoal chave da administração pode exercer controle ou controle conjunto, e os parentes próximos da administração chave que possam ter influência sobre a Controladora e suas subsidiárias.

Todas as transferências de recursos, serviços e obrigações entre a Controladora e suas partes relacionadas são consideradas como operações de partes relacionadas.

Nenhuma operação contém termos e condições especiais; as operações realizadas são similares àquelas realizadas com terceiros, e não envolvem diferenças de preço de mercado para operações similares; as vendas e compras são realizadas segundo as condições ordinárias de mercado.

#### **Combinações de negócio e ágio**

Combinações de negócio são contabilizadas usando o método de aquisição; isto envolve a identificação do adquirente, a definição da data de aquisição, o reconhecimento e mensuração de ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e o reconhecimento e mensuração do ágio.

Se no encerramento do período contábil durante o qual ocorre uma combinação de negócios a contabilização inicial estiver incompleta, a Controladora informará em suas demonstrações contábeis separadas os valores provisórios de ativos e passivos cuja contabilização estiver incompleta, e dentro de 12 meses do período de mensuração a Controladora ajustará retroativamente tais valores provisórios reconhecidos para refletir as novas informações obtidas a partir do levantamento do preço de compra alocado ou da alocação do preço de compra (PPA).

O período de medição terminará assim que a Controladora receber informações sobre a pesquisa de alocação do preço de compra ou concluir que nenhuma outra informação pode ser obtida, mas em qualquer caso, no máximo um ano após a data de aquisição.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é medida pelo justo valor, que é o agregado dos valores justos dos ativos transferidos pelo adquirente, dos passivos assumidos pelo adquirente perante os antigos proprietários da empresa adquirida e das participações acionárias no patrimônio líquido emitido pelo adquirente.

A contraprestação contingente é incluída na contraprestação transferida pelo seu justo valor na data da aquisição. Alterações subsequentes no justo valor da contraprestação contingente, decorrentes de eventos e circunstâncias existentes na data de aquisição, são contabilizadas ajustando o ágio se ocorrerem durante o período de mensuração, ou diretamente aos resultados do período se ocorrerem após o período de mensuração, a menos que o passivo seja liquidado usando instrumentos de renda variável, caso em que a contraprestação contingente não é remensurada.

A Controladora reconhece ativos e passivos identificáveis adquiridos tomados de uma combinação de negócios, independentemente de terem sido reconhecidos antes da aquisição nas demonstrações contábeis do negócio adquirido. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos identificáveis assumidos são contabilizados pelo justo valor na data de aquisição. O excesso de contrapartida transferido e o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos (incluindo ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente) e passivos identificáveis assumidos (incluindo passivos contingentes) são reconhecidos como ágio.

Para cada combinação de negócios, a Controladora mede as participações não-controladoras pelo justo valor e também como uma proporção dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido.

No caso de uma combinação de negócios alcançada em etapas, a participação de propriedade anterior na adquirida é remensurada pelo justo valor na data em que o controle é obtido. A diferença entre o justo valor e o valor contábil de tal participação de propriedade é reconhecida diretamente nos resultados do período.

Os desembolsos relacionados a uma combinação de negócios, exceto aqueles relacionados à emissão de dívida, são contabilizados como despesas nos períodos em que são incorridos.

Na data de aquisição, o ágio é mensurado pelo justo valor e subsequentemente monitorado no nível da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa beneficiadas com a combinação de negócios. O Ágio não é amortizada e está sujeita a testes de imparidade dentro de um ano ou antes, caso haja indícios de imparidade. As perdas por deterioração aplicadas à Ágio são contabilizadas nos resultados do período e o efeito disso não é revertido.

O método aplicado pela Controladora para testar a perda de ativos está descrito na política de perda de ativos. O ágio negativo decorrente de uma combinação de negócios é reconhecido diretamente nos resultados do período, no reconhecimento e mensuração de ativos identificáveis, passivos assumidos e contingências potenciais.

#### **Opções de venda concedidas aos detentores de participações não-controladoras**

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem acordos de opção de venda firmados com os detentores de participações não-controladoras em subsidiárias de acordo com a IAS 32 "Instrumentos Financeiros": Apresentação". Os passivos decorrentes destes acordos, relacionados às subsidiárias consolidadas pelo método de integração global, são reconhecidos como passivos financeiros pelo justo valor.

#### **Ativos intangíveis**

Refere-se a ativos não-monetários identificáveis, sem substância física, controlados pela Controladora e suas subsidiárias como resultado de eventos passados e dos quais são esperados benefícios econômicos futuros.

Um ativo intangível é reconhecido como tal onde quer que o item seja identificável, divisível e que trará benefícios econômicos futuros. Ele é identificável onde quer que o ativo seja divisível ou resulte de direitos. Um ativo é controlável se a empresa tiver o poder de controlar os benefícios econômicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação comercial são reconhecidos como ágio onde quer que não atendam a estes critérios.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos inicialmente pelo custo, e os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócios são reconhecidos pelo justo valor.

As marcas comerciais geradas internamente não são reconhecidas na demonstração da posição financeira.

O custo dos ativos intangíveis inclui o custo de aquisição, direitos de importação, impostos indiretos não recuperáveis e custos incorridos diretamente para levar o ativo ao local e condições de uso previstas pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, após descontos comerciais e abatimentos, se houver.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas estão sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou onde quer que haja indicação de imparidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis mais significativas são:

Software Adquirido	de 3 a 5 anos
Software adquirido como ERP	de 5 a 8 anos

Os ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo, e a amortização em função da vida útil estimada e as perdas por deterioração são deduzidas do montante inicialmente reconhecido. Os efeitos da amortização e da possível deterioração são levados ao resultado do período, a menos que a amortização tenha sido contabilizada como um valor mais alto na construção ou produção de um novo ativo.

Um ativo intangível é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que não se espere nenhum benefício econômico futuro do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de amortização são revisados no encerramento de cada período anual e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

#### **Custos de pesquisa e desenvolvimento**

Os custos de pesquisa são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. Os desembolsos para o desenvolvimento de projetos individuais são reconhecidos como ativos intangíveis onde quer que a Controladora e suas subsidiárias estejam na capacidade de demonstrar:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para tê-lo disponível para uso ou venda;
- Sua intenção de completar o ativo e a capacidade de usar ou vender o ativo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo; e
- A capacidade de medir com precisão o desembolso durante o desenvolvimento.

Os custos de desenvolvimento que não atendem a estes critérios de capitalização são levados aos resultados do período. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo.

## Ativo imobilizado

O nome ativo imobilizado é dado a todos os ativos tangíveis da Controladora e suas subsidiárias detidos para uso na produção ou na produção ou fornecimento de bens e serviços, ou para fins administrativos, e que se espera que sejam ainda utilizados durante mais de um período, ou seja, mais de um ano, e que satisfaçam as seguintes condições:

- É provável que a Controladora e suas subsidiárias obtenham benefícios econômicos futuros com este ativo;
- O custo pode ser medido com precisão;
- Controladora e suas subsidiárias detêm todos os riscos e benefícios decorrentes do uso ou posse do ativo, e
- Seu custo individual de aquisição excede 50 UVT (Tax-Value Units), exceto para aqueles ativos definidos pela administração da Controladora e de suas subsidiárias que estão relacionados ao objetivo central do negócio, e há interesse em controlá-los, uma vez que a Controladora e suas subsidiárias adquirem tais ativos frequentemente e em valores significativos.

Ativo imobilizado é inicialmente medido pelo custo; posteriormente são mensurados pelo custo menos a depreciação acumulada e menos a perda por imparidade acumulada.

O custo do ativo imobilizado inclui o custo de aquisição, impostos de importação, impostos indiretos não recuperáveis, custos futuros de desmontagem, se houver, custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificado e os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso previstas pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, líquidos de descontos comerciais e abatimentos.

Os custos incorridos para expansão, modernização e melhorias que aumentam a produtividade, capacidade ou eficiência, ou um aumento na vida útil do ativo, são transportados como um valor maior do ativo. Os custos de manutenção e reparos dos quais não se prevê benefício futuro são levados aos resultados do período.

Os terrenos e edifícios são considerados como ativos individuais, onde quer que seja viável do ponto de vista técnico a separação material e física, mesmo que tenham sido adquiridos em conjunto.

As construções em andamento são transferidas para ativos operacionais após a conclusão da construção ou início da operação e depreciadas a partir desse momento.

A vida útil do terreno é ilimitada e, conseqüentemente, não é depreciada. Todos os outros itens de ativo imobilizado são depreciados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada, considerando o valor residual nulo. Os grupos de ativo imobilizado e vidas úteis relevantes são os seguintes:

Bens de baixo valor	3 anos
Computadores	5 anos
Veículos	5 anos
Maquinário e equipamentos	De 10 a 20 anos
Móveis e equipamentos de escritório	De 10 a 12 anos
Outros equipamentos de transporte	De 5 a 20 anos
Armamento da equipe de vigilância	10 anos
Edificações	De 40 a 50 anos
Melhorias para terceiros	40 anos ou o prazo do contrato de arrendamento ou o restante do prazo do contrato (*),
bens	o que for menor.

(\*) Melhorias urbanas relacionadas com a construção ou entrega de recursos ambientais e/ou relacionadas com a melhoria visual ou arquitetônica da zona afetada pela construção ou obra sob a responsabilidade da Controladora e suas subsidiárias, são reconhecidas nos resultados do período.

A Controladora e suas subsidiárias estimam a depreciação por componentes, o que significa aplicar a depreciação individual aos componentes de um ativo com vidas úteis que são diferentes do ativo como um todo e tem um custo material em relação ao ativo fixo inteiro. O custo é considerado material quando o componente excede 50% do valor total do ativo, ou quando pode ser identificado individualmente, com base em um custo individual do componente de 32 Salários Mínimos Mensais Legais em vigor (SMMLV).

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período anual, e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

Um item de ativo imobilizado é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que não se espere benefício econômico futuro do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

## Propriedade de investimento

É propriedade detida para obter receita ou ganhos de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para uso administrativo ou venda no curso normal dos negócios. Esta categoria inclui os centros comerciais e outros bens de propriedade da Controladora e suas subsidiárias.

As propriedades de investimento são inicialmente medidas pelo custo, incluindo os custos de operação. Após o reconhecimento inicial, elas são avaliadas pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento são depreciadas usando o método linear ao longo da vida útil estimada, considerando o valor residual nulo. A vida útil estimada para depreciar edifícios classificados como propriedade de investimento é de 40 a 50 anos.

As transferências são feitas de propriedades de investimento para outros ativos e de outros ativos para propriedades de investimento somente onde houver uma mudança no uso do ativo. Para transferências de propriedades de investimento para ativo imobilizado ou para estoques, o custo levado em consideração para a contabilidade subsequente é o valor contábil na data em que o uso é alterado. Se um ativo imobilizado se tornar propriedade de investimento, ele será registrado pelo valor contábil na data em que for alterado.

Situações que podem levar à transferência são:

- A Controladora e suas subsidiárias irão ocupar o ativo classificado como propriedade de investimento; neste caso, o ativo é reclassificado para ativo imobilizado,
- A Controladora e suas subsidiárias iniciam um empreendimento na propriedade de investimento ou ativo imobilizado para sua venda, desde que haja um avanço significativo no desenvolvimento de ativos tangíveis ou no projeto a ser vendido como um todo. Nesses eventos, o ativo é reclassificado para inventários,
- A Companhia e suas subsidiárias firmam um contrato de arrendamento operacional com um terceiro sobre um item ativo imobilizado. Neste caso, o ativo é reclassificado para propriedade de investimento.

A propriedade de investimento é desreconhecida quando de sua venda ou onde quer que não se espere nenhum benefício econômico futuro do uso ou disposição da mesma.

O ganho ou perda do desreconhecimento das propriedades de investimento é estimado como a diferença entre o produto líquido da venda e o valor contábil do ativo. O efeito é levado à renda durante o período em que o ativo foi desreconhecido.

Os valores justos das propriedades de investimento são atualizados anualmente para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

#### **Ativos não circulantes mantidos para negociação e operações descontinuadas**

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos para alienação são classificados como mantidos para negociação se seu valor contábil for recuperado através de uma venda ao invés de uso continuado e não atenderem às condições para serem classificados como inventário imobiliário.

Tal condição é atendida onde quer que um ativo ou grupo de ativos esteja disponível para venda imediata, sob condição atual, e a venda seja altamente provável de ocorrer. Para que a venda seja altamente provável, a administração da Controladora e suas subsidiárias devem estar comprometidas com um plano de venda do ativo (ou ativo ou grupo para alienação) e a venda é esperada dentro do ano seguinte à data da classificação.

Ativos não circulantes e grupos de ativos para alienação são mensurados pelo menor valor contábil ou justo valor, menos os custos de venda, e não são depreciados ou amortizados a partir da data em que são classificados como mantidos para negociação. Tais ativos ou grupos de ativos são apresentados no ativo circulante.

Na demonstração do resultado do período corrente e do período anterior comparativo, a receita, os custos e as despesas de uma operação descontinuada são apresentados separadamente daqueles de atividades contínuas, em uma única linha após o imposto de renda, mesmo que uma participação não-controladora na operação descontinuada seja mantida após a venda. Uma operação é considerada descontinuada onde quer que se enquadre na definição de ativo não circulante mantido para negociação e represente uma linha de negócios ou área geográfica de operações que sejam materiais para a Controladora e suas subsidiárias, ou uma subsidiária adquirida com propósitos comerciais ou que seja parte de um único plano coordenado para manter uma linha de negócios ou área geográfica de operações que sejam materiais e sejam consideradas separadas.

#### **Arrendamento financeiro**

Os arrendamentos são classificados como locações financeiras quando todos os riscos e benefícios da propriedade do imóvel arrendado são substancialmente transferidos para o locatário. Alguns dos critérios a serem levados em consideração para definir se os riscos e benefícios substanciais foram transferidos incluem (a) quando o prazo do arrendamento for igual ou superior a 75% da vida econômica do bem e/ou (b) quando o valor presente dos pagamentos mínimos previstos no contrato de arrendamento for igual ou superior a 90% do justo valor do bem.

As prestações contingentes do contrato de arrendamento são estimadas com base na causa que resulta na variação da prestação por razões diferentes da passagem do tempo.

##### **a. A Controladora e suas subsidiárias como arrendatárias**

Sempre que a Controladora e suas subsidiárias atuam como arrendatária de um ativo sob um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é apresentado na demonstração da posição financeira como um ativo, de acordo com a natureza do ativo conforme o contrato de arrendamento e, ao mesmo tempo, um passivo no mesmo valor é registrado na demonstração da posição financeira, estimado como o menor valor entre o justo valor do ativo arrendado ou o valor presente das prestações mínimas a pagar ao arrendador, mais, conforme aplicável, o preço do exercício da opção de compra.

Quanto às vidas úteis, tais ativos são depreciados ou amortizados com o mesmo critério aplicado aos elementos do ativo imobilizado, ou ativos intangíveis para uso próprio, desde que a propriedade do ativo seja transferida para a Controladora e suas subsidiárias no final do contrato, via opção de compra ou então; caso contrário, as vidas úteis são definidas como o prazo do contrato ou a vida útil do elemento do ativo imobilizado, o que for menor.

As prestações do arrendamento são divididas entre os juros e a diminuição do principal. As despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

b. A Controladora e suas subsidiárias como arrendadoras

Onde quer que a Controladora e suas subsidiárias atuem como arrendador de um ativo sob arrendamento financeiro, o ativo arrendado não é mostrado como ativo imobilizado, dado que os riscos associados ao imóvel foram transferidos para o arrendatário; ao invés disso, um ativo financeiro é reconhecido pelo valor presente das prestações mínimas do arrendamento a receber mais o valor residual não garantido.

As prestações do leasing recebidas são divididas entre os juros e a diminuição do principal. A receita financeira relacionada aos juros é reconhecida na demonstração de resultados do período.

#### **Arrendamento operacional**

São contratos de arrendamento sob os quais todos os riscos e benefícios substanciais ligados ao bem permanecem com o arrendador.

Os pagamentos ou cobranças por conta do arrendamento operacional são reconhecidos como despesas ou receitas na demonstração de resultados em base linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento. Os pagamentos ou cobranças contingentes são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

Sempre que a Empresa faz pagamentos antecipados ou recebe pagamentos antecipados por conta de contratos de arrendamento, relacionados ao uso de bens, tais pagamentos são contabilizados como despesas pagas antecipadamente e as cobranças são contabilizadas como receita recebida antecipadamente, e ambos são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento.

#### **Direitos de uso**

Os ativos de direitos de uso são ativos que representam o direito da Controladora e de suas subsidiárias como locatários de usar um ativo subjacente durante o prazo de um contrato de arrendamento.

Eles são inicialmente mensurados pelo custo, que inclui o valor presente dos pagamentos sob o contrato de arrendamento descontado à taxa incremental de empréstimos da Controladora e suas subsidiárias, mais os custos indiretos incorridos sob o contrato de arrendamento, mais uma estimativa dos custos necessários para dismantelar o ativo subjacente após o término do contrato de arrendamento. Posteriormente, eles são mensurados ao custo menos a depreciação acumulada e menos as perdas por deterioração acumuladas, mais os ajustes das medidas das obrigações do contrato de arrendamento relevantes para o direito de uso.

As vidas úteis dos direitos de uso são definidas pelos termos irrevogáveis dos contratos de arrendamento que cobrem os ativos subjacentes juntamente com os períodos cobertos por uma opção para estender o prazo ou uma opção para rescindir o contrato de arrendamento.

A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos decorrentes do direito de uso:

- Contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes são bens de baixo custo, tais como móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos e equipamentos de escritório,
- Contratos de arrendamento para ativos subjacentes com prazo inferior a um ano,
- Contratos de arrendamento que cobrem ativos intangíveis.

#### **Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou fabricação de um ativo qualificado, em outras palavras, um ativo que necessariamente leva um período substancial de tempo (geralmente mais de seis meses) para ficar pronto para seu uso pretendido ou venda, são capitalizados como parte do custo do respectivo ativo. Outros custos de empréstimo são contabilizados como despesas durante o período em que são incorridos. Os custos do empréstimo são feitos com juros e outros custos incorridos para garantir o empréstimo.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

No encerramento de cada período anual, a Controladora e suas subsidiárias avaliam se há indicação de que o valor de um ativo possa sofrer redução. Ativos com vida útil definida estão sujeitos a perda por redução ao valor recuperável, desde que haja evidência objetiva de que, como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial, o valor contábil dos mesmos não pode ser recuperado, no todo ou em parte.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não sujeitos a amortização são testados para perda por redução ao valor recuperável no encerramento de cada ano, exceto para aqueles ativos intangíveis vinculados a uma combinação de negócios ainda em período de medição onde a pesquisa de alocação do preço de compra não foi concluída.

Os indicadores perda por redução ao valor recuperável definidos pela Controladora e suas subsidiárias, além das fontes de dados externas (ambiente econômico e valor de mercado dos ativos, entre outros), são baseados na natureza dos ativos:

- Ativos móveis vinculados a uma unidade geradora de caixa: relação entre o valor contábil líquido dos ativos relacionados a cada loja e o valor de venda (IVA incluído). Caso esta proporção seja superior à porcentagem definida para cada formato, então há indicação de perda por redução ao valor recuperável;
- Imóveis: comparação do valor contábil líquido dos ativos com o valor de mercado dos mesmos.

Para avaliar perdas por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no nível de unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa, conforme aplicável, e é feita uma estimativa do valor recuperável dos mesmos. A Controladora e suas subsidiárias definiram cada loja ou cada loja como uma unidade geradora de caixa individual. Em relação ao Ágio, as unidades geradoras são agrupadas com base na marca, que representa o valor mais baixo ao qual o Ágio é monitorada.



O valor recuperável é o maior entre o justo valor menos os custos de venda da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa e o valor em uso. Este valor recuperável é estimado para um ativo individual, a menos que tal ativo não gere nenhum fluxo de caixa independentemente dos fluxos de caixa obtidos por outros ativos ou grupos de ativos.

Perda por redução ao valor recuperável é reconhecida com encargos ao período resulta no montante do excesso do valor contábil do ativo sobre o valor recuperável, reduzindo primeiro o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa; caso haja um saldo remanescente, reduzindo todos os outros ativos da unidade geradora de caixa ou grupo de unidades em função do valor contábil de cada ativo até que tal valor contábil atinja zero.

Para determinar o justo valor menos os custos de venda, um modelo de preço é usado de acordo com a unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa, se puder ser estabelecido.

Para avaliar o valor em uso:

- É feita uma estimativa dos futuros fluxos de caixa da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa durante um período que não deve exceder cinco anos. Os fluxos de caixa além do período previsto são estimados pela aplicação de uma taxa de crescimento constante ou decrescente.
- O valor terminal é estimado aplicando uma taxa de crescimento perpétuo, de acordo com o fluxo de caixa previsto no final do período explícito.
- Os fluxos de caixa e o valor terminal são descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que corresponde às taxas de mercado pendentes que refletem o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos particulares ligados à unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa.

A Controladora e suas subsidiárias avaliam se a perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida não existe mais ou diminuiu; em tais eventos, o valor contábil da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa é aumentado para a estimativa revisada do valor recuperável, sem exceder o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por redução ao valor recuperável anterior tivesse sido reconhecida. Tal reversão é reconhecida como receita no resultado do período, exceto para ágio cuja perda por redução ao valor recuperável não é revertida.

### **Estoques**

Os Estoques incluem bens adquiridos com o propósito de serem vendidos no curso normal dos negócios, bens em processo de fabricação ou construção com vistas a tal venda, e bens a serem consumidos no processo de produção ou prestação de serviços.

Os Estoques em trânsito são reconhecidos no recebimento de todos os riscos e benefícios substanciais associados ao ativo, de acordo com as obrigações de desempenho cumpridas pelo vendedor, conforme apropriado sob condições de aquisição.

Os Estoques também incluem propriedade imobiliária onde a construção ou desenvolvimento de um empreendimento imobiliário tenha sido iniciado com vistas a vendas futuras.

Os Estoques são avaliados usando o método "first-in-first-out" (FIFO). O custo do reconhecimento inicial inclui custos de aquisição, custos de processamento e outros custos incorridos para levar os estoques ao seu local e condição atual, ou seja, após a conclusão do processo de produção ou recebimento na loja. Os custos de logística e descontos de fornecedores são capitalizados como parte dos estoques e reconhecidos no custo das mercadorias vendidas no momento da venda.

Os Estoques são avaliados no encerramento do período pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização.

A Controladora e suas subsidiárias avaliam se as perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas no estoque não existem mais ou diminuíram; nestes eventos, o valor contábil dos estoques é o menor do custo e do valor líquido de realização. Esta reversão é reconhecida como uma diminuição na perda por redução ao valor recuperável.

A Controladora e suas subsidiárias fazem uma estimativa de obsolescência e perda física de estoques, com base na idade dos estoques, mudanças nas condições de fabricação e venda, regulamentos comerciais, probabilidade de perda e outras variáveis que afetam o valor recuperável.

### **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Controladora e suas subsidiárias se tornam uma parte de acordo com os termos e condições do instrumento. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor no resultado;
- Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, e
- Ativos financeiros a justo valor através de outro resultado abrangente.

A classificação depende do modelo de negócio utilizado para administrar os ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa do ativo financeiro; tal classificação é definida no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são classificados como ativos circulantes, se vencerem em menos de um ano; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

a. Ativos financeiros mensurados pelo justo valor no resultado

Inclui ativos financeiros incorridos principalmente buscando administrar a liquidez através de vendas frequentes do instrumento. Esses instrumentos são mensurados pelo justo valor e as variações de valor são levadas ao resultado no momento de sua ocorrência.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos conhecidos e datas de vencimento fixas, para os quais existe a intenção e a capacidade de cobrar os fluxos de caixa do instrumento sob um contrato.

Estes instrumentos são medidos ao custo amortizado usando o método de juros efetivos. O custo amortizado é estimado pela adição ou dedução de qualquer prêmio ou desconto, receita ou custo incremental, durante o restante da vida útil do instrumento. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado pela amortização ou se houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Estes ativos financeiros são apresentados como ativos não circulantes, com exceção daqueles com vencimento em menos de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

c. Ativos financeiros a justo valor através de outro resultado abrangente

Representam investimentos de renda variável não detidos para negociação nem considerados como uma contrapartida contingente do adquirente em uma combinação de negócios. Com relação a estes investimentos, no reconhecimento inicial foi tomada a decisão irrevogável de apresentar os ganhos ou perdas em outro resultado abrangente com base em uma mensuração subsequente pelo justo valor.

Os ganhos e perdas decorrentes da nova mensuração pelo justo valor são reconhecidos em outro resultado abrangente até que o ativo seja desreconhecido. Neste caso, os ganhos e perdas reconhecidos anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para lucros acumulados.

Estes ativos financeiros são incluídos como ativos não circulantes a menos que a intenção seja alienar o investimento dentro de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

d. Desreconhecimento

Um ativo financeiro, ou uma parte dele, é desreconhecido quando de sua venda, transferência, expiração ou perda de controle sobre os direitos contratuais ou sobre os fluxos de caixa do instrumento. Quando substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são retidos pela Controladora e suas subsidiárias, um ativo financeiro continua sendo reconhecido na demonstração da posição financeira pelo seu valor total.

e. Método de juros efetivos

É o método para estimar o custo amortizado de um ativo financeiro e a alocação da receita de juros durante todo o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa líquidos futuros estimados a receber (incluindo todos os encargos e receitas recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, custos de operação e outras recompensas ou descontos), durante a vida útil esperada de um ativo financeiro.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Dado que as contas comerciais a receber e outras contas a receber são consideradas como contas a receber de curto prazo de menos de 12 meses a partir da data de emissão e não contendo um componente financeiro significativo, a perda por redução ao valor recuperável é estimada desde o reconhecimento inicial e em cada data de apresentação como a perda esperada para os 12 meses seguintes.

Para ativos financeiros diferentes daqueles mensurados ao justo valor, as perdas esperadas são mensuradas ao longo da vida útil do ativo relevante. Para este fim, determina-se se o risco de crédito decorrente do ativo avaliado individualmente aumentou significativamente, comparando-se o risco de inadimplência na data de apresentação com o risco na data de reconhecimento inicial; se assim for, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no período resulta no valor das perdas de crédito esperadas nos 12 meses seguintes.

g. Empréstimos e contas a receber

Empréstimos e contas a receber são ativos financeiros emitidos ou adquiridos em troca de dinheiro, bens ou serviços entregues a um devedor.

As contas a receber de operações de venda são medidas pelos valores das faturas menos a perda acumulada por redução ao valor recuperável das perdas. Essas contas a receber são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios foram transferidos a terceiros e todas as obrigações de desempenho acordadas com o cliente foram cumpridas ou estão em processo de serem cumpridas.

Empréstimos de longo prazo (mais de um ano da data de emissão) são avaliados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos sempre que os valores envolvidos forem materiais. Perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração de resultados.

Esses instrumentos são incluídos como ativo circulante, exceto para aqueles com vencimento após 12 meses da data da demonstração da posição financeira, que são classificados como ativos não circulantes. As contas a receber que devem ser liquidadas durante um período superior a 12 meses e incluem pagamentos durante os primeiros 12 meses, são apresentadas como parcela não circulante e parcela corrente, respectivamente.

h. Capital circulante líquido

Incluem disponibilidades e depósitos em bancos, e investimentos altamente líquidos. Para serem classificados como aplicações de elevada liquidez, os investimentos devem atender os seguintes critérios:

- (a) Investimentos de curto prazo, em outras palavras, com prazos menores ou iguais a três meses a partir da data de aquisição;
- (b) Investimentos de alta liquidez;
- (c) Prontamente convertidos em dinheiro, e
- (d) Sujeito ao baixo risco de mudança de valor.

Na demonstração da situação financeira, as contas contábeis que mostram os saques a descoberto com instituições financeiras são classificadas como passivos financeiros. Na demonstração dos fluxos de caixa, tais saques a descoberto são apresentados como um componente do capital circulante líquido, desde que sejam parte integrante do sistema de gestão de caixa da Controladora e de suas subsidiárias.

**Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Controladora e suas subsidiárias se tornam uma parte de acordo com os termos e condições do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros pelo justo valor através da receita e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

a. Passivos financeiros mensurados pelo justo valor no resultado

Os passivos financeiros são classificados nesta categoria quando mantidos para negociação ou quando no reconhecimento inicial são designados pelo justo valor no resultado.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Incluem empréstimos recebidos e títulos emitidos, que são inicialmente medidos pelo montante real recebido líquido dos custos de operação e posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos, reconhecendo a despesa com juros baseada na rentabilidade efetiva.

c. Desreconhecimento

Uma responsabilidade financeira ou parte dela é desreconhecida quando da liquidação ou expiração da obrigação contratual.

d. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é o método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e a alocação das despesas com juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta com precisão os fluxos de caixa futuros estimados a pagar durante a vida esperada de um passivo financeiro, ou, conforme apropriado, um período mais curto sempre que uma opção de pré-pagamento estiver associada ao passivo e for provável que ela seja exercida.

**Derivativos incorporados**

A Controladora e suas subsidiárias implementaram um procedimento que permite avaliar a existência de derivativos incorporados em contratos financeiros e não financeiros. Caso exista um derivativo incorporado, e se o acordo principal não for contabilizado pelo justo valor, o procedimento define se as características e riscos do mesmo não estão intimamente relacionados com o acordo principal, caso em que é necessário reservar separadamente.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo justo valor, tanto inicialmente como posteriormente. Os instrumentos derivativos são reconhecidos como ativos financeiros quando seu justo valor envolve um direito, e como passivos financeiros quando seu justo valor envolve uma obrigação.

O justo valor desses instrumentos é estimado na data de encerramento da apresentação das demonstrações contábeis.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no justo valor dos instrumentos derivativos são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, exceto aqueles mantidos sob contabilidade de hedge e considerados como hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimento líquido no exterior.

As operações com derivativos envolvem forwards e swaps, visando reduzir o risco de mercado de ativos e passivos, utilizando as melhores estruturas de hedge disponíveis no mercado, sendo capazes de estabilizar os fluxos de caixa do serviço da dívida.

Quanto aos forwards, a intenção é administrar o risco cambial, e quanto aos swaps, administrar adicionalmente o risco de taxa de juros em moeda estrangeira. Os efeitos de ambos, instrumentos financeiros derivativos e elementos cobertos são reconhecidos na demonstração de resultados sob a rubrica de resultados financeiros líquidos.

Mesmo que seja verdade que a Controladora e suas subsidiárias não utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, nessas demonstrações contábeis tais derivativos não foram considerados instrumentos de hedge, uma vez que não atendem aos requisitos estabelecidos pelas Normas Internacionais de Informações Financeiras aceitas na Colômbia.

Os contratos forward e swap que atendem aos requisitos de contabilidade de hedge são reconhecidos de acordo com a política de contabilidade de hedge.

Os derivativos financeiros são medidos pelo justo valor utilizando técnicas de avaliação financeira baseadas em fluxos de caixa descontados. As variáveis utilizadas para avaliação são as taxas de câmbio em vigor na data de avaliação aplicável às moedas acordadas no instrumento e as taxas de juros associadas a ele.

### **Contabilidade de hedge**

A Controladora e suas subsidiárias realizam operações de hedge sob contratos a termo e de swap, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e de juros aplicáveis a seus passivos.

Os instrumentos de hedge são mensurados pelo justo valor e a contabilidade de hedge somente será utilizada se:

- A relação de cobertura foi claramente definida e documentada inicialmente, e
- A eficácia da sebe pode ser evidenciada inicialmente e ao longo de sua vida.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual a eficácia do instrumento de hedge será medida ao compensar a exposição a mudanças no justo valor do item coberto ou a mudanças nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

Os hedges são considerados eficientes quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge, os efeitos do risco de crédito não prevalecem sobre as mudanças de valor decorrentes de tal relação econômica, e a relação de hedge é a mesma que surge do item coberto e do montante do instrumento de hedge utilizado.

Os instrumentos de hedge são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, ou seja, na data de execução do contrato de derivativo, e posteriormente mensurados pelo justo valor. Eles são apresentados como ativos não circulantes ou passivos não circulantes sempre que o vencimento remanescente do item protegido por hedge ultrapassar 12 meses, e, na sua falta, como ativos e passivos circulantes se o vencimento do item protegido por hedge não ultrapassar 12 meses.

Os hedges são classificados e contabilizados da seguinte forma, mediante o cumprimento de critérios rigorosos de contabilidade de hedge:

- Hedge de fluxo de caixa: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma operação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período.

A parte efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outras receitas abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de resultados.

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para a demonstração do resultado sempre que a operação coberta tiver um impacto nos resultados, no mesmo item da demonstração do resultado em que o item coberto foi reconhecido. Entretanto, quando a operação prevista que é protegida resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, os ganhos ou perdas reconhecidos anteriormente em outros resultados abrangentes são reclassificados pelo valor inicial de tal ativo ou passivo.

A contabilidade de hedge é descontinuada ao se anular a relação de hedge, quando o instrumento de hedge vence ou é vendido, expira ou é exercido, ou não se qualifica mais para contabilidade de hedge. Nesses eventos, qualquer ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é mantido no patrimônio líquido e reconhecido quando a operação prevista realmente tem um impacto nos resultados do período. Quando não é mais esperado que uma operação prevista ocorra, então o ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

- Hedge de justo valor: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no justo valor de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos.

Uma mudança no justo valor de um derivativo que é um instrumento de cobertura de justo valor é reconhecida na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira. Uma mudança no justo valor de um item coberto atribuível ao risco coberto é contabilizada como parte do valor contábil do item coberto e também é reconhecida na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira.

Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente no justo valor do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido nos resultados do período.

- Hedges de investimento líquido no exterior: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios estrangeiros para a moeda do relatório da empresa.

A parte efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos para cobrir um investimento líquido no exterior é reconhecida em outras receitas abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de resultados.

Se a Controladora e suas subsidiárias alienarem um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da parcela efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração de resultados.

## **Benefícios para os empregados**

### **a. Planos de contribuição definidos**

Planos de benefícios pós-emprego sob os quais existe a obrigação de fazer certas contribuições pré-determinadas a uma entidade separada (um fundo de aposentadoria ou companhia de seguros) e não há mais nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. Tais contribuições são reconhecidas como despesas na demonstração de resultados, na medida em que as contribuições relevantes são exigíveis.

### **b. Planos de benefícios pós-emprego definidos**

Os planos de benefícios pós-emprego são aqueles sob os quais existe a obrigação de fornecer diretamente o pagamento da pensão de aposentadoria e o pagamento retroativo de indenização, de acordo com as exigências legais colombianas. A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir os planos de benefícios definidos.

As obrigações definidas dos planos de benefícios pós-emprego são estimadas individualmente para cada plano, com o apoio de terceiros independentes, aplicando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada, utilizando hipóteses atuariais na data do período reportado, tais como: expectativas de aumento salarial, tempo médio de emprego, expectativa de vida e rotatividade de pessoal. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos em outras receitas abrangentes. Despesas com juros sobre benefícios pós-emprego definidos, bem como liquidações e reduções do plano, são reconhecidas nos resultados do período como custos financeiros.

### **c. Benefícios a longo prazo para empregados**

Estes são benefícios que não devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses após a data de encerramento da demonstração da posição financeira em relação aos quais os empregados prestam seus serviços. Estes benefícios referem-se a bônus de tempo de serviço e benefícios similares. A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir benefícios de longo prazo.

A responsabilidade por benefícios de longo prazo é determinada separadamente para cada plano com o apoio de terceiros independentes, seguindo a avaliação atuarial do método da unidade de crédito prevista, usando pressupostos atuariais na data do período de relatório. O custo do serviço corrente, custo do serviço passado, custo para juros, ganhos e perdas atuariais, bem como liquidações ou reduções no plano são imediatamente reconhecidos na demonstração de resultados.

### **d. Benefícios a curto prazo para empregados**

Estes são benefícios que devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses e após a data de encerramento da demonstração da posição financeira em relação à qual os funcionários prestam seus serviços. Tais benefícios incluem uma participação nos lucros a pagar aos funcionários com base no desempenho. As obrigações de benefícios de curto prazo são medidas com base na melhor estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações na data de encerramento do período de relatório.

### **e. Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A Controladora e suas subsidiárias pagam aos funcionários certos benefícios no momento da rescisão, sempre que for tomada a decisão de rescindir um contrato de trabalho antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que um funcionário aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão de seu contrato de trabalho.

Os benefícios de rescisão são classificados como benefícios de curto prazo para empregados e são reconhecidos nos resultados do período quando se espera que sejam totalmente liquidados dentro de 12 meses do fechamento do período de relatório; e são classificados como benefícios de longo prazo para empregados quando se espera que sejam liquidados após 12 meses do fechamento do período de relatório.

## **Passivos de arrendamento**

Inicialmente, os passivos do arrendamento compreendem pagamentos pelo direito de uso do ativo subjacente durante o prazo do contrato de arrendamento, incluindo pagamentos fixos, pagamentos variáveis do arrendamento e o pagamento de multas decorrentes da rescisão do contrato de arrendamento. Posteriormente, as obrigações de arrendamento são medidas aumentando o valor contábil para refletir os juros, reduzindo o valor contábil para mostrar os pagamentos de aluguel efetuados e remensurando o valor contábil para refletir novas emendas ao contrato de arrendamento.

## **Provisões, ativos e passivos contingentes**

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem como provisões todas as obrigações pendentes na data da demonstração da posição financeira, resultantes de eventos passados, que podem ser mensurados com precisão, e a liquidação dos mesmos pode exigir uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos e cujo momento e/ou montante sejam incertos.

As provisões são reconhecidas pelo valor atual da melhor estimativa de saída de caixa necessária para liquidar o passivo. Nos casos em que houver expectativa de que a provisão será reembolsada, total ou parcialmente, o reembolso é reconhecido como um ativo independente com uma receita como entrada de saldo, somente quando tal reembolso for virtualmente certo.

As provisões são revisadas periodicamente e quantificadas com base nas melhores informações disponíveis na data da demonstração da posição financeira.

As provisões sob contratos para contraprestação são obrigações presentes decorrentes de contratos para contraprestação e reconhecidas como provisões sempre que os custos inevitáveis a serem incorridos na execução do contrato excederem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos nos termos do mesmo.

Uma provisão de reorganização empresarial é reconhecida onde quer que haja uma obrigação construtiva de conduzir uma reorganização, ou seja, quando um plano formal e detalhado de reorganização tenha sido preparado e tenha levantado uma expectativa válida naqueles afetados porque suas condições gerais foram anunciadas antes do encerramento do período de relatório.

Os passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados, cuja existência está sujeita à ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Controladora e suas subsidiárias; ou obrigações atuais decorrentes de eventos passados, dos quais o valor da obrigação não pode ser estimado com exatidão, ou não é provável que seja necessário um desembolso de recursos para liquidar a obrigação. Os passivos contingentes não são incluídos nas demonstrações contábeis; em vez disso, eles são divulgados em notas às demonstrações contábeis, exceto aqueles individualmente incluídos no relatório de preços de compra sob uma combinação de negócios, cujo justo valor pode ser estabelecido com precisão e em relação aos quais uma saída de recursos para liquidar a obrigação é considerada remota.

Um ativo contingente é um possível ativo que surge de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Controladora e de suas subsidiárias. Os ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira até que a realização da receita seja virtualmente verdadeira; em vez disso, eles são divulgados nas notas às demonstrações contábeis.

### **Impostos**

Os impostos incluem obrigações a pagar ao Governo pela Controladora e suas subsidiárias, determinadas com base em liquidações privadas geradas durante o período tributável relevante.

Os impostos incluem:

#### Colômbia:

- Imposto de renda,
- Imposto sobre bens imóveis, e
- Imposto industrial e comercial.

#### Argentina:

- Imposto de renda,
- Impostos provinciais,
- Imposto sobre bens pessoais - parte responsável substituta, e
- Imposto municipal sobre o comércio e a indústria.

#### Uruguai:

- Imposto de renda (IRIC),
- Imposto sobre o patrimônio,
- Imposto predial,
- Imposto industrial e comercial,
- Imposto sobre Controle de Sociedades Anônimas (ICOSA),
- Imposto nacional sobre a produção de vinho (INAVI), e
- Imposto sobre a Alienação ou Transferência de Bens Agrícolas e Pecuários (IMEBA)

#### Imposto de renda atual

O imposto de renda corrente para a Controladora e suas subsidiárias na Colômbia é calculado sobre o maior entre o lucro presumido e o lucro líquido tributável à alíquota oficial aplicável anualmente em cada encerramento de apresentação de demonstrações contábeis. A despesa de imposto de renda corrente é reconhecida com a cobrança do imposto de renda.

Para as subsidiárias no Uruguai, o imposto de renda é cobrado à alíquota oficial aplicável a cada encerramento de exercício.

A despesa de imposto de renda é reconhecida com encargos no resultado.

Ativos e passivos fiscais correntes são compensados para fins de apresentação se houver um direito legalmente exigível, se tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal e a intenção é liquidá-los pelo valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido surge de diferenças temporárias e outros eventos que dão origem a diferenças entre a base contábil e a base tributável dos ativos e passivos. O imposto de renda diferido é reconhecido pelo valor não descontado que a Companhia espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais, avaliado às alíquotas fiscais esperadas a serem aplicadas durante o período em que o ativo será realizado, ou o passivo será liquidado.

O imposto de renda diferido ativo só é reconhecido se for provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser compensadas. Os passivos de imposto de renda diferido são sempre reconhecidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de combinações de negócios têm um impacto no ágio.

Os efeitos do imposto diferido são reconhecidos na renda do período ou em outra renda integral, dependendo de onde os lucros ou perdas originados foram contabilizados, e são mostrados na demonstração da posição financeira como itens não correntes.

Para fins de apresentação, os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legalmente exigível e tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal.

Nenhum passivo fiscal diferido é contabilizado pelo total das diferenças que podem surgir entre os saldos contábeis e os saldos tributáveis de investimentos em coligadas e joint ventures, uma vez que a isenção contida no IAS 12 é aplicada no registro de tais passivos fiscais diferidos.

### **Capital social**

O capital social da Controladora é composto por ações ordinárias.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no patrimônio líquido como uma dedução do valor recebido, líquido de impostos.

### **Receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes**

As receitas de atividades ordinárias sob contratos com clientes incluem vendas a varejo em lojas, prestação de serviços, vendas de empreendimentos imobiliários e estoques, venda de garantias estendidas, arrendamento de propriedade e espaço físico e negócios complementares como seguros, viagens, telefone, transporte e financiamento a clientes, entre outros.

A receita é medida pelo justo valor da contraprestação recebida ou a ser recebida, líquida de descontos comerciais, descontos à vista e descontos por volume; o imposto sobre valor agregado é excluído.

A receita das vendas a varejo é reconhecida quando (a) os riscos e benefícios significativos ligados à propriedade dos bens são transferidos para o comprador e as obrigações de desempenho com o cliente são satisfeitas, na maioria dos casos mediante transferência de título legal, (b) tal receita pode ser medida de forma confiável e

(c) Há uma probabilidade de que os benefícios econômicos da operação sejam recebidos.

A receita da prestação de serviços é reconhecida no período de realização, desde que as obrigações de desempenho acordadas com o cliente tenham sido cumpridas. Se as obrigações de desempenho da prestação de serviços estiverem sujeitas ao cumprimento de uma série de compromissos, então o tempo adequado para o reconhecimento é avaliado, seja durante o período de prestação do serviço ou em um único momento. Consequentemente, a receita da prestação de serviços pode ser reconhecida imediatamente (quando o serviço for considerado prestado) ou ser diferida durante o período em que o serviço for prestado, ou o compromisso for cumprido.

Quando mercadorias são vendidas juntamente com incentivos de fidelidade do cliente, a receita é alocada às vendas no varejo e à venda de incentivos, a valores justos. A receita diferida da venda de incentivos é reconhecida na demonstração de resultados quando do resgate de produtos pelo cliente, ou quando do vencimento.

Os contratos de intermediação são analisados com base em critérios específicos para determinar quando a Controladora e suas subsidiárias atuam como principal e quando atuam como agente de comissão.

A receita de dividendos é reconhecida quando surge o direito de receber pagamento por investimentos classificados como instrumentos financeiros; os dividendos recebidos de associadas e joint ventures que são reconhecidos usando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos como um valor inferior do investimento.

A receita de royalties é reconhecida quando as condições estabelecidas nos contratos são cumpridas.

A receita dos arrendamentos operacionais de propriedades de investimento é reconhecida de forma linear ao longo do prazo do contrato. A receita de juros é reconhecida usando o método de juros efetivos.

A receita de operações de permuta é reconhecida na troca efetiva e (a) os ativos são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida na data da troca; ou (b) pelo justo valor dos bens entregues.

### **Programas de fidelização**

Sob seus programas de fidelização, algumas subsidiárias concedem pontos ao cliente em compras, que podem ser trocados no futuro por benefícios como prêmios ou mercadorias disponíveis nas lojas, meios de pagamento ou descontos, resgate com aliados e programas de continuidade, entre outros. Os pontos são medidos pelo justo valor, que é o valor de cada ponto recebido pelo cliente, levando em consideração as diversas estratégias de resgate. O justo valor de cada ponto é estimado no final de cada período contábil.

A obrigação de conceder tais pontos é registrada no passivo como uma receita diferida que representa a parcela de benefícios não amortizados ao justo valor, considerando para tal efeito a taxa de resgate e a parcela estimada de pontos que não se espera que sejam amortizados pelos clientes.

### **Custos e despesas**

Os custos e despesas são reconhecidos nos resultados do período após uma diminuição dos benefícios econômicos, associados a uma diminuição dos ativos ou um aumento dos passivos, e o valor dos mesmos pode ser medido de forma confiável.

Os custos e despesas incluem todas as saídas de caixa necessárias para completar as vendas, bem como as despesas necessárias para prestar os serviços, tais como depreciação do ativo imobilizado, despesas de pessoal, pagamentos sob contratos de serviço, reparos e manutenção, custos operacionais, seguros, taxas e despesas de arrendamento, entre outros.

#### **Lucro por ação básico e diluído**

O lucro por ação básica é calculado pela divisão do lucro líquido do período atribuível à Controladora, não incluindo o número médio de ações da Controladora detidas por uma subsidiária, se houver, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo, se houver, as ações ordinárias adquiridas pela Controladora e detidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluída é calculado pela divisão do lucro líquido do período atribuível à Controladora pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas caso todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas com efeito diluidor. O lucro líquido do período, se houver, é ajustado pelo montante de dividendos e juros relacionados aos títulos conversíveis e instrumentos de dívida subordinada.

A Controladora não realizou nenhuma operação que tenha um efeito diluidor potencial que leve a lucros por ação diluídos além dos lucros por ação básica.

#### **Segmentos de operação**

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades comerciais das quais obtém receita sob atividades ordinárias e incorre em custos e despesas e cujos resultados operacionais são revisados continuamente pela mais alta autoridade operacional decisória da Controladora, ou seja, o Conselho de Administração, e sobre o qual estão disponíveis informações financeiras distintas. A Administração da Controladora avalia a rentabilidade de tais segmentos com base na receita das atividades ordinárias sob contratos com clientes.

Para fins de apresentação, as empresas não operacionais - holdings que detêm participações nas empresas operacionais - são alocadas por segmentos para a área geográfica a que pertencem as empresas operacionais. Caso a holding detenha participações em várias empresas operacionais, a alocação é feita para a empresa operacional mais significativa.

O total de ativos e passivos por segmento não são informados internamente para fins administrativos e, conseqüentemente, não são divulgados na nota referente à divulgação de informações por segmento.

As informações por segmento são preparadas sob as mesmas políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis consolidadas.

### **Nota 5. Normas e interpretações novas e modificadas**

#### **Nota 5.1. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi emitido na Colômbia o Decreto Regulamentar 1432, de 5 de novembro de 2020, que altera o anexo técnico que compila as normas de relatórios financeiros incluídas no Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre contabilidade", normas de relatórios financeiros e garantia de informações" que já haviam sido emendadas em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e que haviam sido atualizadas em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270. Esta emenda permite a incorporação da Emenda à IFRS 16 "Concessões de arrendamento relacionadas à Covid-19", emitida em maio de 2020.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda a IAS 1, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda a IFRS 16, aplicável a partir de 1º de junho de 2020; entretanto, os arrendadores podem aplicar esta emenda a qualquer uma das demonstrações contábeis a partir da data de emissão.
- Emenda a NIIF 3, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda a IAS 16, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Emenda a IAS 37, aplicável a partir de janeiro de 2022.
- Melhorias anuais às normas IFRS ciclo 2012-2020, a ser aplicado a partir de janeiro de 2022.
- Emenda a IFRS 17, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda a IFRS 4, aplicável a partir de junho de 2020.
- Emenda a IAS 1, aplicável a partir de janeiro de 2023.
- Emenda a IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16, a ser aplicada a partir de janeiro de 2021, sendo permitida a adoção antecipada.

#### **Emenda a IAS 1 - Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes (emitido em janeiro de 2020)**

Esta emenda, que modifica a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, esclarece especificamente um dos critérios para classificar um passivo como não corrente. É permitida a aplicação mais cedo. Entretanto, o International Accounting Standards Board discutirá se a data efetiva será adiada por causa da pandemia Covid-19.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.



#### Emenda a IFRS 16 - Arrendamentos (emitida em maio de 2020)

A Emenda, chamada "Covid-19 Related Rent Concessions" foi emitida para facilitar aos locatários o reconhecimento contábil de potenciais mudanças nos contratos de arrendamento que possam surgir em relação à pandemia de Covid-19.

Esta Emenda acrescentou os parágrafos 46A e 46B ao IFRS 16, dispensando os arrendatários de considerar individualmente os contratos de arrendamento para determinar se as concessões de aluguel que surgem como consequência direta da pandemia Covid-19 são emendas a tais contratos, e permite aos arrendadores contabilizar tais concessões como se não fossem emendas aos contratos de arrendamento.

As mudanças introduzidas oferecem uma solução prática que consiste basicamente em reconhecer no período a diminuição dos pagamentos de aluguel (que normalmente seria considerada uma emenda ao contrato), tornando necessária uma nova estimativa das responsabilidades de aluguel a uma taxa de desconto revisada.

Esta Emenda não se aplica aos arrendadores.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### Emenda a IFRS 3 - Combinações de negócio (emitida em maio de 2020)

Nesta Emenda, a referência à última versão do Marco Conceptual emitida em março de 2018 substitui a referência a uma versão anterior. Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### IAS 16 - Ativo imobilizado (emitida em maio de 2020)

De acordo com esta Emenda, uma empresa não pode deduzir do custo do ativo imobilizado os valores recebidos da venda dos itens fabricados enquanto a empresa prepara o ativo para o uso previsto. Ao invés disso, uma empresa reconhecerá na receita tais receitas de vendas e custos relacionados.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (emitida em maio de 2020)

Esta Emenda lista os custos a serem incluídos por uma entidade para determinar se um contrato é oneroso. Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### Melhoria anual para o ciclo IFRS 2018-2020 (emitida em maio de 2020)

Inclui as seguintes emendas que esclarecem a redação e corrigem os excessos ou conflitos entre as exigências Padrão:

- IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira. Aplicação mais fácil da norma por uma subsidiária que adota pela primeira vez após sua Controladora em relação à medição das diferenças de tradução acumuladas.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Emenda esclarece quais honorários profissionais devem ser incluídos por uma empresa ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.
- IAS 41 - Agricultura. A exigência de excluir fluxos de caixa fiscais ao medir o justo valor dos ativos biológicos é eliminada, alinhando assim os requisitos de medição do justo valor com os de outras Normas.
- IFRS 16 - Arrendamentos O exemplo ilustrativo 13 foi emendado para eliminar a possibilidade de confusão em relação aos incentivos de arrendamento.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação dessas melhorias.

#### Emenda a IFRS 17 - Contratos de Seguro (emitida em junho de 2020)

Os princípios básicos introduzidos quando o Conselho emitiu pela primeira vez a IFRS 17 em maio de 2017 não são afetados. A Emenda destina-se a reduzir custos simplificando certos requisitos da Norma, tornando o desempenho financeiro mais fácil de explicar e facilitando a transição ao adiar a data efetiva para 2023, proporcionando assim um alívio adicional ao reduzir o esforço exigido na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### Emenda a IFRS 4 - Extensão da isenção temporária para a aplicação da IFRS 9 (emitida em junho de 2020)

A IFRS 9 trata da contabilidade dos instrumentos financeiros e é efetiva para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. Entretanto, para certas companhias seguradoras, esta IFRS estabelece uma isenção temporária que permite, mas não exige, que a seguradora aplique a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ao invés da IFRS 9 para os períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2023.

O limite para aplicar a isenção temporária da IFRS 9 foi prorrogado por dois anos, em consonância com a data final da isenção temporária e a data de vigência da IFRS 17 que substitui a IFRS 4.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### Emenda a IAS 1 - Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes (emitida em julho de 2020)

A classificação dos passivos como correntes ou não correntes foi emitida em janeiro de 2020, em vigor para os períodos anuais de relatório com início a partir de 1º de janeiro de 2022. Entretanto, devido à pandemia da Covid-19, a Diretoria adiou por um ano a data efetiva para fornecer às empresas tempo suficiente para implementar as mudanças na classificação decorrentes de tais emendas. Nenhuma outra alteração foi introduzida à emenda original emitida em janeiro de 2020.

Nenhum efeito material é esperado da aplicação desta emenda.

#### Emenda a IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma da IBOR e seus efeitos sobre os relatórios financeiros - Fase 2 (emitida em agosto de 2020)

O International Accounting Standards Board concluiu a reforma em andamento das taxas de juros de referência, tais como as taxas oferecidas interbancárias (IBORs). A emenda foi projetada para apoiar as empresas no fornecimento aos investidores de informações úteis sobre os efeitos da reforma nas demonstrações contábeis. As emendas complementam as emitidas em 2019 e estão focadas nos efeitos sobre as demonstrações contábeis quando uma empresa substitui a taxa de juros de referência existente por uma alternativa, como resultado da reforma.

Nenhum efeito material é esperado da aplicação desta emenda.

#### **Nota 5.2. Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas antes de 1 de janeiro de 2020**

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros,
- Emenda a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, e emenda ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros,
- Emenda a IFRS 3 - Combinações de negócios,
- Estrutura conceitual de 2018.
- IFRIC 23 - Incertezas sobre o Tratamento do Imposto de Renda.

Na Colômbia, essas normas e emendas foram promulgadas por meio do Decreto Regulamentar 2270 de 13 de dezembro de 2019, exceção feita à Emenda à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Nenhum efeito material resultou da aplicação destas normas.

#### **Nota 5.3. Normas aplicadas a partir de 2020, emitidas em 2020**

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de junho de 2020, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda a IFRS 16 - Arrendamentos
- Emenda a IFRS 4 - Contratos de Seguro

Esta Emenda a IFRS 4 não foi promulgada na Colômbia. A Emenda a IFRS 16 foi incorporada na Colômbia através da emissão do Decreto Regulamentar 1432 de 5 de novembro de 2020 e a data de adoção foi estabelecida a partir da data de emissão do Decreto Regulamentar e não a partir da data de adoção pelo International Accounting Standards Board.

#### **Nota 5.4. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020**

Durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias não aplicaram a adoção antecipada de normas.

#### **Nota 5.5. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2020, emitidas antes de 1 de janeiro de 2020**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2017, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro, a serem aplicados a partir de janeiro de 2021.

#### IFRS 17 - Contratos de Seguro (emitidos em maio de 2017)

Esta IFRS estabelece os princípios para reconhecimento, medição, apresentação e divulgação dos contratos de seguro, e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Esta norma exige que uma empresa que emite contratos de seguro divulgue tais contratos na demonstração da posição financeira como o agregado de: (a) fluxos de caixa do cumprimento menos as estimativas atuais dos valores que a empresa espera cobrar sobre os prêmios, bem como reclamações, benefícios e pagamentos de despesas esperados, incluindo um ajuste relevante à pontualidade e ao risco ligado a tais valores; e (b) a margem contratual associada ao serviço menos o ganho esperado do fornecimento da cobertura de seguro.

O ganho esperado da cobertura do seguro é reconhecido na renda durante o prazo de validade da cobertura do seguro.

Além disso, exige que uma empresa diferencie os grupos de contratos dos quais espera obter um ganho e aqueles dos quais espera uma perda, sendo este último reconhecido na receita assim que a empresa identificar tais perdas esperadas.

Em cada data de relatório, as empresas são obrigadas a atualizar os fluxos de caixa a partir do cumprimento, utilizando estimativas atuais do valor, atualidade e incerteza dos fluxos de caixa e taxas de desconto.

Com relação à medição, os valores atuais são agora utilizados em vez do custo histórico, o que permite incluir os fluxos de caixa comprometidos (tanto direitos quanto obrigações) e atualizá-los em cada data de relatório.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta IFRS.

#### **Nota 5.6 Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Colômbia promulgou o Decreto Regulamentar 2270 de 13 de dezembro de 2019, para compilar e atualizar as estruturas técnicas que regem a preparação das informações financeiras estabelecidas pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, alterado pelo Decreto Regulamentar 2496 de 2015, Decreto Regulamentar 2131 de 2016 e Decreto Regulamentar 2170 de 2017, que já haviam sido compiladas no Decreto Regulamentar 2483 de 28 de dezembro de 2018. A promulgação deste Decreto Regulamentar permite a adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira autorizadas pelo International Accounting Standards Board que são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020 e todas aquelas em vigor em 31 de dezembro de 2019, com exceção da emenda à IFRS 9 emitida em setembro de 2019.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aplicável a partir de janeiro de 2020.

#### Emenda a IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (setembro de 2019)

A emenda fornece soluções para a incerteza enfrentada pelas empresas devido à eliminação progressiva dos índices de referência relacionados às taxas de juros, como as taxas interbancárias (IBOR). As alterações introduzidas modificam certos requisitos de contabilidade de hedge, incluindo o fornecimento de informações adicionais aos investidores sobre suas relações de hedge que são diretamente afetadas por tais incertezas.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

#### **Nota 5.7 Normas aplicadas a partir de 2019, emitidas antes de 1 de janeiro de 2019**

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- IFRS 16 - Arrendamentos.
- Emenda a IAS 28 - Investimentos em Associadas e Joint Ventures
- Emenda a IFRS 9
- Melhoria anual para o ciclo IFRS 2015-2017
- Emenda a IAS 19 - Benefícios para os funcionários
- IFRIC 23 - Incertezas sobre o Tratamento do Imposto de Renda. Aplicável na Colômbia a partir de 1º de janeiro de 2020.

Na Colômbia, essas normas e emendas foram promulgadas por meio do Decreto Regulamentar 2483 de 28 de dezembro de 2018. Nenhum efeito significativo surgiu da aplicação destas normas, com exceção da IFRS 16 cujos efeitos foram devidamente divulgados nas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018 e são ainda incluídos e registrados nas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2019. Na Colômbia, as Emendas à IAS 19 e IFRIC 23 foram promulgadas por meio do Decreto Regulamentar 2270 de 13 de dezembro de 2019.

#### **Nota 5.8 Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias não aplicaram a adoção antecipada de normas.

#### **Nota 5.9 Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2019, emitidas antes de 1º de janeiro de 2019**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes emendas:

- Emenda a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, e ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros, a serem aplicados a partir de janeiro de 2020.
- Emenda a IFRS 3 - Combinações de negócios, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.
- 2018 Estrutura conceitual, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2017, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro, a serem aplicados a partir de janeiro de 2021.

## Nota 6. Combinações de negócio

### Nota 6.1. Combinações de negócio realizadas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

Nenhuma combinação de negócios foi realizada durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

### Nota 6.2. Combinações de negócio concluídas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

Nenhuma combinação de negócios foi realizada durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020

### Nota 6.3. Combinações de negócio realizadas e concluídas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019

As seguintes combinações de negócios foram realizadas e concluídas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019:

#### Nota 6.3.1. Combinação de negócio Ardal S.A.

Buscando expandir as operações no Uruguai, em 3 de janeiro de 2019 a subsidiária Mercados Devoto S.A. adquiriu 100% das ações da Ardal S.A., uma empresa que se dedica ao negócio de autosserviço de produtos gerais.

O preço de aquisição na data da aquisição foi de \$1.742 e foi totalmente alocado à Ágio.

O Ágio foi totalmente alocado para o segmento do Uruguai e é atribuível às sinergias esperadas da integração da operação das lojas adquiridas neste país.

As despesas associadas à aquisição desta empresa totalizaram US\$129 e estão relacionadas a honorários profissionais.

A consolidação da Ardal S.A. a partir da data de aquisição resultou em receita das atividades ordinárias no valor de \$4.984.

O ágio mostrou as seguintes variações desde o momento da aquisição da empresa até o saldo transportado em dezembro de 2019:

Ágio das aquisições em 3 de janeiro de 2019	1.742
Efeito das diferenças de câmbio	(221)
Ágio em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16)	1.521

## Nota 7. Capital circulante líquido

O saldo do capital circulante líquido é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Disponibilidades e depósitos em bancos	2.304.819	2.460.847
Direitos fiduciários (1)	92.593	82.199
Certificados de depósito a prazo (2)	11.953	16.979
Outras aplicações de elevada liquidez (3)	26	2.649
<b>Total Capital circulante líquido</b>	<b>2.409.391</b>	<b>2.562.674</b>

(1) O saldo representa:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro 2019
Fiducolombia S.A. (a)	21.130	36.637
BBVA Asset S.A. (a)	20.413	4.297
Fondo de Inversión Colectiva Abierta Occirenta	20.410	20.215
Fiduciaria Bogota S.A. (a)	17.322	10.036
Corredores Davivienda S.A.	13.317	10.952
Credicorp Capital	1	62
<b>Total de direitos fiduciários</b>	<b>92.593</b>	<b>82.199</b>

(a) A variação dentro destes direitos deve-se basicamente às transferências de/para caixa e depósitos em bancos, que são movimentos normais dentro da operação, e à gestão do caixa e do ciclo operacional da Controladora e de suas subsidiárias.

(2) O saldo representa certificados de depósito a prazo da Controladora Company por \$2.845 (31 de dezembro de 2019 - \$-); da subsidiária Geant Inversiones S.A. por \$586 (31 de dezembro de 2019 - \$559); da subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S.), consulte Nota 1.1.) por \$130 (31 de dezembro de 2019 - \$-); da subsidiária Éxito Industrias S.A.S. por \$86 (31 de dezembro de 2019 - \$-); da subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. por \$6 (31 de dezembro de 2019 - \$-); da subsidiária Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. por \$4 (31 de dezembro de 2019 - \$-) e da subsidiária Libertad S.A. por \$8.296 (31 de dezembro de 2019 - \$16.420).

(3) O saldo representa os Projetos de Regulamentação Monetária emitidos pelo Banco Central do Uruguai e subscritos pelas subsidiárias Grupo Disco del Uruguay S.A. e Devoto Hermanos S.A. com vencimento em menos de três meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias reconheceram rendimentos de disponibilidades e depósitos em bancos e aplicações de liquidez elevada no valor de \$22.014 (31 de dezembro de 2019 - \$23.770) que foram transportados como receita financeira conforme detalhado na Nota 35. A taxa de juros efetiva dos rendimentos gerados por disponibilidades e depósitos em bancos e por aplicações de liquidez de elevada liquidez em 31 de dezembro de 2020 é de 1,73% E.A.R.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital circulante líquido não era restrito ou cobrado de forma alguma para limitar sua disponibilidade.

#### Nota 8. Créditos comerciais e outras contas a receber

O saldo de créditos comerciais e outras contas a receber é:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Créditos comerciais (Nota 8.1)	325.415	279.130
Outras contas a receber (Nota 8.2)	179.495	135.101
<b>Total de créditos comerciais e outras contas a receber</b>	<b>504.910</b>	<b>414.231</b>
<b>Correntes</b>	<b>471.202</b>	<b>379.921</b>
<b>Não correntes</b>	<b>33.708</b>	<b>34.310</b>

#### Nota 8.1. Créditos comerciais

O saldo de créditos comerciais é:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Créditos comerciais	235.887	225.112
Alugueis e revendedores	72.522	54.282
Venda de estoques de empreendimentos imobiliários (1)	34.715	10.124
Recursos e empréstimos dos funcionários	9.830	11.076
Outros créditos comerciais	21	467
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis (2)	(27.560)	(21.931)
<b>Créditos comerciais</b>	<b>325.415</b>	<b>279.130</b>

(1) O aumento representa principalmente uma conta a receber da venda do empreendimento imobiliário de Montevideu.

(2) A perda por redução ao valor recuperável de recebíveis é reconhecida como despesa no resultado do período. No entanto, mesmo que reduzida, a Controladora e suas subsidiárias são de opinião que esses saldos são recuperáveis, dada a extensa análise de risco de crédito sobre os clientes, incluindo as classificações de crédito, quando disponíveis em bancos de dados de crédito reconhecidos no mercado. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 o efeito líquido da perda por redução ao valor recuperável de recebíveis na demonstração de resultados representa despesas no valor de \$6.922 (receita de \$16.821 em 31 de dezembro de 2019).

O desenvolvimento da perda por redução ao valor recuperável de recebíveis durante o período foi o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>21.931</b>
Perda reconhecida por redução ao valor recuperável	36.360
Estornos para baixa de contas a receber	(6.759)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	(22.679)
Reclassificações para ativos não circulantes detidos para negociação	27
Efeito da diferença de câmbio da conversão na moeda do relatório	(1.320)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>27.560</b>

#### Nota 8.2. Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber é:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Recursos e empréstimos dos funcionários (1)	63.528	66.884
Acordos comerciais	34.090	32.017
Serviços de transferência de recursos (2)	21.959	1.991
Impostos a receber (3)	12.023	5.568
Remessas de recursos	6.006	4.201
Venda de ativos fixos, ativos intangíveis e outros ativos	1.471	720
Reclamações fiscais	1.360	1.360
Outras contas a receber (4)	39.058	22.360
<b>Total de outras contas a receber</b>	<b>179.495</b>	<b>135.101</b>

- (1) A diminuição representa principalmente a cobrança de empréstimos concedidos a fundos e funcionários durante 2020.
- (2) O aumento se deve basicamente ao crescimento da demanda por serviços de transferência de dinheiro, especialmente como resultado dos efeitos da pandemia de Covid-19.
- (3) O aumento é basicamente devido ao imposto sobre vendas a receber registrado para compras de mercadorias para as quais nenhuma fatura havia sido recebida no final do período.
- (4) O saldo é composto por:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Desconto de recebíveis	10.028	3.912
Taxas de manutenção	6.352	3.576
Créditos a longo prazo	4.010	4.509
Pedidos de penhora a receber	1.921	1.446
Depósitos de garantia	1.554	1.726
Empréstimos a terceiros	1.464	625
Indenização em contratos de arrendamento	967	1.010
Negociação com fornecedores estrangeiros	593	264
Queda de caixa a receber de empregados	406	445
Compras antecipadas de bilhetes aéreos e comissões	376	1.402
Juros	196	433
Outros saldos secundários	11.191	3.012
<b>Total</b>	<b>39.058</b>	<b>22.360</b>

#### Nota 8.3. Créditos comerciais e outras contas a receber classificados circulantes e não circulantes

O saldo de créditos comerciais e outras contas a receber classificados circulantes ou não circulantes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Créditos comerciais	235.887	225.112
Aluguéis e revendedores	72.522	54.282
Recursos e empréstimos dos empregados	54.653	58.636
Acordos comerciais	34.090	32.017
Venda de estoques de empreendimentos imobiliários	25.319	122
Serviços de transferência de recursos	21.959	1.991
Impostos a receber	12.023	5.568
Remessas de recursos	6.006	4.201
Venda de ativo imobilizado, ativos intangíveis e outros ativos	1.471	720
Reclamações fiscais	1.360	1.360
Outros	33.472	17.843
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	(27.560)	(21.931)
<b>Total corrente</b>	<b>471.202</b>	<b>379.921</b>
Recursos e empréstimos dos funcionários	18.705	19.325
Venda de estoques de empreendimentos imobiliários	9.396	10.002
Outros	5.607	4.983
<b>Total não corrente</b>	<b>33.708</b>	<b>34.310</b>

#### Nota 8.4. Créditos comerciais e outras contas a receber por vencimento

O vencimento dos créditos comerciais e outros créditos, independentemente da perda por redução ao valor recuperável, é o seguinte:

Período	Total	Menos de 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
31 de dezembro de 2020	532.470	413.699	50.703	5.856	62.212
31 de dezembro de 2019	436.162	365.434	17.446	3.511	49.771

## Nota 9. Despesas pagas antecipadamente

O saldo de despesas pagas antecipadamente é:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Seguro (1)	18.006	15.680
Arrendamentos (2)	12.553	14.430
Manutenção (3)	6.537	14.812
Propaganda	2.959	2.552
Impostos	85	71
Outros pagamentos antecipados	7.538	5.437
<b>Total de despesas pagas antecipadamente</b>	<b>47.678</b>	<b>52.982</b>
<b>Circulantes</b>	<b>36.811</b>	<b>43.351</b>
<b>Não circulantes</b>	<b>10.867</b>	<b>9.631</b>

- (1) Representa principalmente os contratos da Controladora para a apólice de seguro multirrisco por \$10.838 (31 de dezembro de 2019 - \$9.425), apólice de responsabilidade civil por \$797 (31 de dezembro de 2019 - \$949), seguro de vida por \$689 (31 de dezembro de 2019 - \$621), transporte por \$591 (31 de dezembro de 2019 - \$574) e outros seguros no valor de \$1.558 (31 de dezembro de 2019 - \$948).
- (2) Inclui (a) prestações de aluguel pagas antecipadamente pelas instalações de Carulla Castillo Grande no valor de \$4.475 (31 de dezembro de 2019 - \$4.937), cobrindo o contrato de aluguel até 2034, (b) prestações de aluguel pagas antecipadamente pelas instalações de Carulla Castillo Grande no valor de \$3.333 (31 de dezembro de 2019 - \$4.583), cobrindo o contrato de aluguel de setembro de 2019 a setembro de 2023, ambos pagamentos feitos pela Controladora; e (c) prestações de aluguel pagas antecipadamente pela Spice Investment Mercosur S. A. e suas subsidiárias no Uruguai, no valor de \$4.745 (31 de dezembro de 2019 - \$4.245).
- (3) Representa pagamentos adiantados pela Controladora no valor de \$78 (31 de dezembro de 2019 - \$4.675) para serviços de suporte em nuvem; \$2.633 (31 de dezembro de 2019 - \$4.801) para manutenção e suporte de software; e \$7 (31 de dezembro de 2019 - \$1.230) para manutenção e suporte de hardware; pagamentos pela subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S. A.S. para serviços de suporte na nuvem no valor de \$465 (31 de dezembro de 2019 - \$1.005); pagamentos pela subsidiária Libertad S.A. para suprimentos diversos no valor de \$3.354 (31 de dezembro de 2019 - \$3.101).

## Nota 10. Contas a receber e Outros ativos não financeiros com partes relacionadas

O saldo das contas a receber de partes relacionadas e o saldo de outros ativos não financeiros associados a partes relacionadas é feito da seguinte forma:

	Contas a receber		Outros ativos não financeiros	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Joint ventures (1)	30.757	44.534	14.500	15.000
Empresas do Grupo Casino (2)	8.413	10.123	-	-
Entidade controladora (3)	288	387	-	-
<b>Total</b>	<b>39.458</b>	<b>55.044</b>	<b>14.500</b>	<b>15.000</b>
<b>Circulante</b>	<b>39.458</b>	<b>55.044</b>	-	-
<b>Não Circulante</b>	-	-	<b>14.500</b>	<b>15.000</b>

- (1) O saldo das contas a receber é feito da seguinte forma:
  - Resgate de pontos no valor de \$24.062 (31 de dezembro de 2019 - \$21.596) e outros serviços no valor de \$679 (31 de dezembro de 2019 - \$637) da Puntos Colombia S.A.S.
  - Envolvimento em um acordo de colaboração corporativa - (31 de dezembro de 2019 - \$13.523) e reembolso de despesas compartilhadas, coleta de cupons e outros itens \$6.016 (31 de dezembro de 2019 - \$8.778) da Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

O saldo de outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020 refere-se a pagamentos feitos à Compañía de Financiamiento Tuya S.A. para a subscrição de ações. Dado que antes de 31 de dezembro de 2020 a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. não havia recebido autorização da Superintendência Financeira da Colômbia para registrar um aumento de capital, os valores desembolsados não foram reconhecidos como um investimento em tal empresa.

Em 31 de dezembro de 2019 refere-se aos pagamentos feitos durante o ano à Compañía de Financiamiento Tuya S.A. para a subscrição de ações. Dado que antes de 31 de dezembro de 2019 a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. não havia recebido autorização da Superintendência Financeira da Colômbia para registrar um aumento de capital, os valores desembolsados não foram reconhecidos como um investimento em tal empresa. Entretanto, durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. obteve autorização para registrar um aumento de capital e com base nessa autorização, o saldo foi reconhecido como um investimento.

- (2) Refere-se principalmente ao saldo a receber (a) para pagamentos de expatriados do Casino International no valor de \$7.476 (31 de dezembro de 2019 - \$4.677), da Distribution Casino France no valor de \$244, (31 de dezembro de 2019 - \$101) e da Casino Services no valor de \$7 (31 de dezembro de 2019 - \$7); (b) para serviços de eficiência energética da Greenyellow Energía de Colombia S. A.S. no valor de \$115 (31 de dezembro de 2019 - \$34), (c) para realizações de fornecedores com Serviços Internacionais de Retorno e Comércio no valor de \$295 (31 de dezembro de 2019 - \$1.399) e (d) para serviços prestados sob o acordo de serviços de direção estratégica da América Latina firmado com o Casino Guichard-Perrachon S.A. no valor de \$- (31 de dezembro de 2019 - \$3.622).
- (3) Representa o saldo das despesas de pessoal a receber da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

## Nota 11. Estoques líquidos e Custo de vendas

### Nota 11.1. Estoques líquidos

O saldo líquido dos estoques é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Estoques disponíveis para negociação	1.818.370	1.758.095
Estoques de empreendimentos imobiliários (1)	50.228	87.800
Estoques em trânsito	35.415	50.331
Matéria-prima	22.057	11.958
Materiais, pequenas peças de reposição, acessórios e embalagens de consumíveis.	9.170	8.095
Produção em andamento	5.693	779
Perda por redução ao valor recuperável de estoque (2)	(18.316)	(16.398)
<b>Total de estoques</b>	<b>1.922.617</b>	<b>1.900.660</b>

- (1) Empreendimento imobiliário Montevideo.
- (2) O desenvolvimento da provisão durante o período do relatório é o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>16.398</b>
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida durante o período (Nota 11.2)	5.325
Estorno de perda por redução ao valor recuperável (Note 11.2)	(2.850)
Efeito sobre diferença de câmbio da conversão na moeda de relatório	(557)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18.316</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não há restrições ou gravames sobre os estoques que limitam a negociabilidade ou realização dos mesmos, exceto para o empreendimento imobiliário de Montevideo, em relação ao qual no encerramento dos períodos de relatório foi executado um documento de promessa de compra e venda. 52,1% está pendente para venda em 31 de dezembro de 2020, a partir de 2021 como data estimada de realização. 38,9% foi vendido durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, e 9% foi vendido durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Os Estoques estão devidamente segurados contra todos os riscos.

De acordo com as apólices da Controladora e de suas subsidiárias, os estoques são avaliados pelo custo ou pelo valor líquido de realização (justo valor menos custos de venda), o que for menor. Ajustes a esta avaliação estão incluídos nos custos de vendas do período.

### Nota 11.2. Custo de vendas

A seguir estão as informações relacionadas ao custo de vendas, perda por redução ao valor recuperável e reversões de perda por redução ao valor recuperável reconhecidas em estoques:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Custo de vendas de mercadorias (1)	11.776.435	11.341.227
Perda por redução ao valor recuperável (estorno) líquida	2.475	(2.250)
<b>Total do custo de vendas</b>	<b>11.778.910</b>	<b>11.338.977</b>

- (1) Em 31 de dezembro de 2020 inclui \$74.725 de custo de depreciação e amortização (31 de dezembro de 2019 - \$61.746).



## Nota 12. Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros é:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (1)	31.307	41.392
Ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente (2)	27.701	24.914
Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado (3)	1.525	1.427
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (4)	566	476
Instrumentos financeiros derivativos (5)	4	23.357
<b>Total de outros ativos financeiros</b>	<b>61.103</b>	<b>91.566</b>
<b>Circulantes</b>	<b>4.192</b>	<b>43.237</b>
<b>Não Circulantes</b>	<b>56.911</b>	<b>48.329</b>

- (1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado representam (a) investimentos em títulos no valor de \$29.699 (31 de dezembro de 2019 - \$39.839) emitidos pela Companhia de Financiamiento Tuya S.A., que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter para obter fluxos de caixa contratuais até o vencimento; tais investimentos fazem parte do acordo de colaboração corporativa no Cartão de Crédito Éxito; o valor nominal em 31 de dezembro de 2020 é de \$29.500 (31 de dezembro de 2019 - \$39.500) rende PCI + 6% com prazos de 5 a 6 anos, e (b) Títulos do Tesouro Nacional no valor de \$1.608 (31 de dezembro de 2019 - \$1.553) da subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A.
- (2) Ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente são investimentos acionários não detidos para negociação. Os detalhes desses investimentos são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Investimento em títulos	17.064	14.521
Cnova N.V.	9.222	9.222
Fideicomiso El Tesoro stages 4A e 4C 448	1.167	923
Associated Grocers of Florida, Inc.	113	113
Central de Abastos del Caribe S.A.	71	71
La Promotora S.A.	50	50
Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. E.S.P.	14	14
<b>Total</b>	<b>27.701</b>	<b>24.914</b>

- (5) Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado representam investimentos da Controladora em títulos patrimoniais do Fondo Valorar Futuro para administrar liquidez no valor de \$1.468 (31 de dezembro de 2019 - \$1.295), que são medidos pelo justo valor com base no valor unitário do Fondo. As variações no justo valor são reconhecidas como receita ou despesa na demonstração do resultado. Também inclui depósitos judiciais no valor de \$47 (31 de dezembro de 2019 - \$132) da subsidiária Libertad S.A. e depósitos judiciais no valor de \$10 (31 de dezembro de 2019 - \$-) da subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A.
- (4) Instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge refletem as operações de swap realizadas pela Controladora sob contratos firmados com entidades financeiras, cujo objetivo é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa, podendo então ser determinados em moeda local. Os valores justos desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente usados pelos participantes do mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, diz respeito às seguintes operações:

Natureza do risco coberto	Item coberto	Faixa de taxas para itens cobertos	Faixa de taxas para instrumentos de hedge	Justo valor
Swap	Taxas de juros	Passivos financeiros	Libor US\$ 1M + 2,22%	566
			9,06%	

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Swap	3	15	32	143	373	566

Em 31 de dezembro de 2019, diz respeito às seguintes

operações:

	Natureza do risco coberto	Item coberto	Faixa de taxas para itens cobertos	Faixa de taxas para instrumentos de hedge	Justo valor
Swap	Taxas de juros	Passivos financeiros	Libor US\$ 1M + 2,22%	9,06%	476

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Swap	-	-	-	-	476	476

- (5) Instrumentos financeiros derivativos refletem o justo valor dos contratos forward e swap para cobrir a flutuação das taxas de câmbio e taxas de juros dos passivos em moeda estrangeira. Os valores justos desses instrumentos são estimados com base em modelos de avaliação comumente aplicados por participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos. Na demonstração da posição financeira, a Controladora mede os instrumentos financeiros derivativos (forward e swap) pelo justo valor, em cada data de fechamento contábil.

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Forward	4	-	-	-	-	4

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Forward	3.409	-	5.730	2.775	-	11.914
Swap	-	(1.353)	3.753	9.043	-	11.443
	<b>3.409</b>	<b>(1.353)</b>	<b>9.483</b>	<b>11.818</b>	-	<b>23.357</b>

O saldo de outros ativos financeiros classificados como correntes ou não correntes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3.938	5.227
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	193	-
Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado	57	132
Instrumentos financeiros derivativos	4	23.357
Ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente	-	14.521
<b>Total circulante</b>	<b>4.192</b>	<b>43.237</b>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	27.369	36.165
Ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente (1)	27.701	10.393
Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado	1.468	1.295
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	373	476
<b>Total não circulante</b>	<b>56.911</b>	<b>48.329</b>

- (1) Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Disco del Uruguay estima que os títulos reconhecidos não serão resgatados durante o próximo ano, razão pela qual eles são contabilizados como ativos não circulantes.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não há restrições ou gravames sobre outros ativos financeiros que restrinjam a negociabilidade ou realização dos mesmos, com exceção (a) do investimento em títulos da Compañía de Financiamiento Tuya S.A., que foram emitidos como parte do acordo de colaboração comercial sobre Tarjeta Éxito, e (b) dos depósitos legais relevantes para a subsidiária Libertad S.A.

Nenhum dos ativos foi depreciado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

### Nota 13. Ativo imobilizado líquido

O saldo líquido do ativo imobilizado é:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Terrenos	1.036.406	1.013.078
Edificações	1.953.328	1.901.719
Máquinas e equipamentos	941.022	951.405
Móveis e utensílios	588.683	604.591
Bens em construção	64.137	82.196
Instalações	111.435	113.362
Melhorias nas propriedades de terceiros	542.153	553.014
Veículos	19.659	19.006
Computadores	232.345	224.545
Outro ativo imobilizado	16.050	16.050
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>5.505.218</b>	<b>5.478.966</b>
Depreciação acumulada	(1.790.150)	(1.629.026)
Perda por redução ao valor recuperável	(7.466)	(4.848)
<b>Total do ativo imobilizado líquido</b>	<b>3.707.602</b>	<b>3.845.092</b>

O desenvolvimento do custo de ativo imobilizado, depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável durante o período do relatório é o seguinte:

**Custo**

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Bens em construção	Instalações	Melhorias em bens de terceiros	Veículos	Computadores	Outro ativo imobilizado	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.013.078</b>	<b>1.901.719</b>	<b>951.405</b>	<b>604.591</b>	<b>82.196</b>	<b>113.362</b>	<b>553.014</b>	<b>19.006</b>	<b>224.545</b>	<b>16.050</b>	<b>5.478.966</b>
Acréscimos	-	3.409	9.012	5.166	162.665	3.826	3.781	378	5.090	-	193.327
Aumento (diminuição) dos movimentos entre contas do imobilizado	-	47.030	29.246	31.298	(151.419)	3.597	18.417	773	21.058	-	-
Aumento (diminuição) das transferências de (para) propriedade de investimento	13.435	28.070	1.408	29	(17.548)	-	-	-	-	-	25.394
(Alienação e desreconhecimento) do imobilizado (1)	(10)	(3.418)	(46.030)	(44.136)	(986)	(12)	(17.127)	(521)	(15.128)	-	(127.368)
Aumento (diminuição) das transferências de (para) ativos não circulantes detidos para negociação (2)	13.345	(737)	-	-	3.041	-	-	-	-	-	15.649
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de apresentação de relatório	(50.685)	(70.031)	(12.851)	(14.471)	(2.683)	(9.338)	(15.913)	(1.572)	(9.805)	-	(187.349)
(Diminuição) das transferências (para) outras contas do balanço patrimonial - ativos fiscais	9.435	(95)	2.770	797	(12.577)	-	(19)	(187)	612	-	736
Resultado líquido da posição monetária	37.808	47.381	6.062	5.409	1.448	-	-	1.782	5.973	-	105.863
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.036.406</b>	<b>1.953.328</b>	<b>941.022</b>	<b>588.683</b>	<b>64.137</b>	<b>111.435</b>	<b>542.153</b>	<b>19.659</b>	<b>232.345</b>	<b>16.050</b>	<b>5.505.218</b>

**Depreciação acumulada**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>326.935</b>	<b>443.859</b>	<b>350.634</b>		<b>61.124</b>	<b>260.343</b>	<b>12.968</b>	<b>169.154</b>	<b>4.009</b>	<b>1.629.026</b>
Custos/despesas de depreciação		47.080	87.643	60.282		7.790	32.486	1.802	23.316	788	261.187
Aumento (diminuição) dos movimentos entre contas do imobilizado		-	(9.575)	9.337		-	422	213	(397)	-	-
Aumento devido a transferências de propriedade de investimento		20.210	-	-		-	-	-	-	-	20.210
(Alienação e desreconhecimento) do imobilizado		(375)	(34.465)	(34.918)		(4)	(10.964)	(367)	(13.406)	-	(94.499)
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de apresentação de relatório		(20.015)	(9.489)	(11.637)		(5.338)	(6.903)	(1.129)	(8.208)	-	(62.719)
Outras mudanças secundárias		(31)	1	51		-	-	-	28	-	49
Resultado líquido da posição monetária		18.199	5.332	4.730		-	-	1.585	7.050	-	36.896
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>392.003</b>	<b>483.306</b>	<b>378.479</b>		<b>63.572</b>	<b>275.384</b>	<b>15.072</b>	<b>177.537</b>	<b>4.797</b>	<b>1.790.150</b>

**Perda por redução ao valor recuperável**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.280</b>	<b>1.007</b>	-	-	-	-	<b>2.561</b>	-	-	-	<b>4.848</b>
Perda por redução ao valor recuperável	641	1.977	-	-	-	-	214	-	-	-	2.832
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de apresentação de relatório	-	-	-	-	-	-	(214)	-	-	-	(214)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.921</b>	<b>2.984</b>	-	-	-	-	<b>2.561</b>	-	-	-	<b>7.466</b>

(1) Representa principalmente (a) fechamento na Controladora de Carulla Buró 51, Súper Inter Libano, Súper Inter Campo Alegre, Surtimax Planeta Rica, Surtimax Caucasia, Súper Inter Manizales Galeria, Surtimax Cota San Miguel, Éxito Express Aurora, Surtimax Metrocentro, Éxito Pasoancho, Surtimax Cereté, Surtimax La Playa, Surtimax Corozal Cr 25, Surtimax Mercadito, Surtimax Primavera, Súper Inter Aranzazu, Surtimax Portal de Soledad, Surtimax Sahagún, Éxito Express Floridablanca, Cedi Éxito. com, Carulla Calle 72, Súper Inter Calle 37, Surtimax Acacias, Surtimax Malambo, Súper Inter La Luna, Surtimax Casa Blanca, Surtimax La América, Surtimax Boston, Surtimax la Paz Bosa, Súper Inter Calle 28, Surtimax Plaza de las Américas e Surtimax Madrid lojas no valor de \$7.010; (b) Desreconhecimento de máquinas e equipamentos e computadores devido a eventos de perda em Éxito San Fernando e Súper Inter Jamundí, no valor de \$37; (c) desreconhecimento devido a danos físicos de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, terrenos, construções em andamento, máquinas e equipamentos, prédios, computadores, veículos e melhorias em propriedades de terceiros na Controladora no valor de \$6.532 e nas subsidiárias Viajes Éxito y Turismo S. A.S., Industrias Éxito S.A.S., Spice Investments Mercosur S.A. y Libertad S.A. por 1.077; (d) desreconhecimento da venda de construções em andamento, benfeitorias em propriedades, máquinas e equipamentos de terceiros e veículos no valor de \$710, e (e) desreconhecimento de ativos por conta da conciliação de contas físicas e conciliação de outras contas do balanço patrimonial no valor de \$17.191.

(2) Em 31 de dezembro de 2020 e dada a impossibilidade de realizar a venda, o terreno e o projeto imobiliário do Hotel Cota foram transferidos de volta ao ativo imobilizado.

Nenhum custo de empréstimo foi reconhecido no fechamento de 31 de dezembro de 2020.

Os ativos em construção são representados pelos ativos que não estão prontos para o uso pretendido, como esperado pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, e sobre os quais os custos diretamente atribuíveis ao processo de construção continuam a ser capitalizados.

Os valores contábeis do ativo imobilizado sob arrendamento financeiro são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outro ativo imobilizado	15.761	15.761
<b>Total do custo do ativo imobilizado</b>	<b>15.761</b>	<b>15.761</b>
Depreciação acumulada	(4.794)	(4.006)
<b>Total do ativo imobilizado líquido</b>	<b>10.967</b>	<b>11.755</b>

O custo do ativo imobilizado não inclui o saldo do desmonte estimado e custos similares, já que a avaliação e análise feita pela Controladora e suas subsidiárias definiu que não há obrigações contratuais ou legais que exijam tal estimativa no momento da aquisição.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não foram impostas restrições ou gravames ao ativo imobilizado que limitem sua realização ou comerciabilidade, e não há compromissos de aquisição, construção ou desenvolvimento de ativo imobilizado.

Durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhuma compensação foi recebida por ativos danificados ou perdidos, e nenhuma aceitação de pagamento por companhias de seguros para compensar ativos danificados ou perdidos foi reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias Patrimonio Autónomo Viva Palmas e Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo apresentaram perdas por redução ao valor recuperável em ativo imobilizado no valor de \$203 (terreno \$20 e edifícios \$183), e \$2.415 (terreno \$621 e edifícios \$1.794), respectivamente. Outros ativos imobilizados não sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias Patrimonio Autónomo Viva Palmas e Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo apresentaram perdas por redução ao valor recuperável em ativo imobilizado nos montantes de \$394 (terreno \$106 e edifícios \$288), e \$1.893 (terreno \$1.174 e edifícios \$719), respectivamente. Outros ativos imobilizados não sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Informações sobre a metodologia aplicada para testar a perda por redução ao valor recuperável são divulgadas na Nota 39.

#### Nota 14. Propriedade de investimento líquida

As propriedades de investimento da Controladora e de suas subsidiárias são estabelecimentos comerciais e terrenos detidos para gerar renda a partir de atividades de arrendamento operacional ou valorização futura do preço dos mesmos.

O saldo líquido das propriedades de investimento é feito da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Terrenos	287.392	313.899
Edifícios	1.467.363	1.470.745
Construção em andamento	12.072	8.223
<b>Total do custo da propriedade de investimento</b>	<b>1.766.827</b>	<b>1.792.867</b>
Depreciação acumulada	(179.820)	(163.183)
Perda por redução ao valor recuperável	(8.261)	(3.464)
<b>Total da propriedade de investimento líquida</b>	<b>1.578.746</b>	<b>1.626.220</b>

O desenvolvimento do custo da propriedade de investimento e sua depreciação, durante o período do relatório, é o seguinte:

Custo	Construções em andamento			Total
	Terrenos	Edifícios		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>313.899</b>	<b>1.470.745</b>	<b>8.223</b>	<b>1.792.867</b>
Acréscimos	201	4.338	6.057	10.596
Alienações	(12)	-	-	(12)
(Redução) das transferências (para) do ativo imobilizado	(13.435)	(10.060)	(1.899)	(25.394)
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório	(9.188)	(61.289)	(154)	(70.631)
Aumento de transferências de ativos não circulantes detidos para negociação (1)	-	597	-	597
Resultado líquido da posição monetária	5.634	61.678	159	67.471
Outras mudanças	(9.707)	1.354	(314)	(8.667)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>287.392</b>	<b>1.467.363</b>	<b>12.072</b>	<b>1.766.827</b>

Depreciação acumulada	Edifícios
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>163.183</b>
Despesas de depreciação	31.416
(Redução) das transferências (para) ativo imobilizado	(20.210)
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório	(11.805)
Aumento de transferências de ativos não circulantes detidos para negociação (1)	41
Resultado líquido da posição monetária	17.195
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>179.820</b>

Perda por redução ao valor recuperável loss	Terrenos	Edifícios	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.159</b>	<b>2.305</b>	<b>3.464</b>
Despesas com a perda por redução ao valor recuperável (2)	509	4.288	4.797
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.668</b>	<b>6.593</b>	<b>8.261</b>

- (1) Dada a impossibilidade de realizar a venda, as instalações da Pereira Plaza Trade Premises foram transferidas de volta para a propriedade de investimento.
- (2) Em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias Patrimonio Autónomo Viva Palmas e Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo acumularam perdas por redução ao valor recuperável em propriedades de investimento no valor de \$1.977 (terreno \$364 e edifícios \$646), e \$3.981 (terreno \$451 e edifícios \$3.530), respectivamente. Também, o Lote 111 Rincón de las Lomas e Premises no Centro Comercial Pereira Plaza, de propriedade da Controladora, foram prejudicados no valor de \$1 e 111, respectivamente. Outras propriedades de investimento não foram depreciadas.

Em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias Patrimonio Autónomo Viva Palmas e Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo acumularam perdas por redução ao valor recuperável em propriedades de investimento no valor de \$1.273 (terreno \$306 e edifícios \$967), e \$2.191 (terreno \$853 e edifícios \$1.338), respectivamente. Outras propriedades de investimento não foram prejudicadas.

Informações sobre a metodologia aplicada para testar a perda por redução ao valor recuperável são divulgadas na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não há limitações ou gravames impostos aos bens de investimento que restrinjam a sua realização ou comerciabilidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Controladora e suas subsidiárias não se comprometem a adquirir, construir ou desenvolver propriedades de investimento ou reparar, manter ou melhorar tais propriedades, além das construções existentes. Tampouco há compensações de terceiros decorrentes de danos ou perdas de propriedade de investimento.

A Nota 40 revela os valores justos da propriedade de investimento, com base na avaliação realizada por um terceiro independente.

Durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os resultados da Controladora e de suas subsidiárias com relação ao uso das propriedades de investimento são os seguintes:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Receita dos arrendamentos	220.706	244.318
Despesas de operação relacionadas a propriedades de investimento geradoras de receita	(55.931)	(42.881)
Despesas operacionais relacionadas a propriedades de investimento não geradoras de receita	(118.038)	(110.079)
<b>Ganho líquido das propriedades de investimento</b>	<b>46.737</b>	<b>91.358</b>

## Nota 15. Direitos de uso líquidos

O saldo dos direitos de uso líquidos é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Direitos de uso	2.301.890	2.413.037
Total de direitos de uso	<b>2.301.890</b>	<b>2.413.037</b>
Depreciação acumulada	(984.345)	(1.109.389)
<b>Total de direitos de uso líquidos</b>	<b>1.317.545</b>	<b>1.303.648</b>

O desenvolvimento do custo dos direitos de uso e sua depreciação, durante o período do relatório, é o seguinte:

### Custo

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.413.037</b>
Aumento a partir de criações	356.658
Aumento a partir de novas mensurações (1)	219.207
Desreconhecimento, estorno e alienação (2)	(664.459)
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório	(22.553)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.301.890</b>

### Depreciação acumulada

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.109.389</b>
Custos e despesas de depreciação	193.191
Diminuição da remensuração (1)	(421)
Desreconhecimento e alienação (2)	(308.257)
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório	(9.557)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>984.345</b>

(1) Resulta principalmente da prorrogação dos termos do contrato, indexação e aumento dos pagamentos fixos nos termos dos contratos.

(2) Resulta principalmente da rescisão antecipada dos contratos de arrendamento relevantes aos centros de distribuição, lojas e bens móveis.

## Nota 16. Ágio

O saldo de ágio é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Spice Investment Mercosur S.A. (1)	1.224.794	1.303.092
Carulla Vivero S.A. (2)	827.420	827.420
Súper Inter (3)	453.649	453.649
Libertad S.A. (4)	175.664	173.582
Cafam (5)	122.219	122.219
Other (6)	50.806	50.806
<b>Total do ágio</b>	<b>2.854.552</b>	<b>2.930.768</b>
Perda por redução ao valor recuperável (7)	(1.017)	(1.017)
<b>Total do ágio líquido</b>	<b>2.853.535</b>	<b>2.929.751</b>

(1) O saldo representa:

- A combinação de negócios realizada pela Controladora em 2011 para a aquisição da empresa uruguaia Spice Investments Mercosur S.A., no valor de \$287.844 (31 de dezembro de 2019 - \$287.844). O valor é o custo considerado apresentado no balanço de abertura no exercício da isenção de não recalcularem combinações de negócio.
- Ágio reconhecido pela Spice Investments Mercosur S.A. na aquisição de suas subsidiárias no Uruguai, de acordo com as opções oferecidas pelo IFRS 1 no valor de \$209.536 (31 de dezembro de 2019 - \$227.045).
- Ágio da combinação de negócios realizada pela Controladora com o Grupo Disco del Uruguay S.A. resultante da aquisição de controle em 1º de janeiro de 2015 no valor de \$721.332 (31 de dezembro de 2019 - \$781.612).
- Ágio da combinação de negócios realizada pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Sumelar S.A. em 2016 no valor de \$969 (31 de dezembro de 2019 - \$1.050).
- Ágio da combinação de negócios realizada em 2016 e concluída em 2017 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir 5 Hermanos Ltda. no valor de \$2.107 (31 de dezembro de 2019 - \$2.283).

- Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Tipsel S.A. no valor de \$510 (31 de dezembro de 2019 - \$553).
  - Ágio a partir da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Tedocan S.A. no valor de US\$1.092 (31 de dezembro de 2019 - US\$1.184).
  - Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2019 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Ardal S.A. no valor de \$1.404 (31 de dezembro de 2019 - \$1.521).
- (2) Refere-se ao ágio da combinação comercial com Carulla Vivero S.A. realizada em 2007. O valor foi determinado na demonstração de abertura da posição financeira usando a opção de custo considerado, de acordo com a isenção da IFRS 1 de não reexpressar combinações de negócios.
- (3) Inclui \$179.412 da aquisição de 19 estabelecimentos comerciais da Súper Inter, realizada em setembro de 2014; \$264.027 da aquisição de 29 estabelecimentos comerciais da Súper Inter, realizada em abril de 2015; e \$10.210 da aquisição de 7 estabelecimentos comerciais realizada entre 23 de fevereiro de 2015 e 24 de junho de 2015.
- (4) Refere-se ao ágio gerado a partir da combinação de negócios concluída em agosto de 2015 para a aquisição das operações da Libertad S.A. na Argentina, através da empresa espanhola Onper Investments 2015 S.L.
- (5) Refere-se ao acordo firmado em 23 de fevereiro de 2015, para a aquisição das lojas Cafam que eram operadas pela Companhia desde 2010. Os estabelecimentos comerciais adquiridos foram posteriormente transformados em lojas Éxito, Carulla e Surtimax. Para fins de perda por redução ao valor recuperável, a partir de 31 de dezembro de 2015, tal ágio foi alocado à Éxito \$80.134, à Carulla \$29.075 e à Surtimax \$13.010.
- (6) O saldo representa (a) ágio adquirido na combinação comercial com Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1) no valor de \$1.017 e (b) o saldo de pequenas aquisições de outros estabelecimentos comerciais que posteriormente foram transformados em lojas Éxito, Carulla e Surtimax. Para fins de perda por redução ao valor recuperável, a partir de 31 de dezembro de 2015, tal ágio da aquisição de estabelecimentos comerciais foi alocado à Éxito \$10.540, à Surtimax \$28.566 e à Súper Inter \$10.683.
- (7) Em 31 de dezembro de 2019, o ágio relacionado com Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., veja Nota 1.1), no valor de \$1.017, estava totalmente deteriorado.

O desenvolvimento do custo do ágio durante o período do relatório é o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.930.768</b>
Efeito das diferenças de câmbio na conversão na moeda de relatório	(122.399)
Resultado líquido da posição monetária	46.183
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.854.552</b>

O Ágio tem vida útil indefinida com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e consequentemente não é amortizada.

Em 31 de dezembro de 2020, não foi reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável do Ágio. Com exceção do mencionado na subseção (7) acima, em 31 de dezembro de 2019 o ágio não foi reduzido.

#### Nota 17. Ativos intangíveis líquidos, além do Ágio

O saldo líquido dos ativos intangíveis, além do ágio, é feito da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Marcas (1)	213.325	219.923
Software de computador	208.148	172.044
Direitos (2)	28.118	27.034
Outro	86	86
<b>Total do custo dos ativos intangíveis, além do ágio</b>	<b>449.677</b>	<b>419.087</b>
Amortização acumulada Perda por redução ao valor recuperável (3)	(132.614)	(114.872)
<b>Total dos ativos intangíveis líquidos, além do ágio</b>	<b>307.797</b>	<b>304.215</b>



O desenvolvimento de ativos intangíveis, além do ágio durante o período do relatório é o seguinte:

Custo	Marcas (1)	Software de computador	Direitos(2)	Outro	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>219.923</b>	<b>172.044</b>	<b>27.034</b>	<b>86</b>	<b>419.087</b>
Acréscimos	-	37.853	-	-	37.853
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório	(18.853)	(1.428)	(12)	(17)	(20.310)
Resultado líquido da posição monetária	12.255	-	1.096	17	13.368
Transferências	-	195	-	-	195
Alienações e desreconhecimento	-	(800)	-	-	(800)
Outras mudanças	-	284	-	-	284
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>213.325</b>	<b>208.148</b>	<b>28.118</b>	<b>86</b>	<b>449.677</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>114.792</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>114.872</b>
Custos/despesas de amortização		19.214	-	3	19.217
Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório		(1.183)	(10)	(10)	(1.203)
Resultado líquido da posição monetária		-	144	18	162
Alienações e desreconhecimento		(436)	-	-	(436)
Outras mudanças		(7)	9	-	2
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>132.380</b>	<b>183</b>	<b>51</b>	<b>132.614</b>
<b>Perda por redução ao valor recuperável</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>			-		-
Despesas com perda por redução ao valor recuperável (3)			9.266		9.266
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>			<b>9.266</b>		<b>9.266</b>

(1) O saldo diz respeito às seguintes marcas:

Segmento operacional	Marca	Vida útil	31 de dezembro 2020 de	31 de dezembro de 2019
Uruguai	Diversas (a)	Indefinida		
Surtimax-Súper Inter	Súper Inter (b)	Indefinida	85.581	92.732
Argentina	Libertad (c)	Indefinida	63.704	63.704
Surtimax-Súper Inter	Surtimax (d)	Indefinida	46.613	46.060
			17.427	17.427
				<b>219.923</b>

(a) Refere-se às marcas registradas do Grupo Disco del Uruguay S.A.

(b) Marca registrada adquirida na combinação comercial com a Comercializadora Giraldo Gómez y Cía S.A.

(c) Refere-se a marcas registradas da subsidiária Libertad S.A. Essas marcas foram registradas durante 2016 como resultado do progresso e posterior conclusão do processo de Alocação de Preço de Compra como parte da aquisição de controle sobre tal subsidiária.

(d) Marcas comerciais recebidas na fusão com Carulla Vivero S.A.

Tais marcas têm vida útil indefinida com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e, conseqüentemente, não são amortizadas.

(2) O saldo se refere aos seguintes direitos:

(a) Direitos da Libertad S.A. no valor de \$1.132 (31 de dezembro de 2019 - \$48).

(b) Contratos executados pela Controladora em dezembro de 2017 no valor de \$2.226, dezembro de 2016 no valor de \$11.522 e setembro de 2016 no valor de \$13.238 para a aquisição de direitos de exploração de instalações comerciais.

Tais direitos têm vida útil indefinida com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e, conseqüentemente, não são amortizados.

(3) Em 31 de dezembro de 2020, houve uma perda por redução ao valor recuperável no valor dos direitos de exploração de instalações comerciais no valor de \$9.266 por causa do fechamento de lojas (Éxito \$2.136, Surtimax \$1.524 e Súper Inter \$5.606). A partir de 31 de dezembro de 2019, nenhuma perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis que não o ágio foi identificada. Informações sobre a metodologia aplicada para testar a perda por redução ao valor recuperável são divulgadas na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis que não o ágio não estão limitados ou sujeitos a hipotecas que restrinjam a sua realização ou comerciabilidade. Além disso, não há compromissos para adquirir ou desenvolver ativos intangíveis, além do Ágio.

## Nota 18. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O saldo dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é feito da seguinte forma:

Sociedade	Classificação	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Joint venture	259.950	209.115
Puntos Colombia S.A.S.	Joint venture	7.707	1.372
<b>Total de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial</b>		<b>267.657</b>	<b>210.487</b>

### Nota 18.1. Informações não financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

As informações relativas ao país de domicílio, moeda funcional, atividade econômica principal, porcentagem de propriedade e ações detidas em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

Sociedade	País	Moeda funcional	Principal atividade econômica	Percentual de participação		Qtd. de ações	
				31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	Colômbia	Peso colombiano	Crédito	50%	50%	10.316.462.520	8.483.420.966
Puntos Colombia S.A.S.	Colômbia	Peso colombiano	Serviços	50%	50%	9.000.000	9.000.000

### Nota 18.2. Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020:

Sociedades	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita de atividades ordinárias	Receita de operações contínuas
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3.104.242	131.233	1.058.139	1.692.661	484.675	1.164.209	26.665
Puntos Colombia S.A.S.	135.435	15.336	129.616	5.740	15.415	238.215	12.669

Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2019:

Sociedades	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receita de atividades ordinárias	Receita de operações contínuas
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	3.207.963	81.336	1.160.326	1.745.967	383.006	1.178.777	(11.753)
Puntos Colombia S.A.S.	130.551	24.873	143.867	8.812	2.745	191.725	(6.273)

### Nota 18.3. Objetivo empresarial dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O objetivo empresarial e outras informações corporativas de investimentos contabilizados usando o método de equivalência patrimonial são os seguintes:

#### Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

Um negócio conjunto, cujo controle conjunto foi adquirido em 31 de outubro de 2016. É uma entidade privada, autorizada pela Superintendência Financeira Colombiana, constituída por meio de escritura pública nº 7418 outorgada em 30 de novembro de 1971 perante o Cartório Notarial Primeiro de Bogotá, tendo seu principal local de negócios em Medellín. O principal objeto social da empresa é atrair recursos utilizando depósitos a prazo com o objetivo principal de realizar operações ativas de crédito, para facilitar a comercialização de bens e serviços, sem afetar as operações e investimentos que ela possa realizar em conformidade com as condições ou limitações estabelecidas pelo regime legal aplicável às empresas financiadoras.

#### Puntos Colombia S.A.S.

Uma joint venture estabelecida em 19 de abril de 2017 sob a lei colombiana. Seu principal objetivo corporativo é a compra e venda de pontos de fidelidade e a concepção, desenvolvimento, implementação, operação e administração de um programa de fidelização para o desenvolvimento de estratégias de fidelização aplicáveis aos clientes dos parceiros de aliança, através do reconhecimento, acumulação, emissão e resgate de pontos de fidelidade, bem como a compra e venda de pontos de fidelidade. Seu principal local de atuação é na Carrera 48 No. 32B Sur 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Nota 18.4. Outras informações sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

A conciliação das informações financeiras resumidas reportadas ao valor contábil das associadas e joint ventures nas demonstrações contábeis consolidadas é:

Sociedades	31 de dezembro de 2020				
	Patrimônio	Base para aplicação do método de equivalência patrimonial	Percentual de propriedade	Valor da propriedade da Controladora (1)	Valor contábil (2)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	484.675	519.830	50,00%	259.915	259.915
Puntos Colombia S.A.S.	15.415	15.415	50,00%	7.707	7.707

Sociedades	31 de dezembro de 2020				
	Patrimônio	Base para aplicação do método de equivalência patrimonial	Percentual de propriedade	Valor da propriedade da Controladora (1)	Valor contábil (2)
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	383.006	418.230	50,00%	209.115	209.115
Puntos Colombia S.A.S.	2.745	2.745	50,00%	1.372	1.372

(1) Participação direta da Controladora (Almacenes Éxito S.A.).

(2) Montante do investimento e ágio transportado nos livros da Controladora.

Não foram recebidos dividendos de associados e joint ventures durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Não há restrições quanto à capacidade das associadas e joint ventures de transferir fundos para a Controladora na forma de dividendos em dinheiro, ou reembolsos de empréstimos ou pagamentos antecipados.

A Controladora não tem ativos contingentes incorridos relacionados a sua participação nos mesmos.

Não há obrigações construtivas adquiridas pela Controladora em nome das associadas ou joint ventures decorrentes de perdas que excedam a participação detida nelas.

Os investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial não têm restrições ou gravames que afetem os juros neles detidos.

#### Nota 19. Mudanças na classificação dos ativos financeiros

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças materiais na classificação dos ativos financeiros decorrentes de uma mudança no propósito ou uso de tais ativos.

#### Nota 20. Passivos financeiros

O saldo do passivo financeiro é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Empréstimos bancários	1.023.670	260.606
Opção de venda	417.386	379.538
Arrendamentos financeiros	6.849	10.033
Cartas de crédito	7.757	10.176
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.455.662</b>	<b>660.353</b>
<b>Circulantes</b>	<b>1.110.883</b>	<b>616.822</b>
<b>Não Circulantes</b>	<b>344.779</b>	<b>43.531</b>

O desenvolvimento ou passivo financeiro durante o período do relatório é o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (1)</b>	<b>660.353</b>
Aumento de desembolsos (2)	1.616.282
Mudanças no justo valor da opção de venda reconhecidas em investimentos	73.159
Aumento de reavaliações e juros	70.876
Diferença de câmbio	1.264
Diferença de conversão	(35.765)
(Redução) das amortizações ou do principal e juros (3)	(930.507)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.455.662</b>

(1) O saldo em 31 de dezembro de 2019 inclui:

- Contrato de opção de venda da Spice Investments Mercosur S.A. no valor de \$379.538 firmado com os proprietários de participações não-controladoras na subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A. O preço de exercício desta opção é baseado em uma fórmula previamente determinada e a opção pode ser exercida a qualquer momento. Esta opção é medida pelo justo valor. O desenvolvimento é mostrado na Nota 40.

-- \$100.000 representando um desembolso da parcela rotativa de um contrato de linha de crédito celebrado pela Controladora em 16 de junho de 2017, \$70.000 representando um desembolso solicitado em fevereiro de 2019 e \$30.000 representando um desembolso solicitado em março de 2019, ambos sob a parcela rotativa do contrato de linha de crédito celebrado pela Controladora em 31 de dezembro de 2018.

-- \$60.000 representando um empréstimo da Éxito Industrias S.A.S. obtido em junho de 2017.

(2) Em março de 2020, a Controladora solicitou desembolsos nos valores de \$600.000 e \$290.000, representando dois novos contratos de crédito bilaterais celebrados em 27 de março de 2020.

Em abril de 2020, a Controladora solicitou desembolsos no valor de \$350.000 e \$150.000 contra o crédito rotativo sindicalizado emendado em dezembro de 2017.

Em maio de 2020, a subsidiária Libertad S.A. solicitou um desembolso no valor de \$22.955.

Em junho de 2020, a Controladora solicitou um desembolso no valor de \$135.000 ao abrigo de um novo contrato de crédito bilateral celebrado em 3 de junho de 2020.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, a subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. e suas subsidiárias solicitaram cartas de crédito no valor de \$74.141.

(3) Em maio de 2020, a subsidiária Industrias Éxito S.A.S. reembolsou o principal no valor de \$20.000.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, a subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. e suas subsidiárias solicitaram cartas de crédito no valor de \$76.495.

(3) Em junho de 2020, a Empresa amortizou (a) \$100.000 para a parcela rotativa sob o contrato de crédito celebrado em junho de 2017; (b) \$70.000 para um desembolso solicitado em fevereiro de 2019; (c) \$30.000 para um desembolso solicitado em março de 2019; e (d) \$12.083 para o contrato de crédito bilateral no valor de \$290.000 celebrado em 27 de março de 2020.

Em setembro de 2020, a Controladora amortizou (a) US\$ 150.000 no crédito rotativo sindicalizado emendado em dezembro de 2017, (b) US\$ 12.083 no contrato de crédito bilateral no valor de US\$ 290.000 firmado em 27 de março de 2020, e (c) US\$ 4.106 para locações financeiras.

Em outubro de 2020, a Controladora amortizou (a) \$350.000 sobre o crédito rotativo sindicalizado emendado em dezembro de 2017, e (b) \$350.000 sobre o crédito rotativo emendado em dezembro de 2017.  
\$30.000 sobre o contrato de crédito bilateral de \$600.000, celebrado em 27 de março de 2020.

Em dezembro de 2020, a Controladora amortizou (a) \$12.083 sobre o contrato de crédito bilateral de \$290.000, executado em 27 de março de 2020, e (b) \$1.353 para locações financeiras.

Tais empréstimos são mensurados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos; os custos de operação não foram incorridos.

O saldo dos passivos financeiros classificados como circulantes ou não circulantes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Empréstimos bancários	681.929	223.368
Opção de venda	417.386	379.538
Cartas de crédito	7.757	10.176
Arrendamento financeiro	3.811	3.740
<b>Total circulante</b>	<b>1.110.883</b>	<b>616.822</b>
Empréstimos bancários	341.741	37.238
Arrendamento financeiro	3.038	6.293
<b>Total não circulante</b>	<b>344.779</b>	<b>43.531</b>

Seguem os detalhes dos vencimentos anuais dos passivos financeiros não circulantes em aberto em 31 de dezembro de 2020, descontados pelo valor atual:

Ano	Total
2021	192.027
2022	49.693
2023	44.652
>2024	58.407
	<b>344.779</b>

#### Nota 20.1. Passivos adquiridos segundo contratos de crédito em aberto em 31 de dezembro de 2019

- Financeiro: A Controladora está comprometida a manter uma taxa de alavancagem financeira de no máximo 3,5x. Tal índice será medido anualmente em 30 de abril com base em demonstrações contábeis consolidadas auditadas no encerramento de cada período anual.
- Endividamento: A Controladora se compromete a não: (i) incorrer em novas dívidas no caso de inadimplência do passivo financeiro e/ou no caso de uma nova dívida resultar no descumprimento de um passivo financeiro existente, e (ii) incorrer em dívidas adicionais sem a autorização dos credores.

Caso a Controladora pretenda contrair dívidas adicionais, será necessária a autorização prévia dos credores, autorização que será considerada automaticamente concedida se a Controladora cumprir com o indicador de ocorrência (dívida financeira líquida / Ebitda ajustado = menos de 3,5x), que será medida com base nas últimas demonstrações contábeis separadas submetidas ao Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários e Emissores.

#### Nota 20.2. Passivos adquiridos segundo contratos de crédito, obtidos em 31 de dezembro de 2020

- Financeiro: Enquanto a Controladora tiver obrigações de pagamento decorrentes dos contratos celebrados em 27 de março de 2020, a Controladora se compromete a manter um índice financeiro de alavancagem inferior a 2,8x. Tal relação será medida anualmente em 30 de abril ou, se não for um dia útil, no dia útil seguinte, com base nas demonstrações contábeis separadas auditadas para cada período anual.

#### Nota 21. Benefícios para empregados

O saldo dos benefícios dos funcionários é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Planos de benefícios definidos	21.125	22.062
Plano de benefícios de longo prazo	1.779	1.836
<b>Total de benefícios a empregados</b>	<b>22.904</b>	<b>23.898</b>
<b>Circulantes</b>	<b>2.520</b>	<b>2.978</b>
<b>Não circulantes</b>	<b>20.384</b>	<b>20.920</b>

#### Nota 21.1. Planos de benefícios definidos

A Controladora e suas subsidiárias têm os seguintes planos de benefícios definidos:

- Plano de aposentadoria

Segundo o plano, cada funcionário da Controladora receberá, no momento da aposentadoria, um pagamento mensal de pensão, ajustes de pensão de acordo com os regulamentos legais, pensão de sobrevivência, assistência com despesas funerárias e bônus de junho e dezembro estabelecidos por lei. Tal quantia depende de fatores como: idade do funcionário, tempo de serviço e salário.

A Controladora é responsável pelo pagamento da pensão de aposentadoria aos funcionários que preencham os seguintes requisitos: (a) funcionários que em 1º de janeiro de 1967 tinham servido mais de 20 anos (responsabilidade integral), e (b) funcionários e ex-funcionários que em 1º de janeiro de 1967 tinham servido mais de 10 anos, mas menos de 20 anos (responsabilidade parcial).

- Plano retroativo de indenização por demissão

A retroatividade da indenização por demissão é estimada para aqueles funcionários da Controladora aos quais as leis trabalhistas aplicáveis são aquelas anteriores à Lei 50 de 1990, e que não se mudaram para o novo sistema de indenização por demissão. De acordo com o plano, a Controladora pagará aos funcionários no momento da aposentadoria um valor retroativo como indenização por demissão, após dedução dos pagamentos antecipados. Este benefício social é calculado ao longo de todo o tempo de serviço, com base no último salário auferido.

- Bônus de aposentadoria ao atender os requisitos para obter uma pensão por invalidez

Sempre que um funcionário da Controladora ou das subsidiárias Éxito Industrias y Servicios S.A.S. e Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. receber uma pensão por invalidez da entidade de administração de pensão relevante, ele receberá um único bônus de aposentadoria no valor de US\$ 4, desde que uma perda de 50% ou mais da capacidade de trabalho tenha sido qualificada durante o prazo da relação trabalhista com a Controladora. O bônus de aposentadoria por invalidez é concedido sob um acordo coletivo de trabalho. A partir de 2020, este bônus tornou-se um benefício de curto prazo, pois não se acumula com base em anos de serviço.

Tais benefícios são estimados numa base anual ou onde quer que haja mudanças materiais, utilizando a unidade de crédito prevista. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças materiais nos métodos ou pressupostos aplicados na preparação das estimativas e análises de sensibilidade.

Saldos e desenvolvimento:

Seguem os saldos e o desenvolvimento de planos de benefícios definidos:

	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.719</b>	<b>952</b>	<b>391</b>	<b>22,062</b>
Custo dos serviços	-	17	-	17
(Ganho) do custo do serviço passado	-	(19)	(405)	(424)
Despesas com juros	1.293	47	-	1.340
Perda (ganho) atuarial devido a mudanças na experiência	206	(56)	14	164
Perda atuarial por premissas financeiras	590	21	-	611
Benefícios diretamente (pagos) pela Sociedade	(2.266)	(379)	-	(2.645)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.542</b>	<b>583</b>	<b>-</b>	<b>21.125</b>

Variáveis utilizadas para fazer os cálculos:

As taxas de desconto, taxas de aumento salarial, taxas de inflação e datas de morte são as seguintes:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez
Taxa de desconto	5,90%	4,80%	N/A	6,60%	6,10%	6,40%
Taxa anual de aumento salarial	3,25%	3,25%	N/A	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de aumento das anuidades futuras	3,25%	-	N/A	3,50%	-	-
Taxa anual de inflação	3,25%	3,25%	N/A	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de mortalidade - homens (anos)	60-62	60-62	N/A	60-62	60-62	60-62
Taxa de mortalidade - mulheres (anos)	55-57	55-57	N/A	55-57	55-57	55-57
Taxa de mortalidade - homens	0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%	N/A	0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%
Taxa de mortalidade - mulheres	0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%	N/A	0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%

Taxas de rotatividade de funcionários, de invalidez e aposentadoria antecipada:

Tempo de serviço	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
De 0 a menos de 5	25,70%	29,98%
De 5 a menos de 10	12,51%	14,60%
De 10 a menos de 15	7,37%	8,59%
De 15 a menos de 20	5,49%	6,41%
De 20 a menos de 25	4,22%	4,92%
25 e mais	3,18%	3,71%

Análise de sensibilidade:

Uma análise de sensibilidade quantitativa em relação a uma mudança em uma premissa chave resultaria na seguinte variação do passivo líquido de benefícios definidos:

Variation expressed in basis points Variação expressa em pontos básicos	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez
Taxa de desconto + 25	(352)	(6)	N/A	(357)	(7)	(5)
Taxa de desconto - 25	364	6	N/A	368	7	6
Taxa de desconto + 50	(692)	(12)	N/A	(702)	(13)	(11)
Taxa de desconto - 50	740	13	N/A	749	14	11
Taxa de desconto + 100	(1.341)	(24)	N/A	(1.359)	(26)	(21)
Taxa de desconto - 100	1.532	26	N/A	1.551	28	23
Taxa anual de aumento salarial + 25	N/A	11	N/A	N/A	12	N/A
Taxa anual de aumento salarial - 25	N/A	(11)	N/A	N/A	(12)	N/A
Taxa anual de aumento salarial + 50	N/A	21	N/A	N/A	25	N/A
Taxa anual de aumento salarial - 50	N/A	(21)	N/A	N/A	(24)	N/A
Taxa anual de aumento salarial + 100	N/A	43	N/A	N/A	50	N/A
Taxa anual de aumento salarial - 100	N/A	(41)	N/A	N/A	(48)	N/A

As contribuições para os próximos anos financiadas com os recursos próprios da Controladora e de suas subsidiárias estão previstas como segue:

Ano	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez	Aposentadoria	Indenização por demissão retroativa	Benefício por idade pensão por Invalidez
2020	2,195	84	-	2.318	271	60
2021	2,186	6	-	2.326	194	51
2022	2,148	113	-	2.309	65	48
2023	27,804	522	-	2.278	100	43
>2024	34,333	725	-	32.616	531	406
<b>Total</b>				<b>41.847</b>	<b>1.161</b>	<b>608</b>

Outras considerações:

A duração média do passivo para planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020 é de 7,4 anos (31 de dezembro de 2019 - 7,5 anos).

A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir os planos de benefício definido.

A despesa do plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2020 era de \$88.055 (31 de dezembro de 2019 - \$92.246).

**Nota 21.2. Plano de benefícios a longo prazo**

O plano de benefícios a longo prazo envolve um bônus de tempo de serviço associado a anos de serviço a pagar aos funcionários da Controladora e aos funcionários das subsidiárias Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Tal benefício é estimado anualmente ou onde quer que haja mudanças materiais, utilizando a unidade de crédito prevista. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças materiais nos métodos ou pressupostos aplicados na preparação das estimativas e análises de sensibilidade.

Durante 2015, a Controladora chegou a um acordo com vários funcionários que voluntariamente decidiram substituir o bônus de tempo de serviço por um bônus especial único.

Saldos e desenvolvimento:

A seguir estão os saldos e o desenvolvimento do plano de benefícios definidos de longo prazo:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.836</b>
Custo dos serviços	76
Despesas com juros	104
Perda atuarial devido a mudanças na experiência	84
Perda atuarial devido a mudanças demográficas	23
Benefícios diretamente (pagos) pela Sociedade	(425)
Perda atuarial por premissas financeiras	81
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.779</b>

Variáveis utilizadas para fazer os cálculos:

As taxas de desconto, taxas de aumento salarial, taxas de inflação e datas de morte são as seguintes:

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Taxa de desconto	5,40%	6,30%
Taxa anual de aumento salarial	3,25%	3,50%
Taxa de inflação anual	3,25%	3,50%
Taxa de mortalidade - homens	0,001117% - 0,034032%	0,001117% - 0,034032%
Taxa de mortalidade - mulheres	0,000627% - 0,019177%	0,000627% - 0,019177%

As taxas de rotatividade, invalidez e aposentadoria antecipada dos funcionários são as seguintes:

<b>Tempo de serviço</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
De 0 a menos de 5	25,70%	29,98%
De 5 a menos de 10	12,51%	14,60%
De 10 a menos de 15	7,37%	8,59%
De 15 a menos de 20	5,49%	6,41%
De 20 a menos de 25	4,22%	4,92%
25 e mais	3,18%	3,71%

Análise de sensibilidade:

Uma análise de sensibilidade quantitativa em relação a uma mudança em uma premissa chave resultaria na seguinte variação do passivo líquido de benefícios a longo prazo:

<b>Variação expressa em pontos de base</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Taxa de desconto + 25	(24)	(23)
Taxa de desconto - 25	24	24
Taxa de desconto + 50	(47)	(46)
Taxa de desconto - 50	49	48
Taxa de desconto + 100	(92)	(90)
Taxa de desconto - 100	101	99
Taxa anual de aumento salarial + 25	25	24
Taxa anual de aumento salarial - 25	(24)	(24)
Taxa anual de aumento salarial + 50	50	49
Taxa anual de aumento salarial - 50	(48)	(48)
Taxa anual de aumento salarial + 100	103	101
Taxa anual de aumento salarial - 100	(95)	(93)

As contribuições para os próximos anos financiadas com recursos próprios da empresa estão previstas como a seguir:

<b>Ano</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
2020	-	329
2021	241	227
2022	201	192
2023	160	157
>2024	1.881	1.776
<b>Total</b>	<b>2.483</b>	<b>2.681</b>



Outras considerações:

A duração média da responsabilidade por benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 é de 5,7 anos (31 de dezembro de 2019 - 5,4 anos).

A Controladora e suas subsidiárias não têm dedicado ativos específicos para garantir o pagamento do bônus de tempo de serviço.

O efeito na demonstração de resultados do plano de benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa no valor de \$13 (31 de dezembro de 2019 \$93).

**Nota 22. Outras provisões**

O saldo de outras disposições é feito da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Processos judiciais (1)	15.648	14.889
Impostos, exceto o imposto de renda (2)	6.828	8.552
Reestruturação (3)	4.323	269
Outros (4)	17.875	9.708
<b>Total de outras provisões</b>	<b>44.674</b>	<b>33.418</b>
<b>Circulantes (Nota 22.1)</b>	<b>30.132</b>	<b>14.420</b>
<b>Não circulantes (Nota 22.1)</b>	<b>14.542</b>	<b>18.998</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Controladora e suas subsidiárias não reconheciam provisões para contratos onerosos.

Os detalhes das provisões são os seguintes:

- (1) As provisões para ações judiciais são reconhecidas para cobrir perdas potenciais estimadas decorrentes de ações judiciais movidas contra a Controladora e suas subsidiárias, relacionadas com questões trabalhistas, civis, administrativas e regulatórias, que são avaliadas com base na melhor estimativa de saídas de caixa necessárias para liquidar um passivo na data da preparação das demonstrações contábeis. O saldo é composto de:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Processos judiciais trabalhistas (a)	10.336	10.831
Processos judiciais civis (b)	3.803	4.058
Procedimentos administrativos e regulamentares (c)	1.509	-
<b>Total de processos judiciais</b>	<b>15.648</b>	<b>14.889</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2020 representam:

- Ações ajuizadas contra a Controladora por motivos de saúde e aposentadoria no valor de \$4.575; indenizações \$2.806; relações trabalhistas e solidariedade \$1.768; ajustes salariais e benefícios legais \$565, e questões coletivas \$50.
- Ações ajuizadas contra a subsidiária Libertad no valor de \$328.
- Ações ajuizadas contra a subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias, no valor de \$194.
- Ações ajuizadas contra as subsidiárias colombianas no valor de \$50.

Em 31 de dezembro de 2019 representam:

- Ações ajuizadas contra a Controladora com base em reclamações coletivas \$40, indenizações \$2.350, ajustes salariais e benefícios sociais \$475, pensões de saúde e de aposentadoria \$5.724 e relação trabalhista e solidária \$1.955.
- Ações ajuizadas contra a subsidiária Libertad S.A. no valor de \$86.
- Ações ajuizadas contra a Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias no valor de \$171.
- Ações ajuizadas contra as subsidiárias colombianas \$30.

- (b) Em 31 de dezembro de 2020 representam:

- Ações ajuizadas contra a Controladora em casos relacionados com processos de proteção de dados \$600, processos com base na condição de instalações no valor de \$302, processos de responsabilidade civil \$212, processos relacionados com imóveis \$239, processos de metrologia e regulamentos técnicos \$224, processos de proteção ao consumidor \$115, e outros processos menores \$1.583.
- Ações ajuizadas contra a subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias no valor de \$8.
- Ações ajuizadas contra as subsidiárias colombianas \$520.

Em 31 de dezembro de 2020 representam:

- Ações ajuizadas contra a Controladora em casos relacionados à responsabilidade de terceiros no valor de \$485, processos relacionados a imóveis no valor de \$319, processos com base nas condições das instalações \$1.412, metrologia e regulamentos técnicos \$269, proteção ao cliente \$10 e outros processos judiciais menores no valor de \$1.240.
- Ações ajuizadas movidas contra a Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias \$9.
- Ações ajuizadas movidas contra subsidiárias colombianas \$314.

- (c) Em 31 de dezembro de 2020, representam reclamações apresentadas contra a subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias no valor de \$1.509 (31 de dezembro de 2019 - \$-) relacionadas com questões de defesa da concorrência.
- (2) As provisões para impostos que não o imposto de renda representam \$6.680 (31 de dezembro de 2019 - \$7.540) para processos fiscais da Controladora e \$148 (31 de dezembro de 2019 - \$1.012) para outros processos da subsidiária Libertad S.A.

Os processos judiciais da Controladora estão relacionados:

- Processo relativo ao imposto de valor agregado no valor de \$3.166 (31 de dezembro de 2019 - \$3.772).
- Processos relacionados ao imposto sobre indústria e comércio no valor de \$2.217 (31 de dezembro de 2019 - \$2.217).
- Procedimentos relacionados ao imposto imobiliário no valor de \$1.297 (31 de dezembro de 2019 - \$1.296).
- IVA a pagar sobre procedimentos fiscais relacionados a cerveja no valor de \$- (31 de dezembro de 2019 - \$255).

(3) A provisão de reestruturação diz respeito aos processos de reorganização anunciados aos funcionários da Controladora de lojas e centros de distribuição no valor de \$1.182 (31 de dezembro de 2019 - \$145), aos funcionários da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$3.068 (31 de dezembro de 2019 - \$-) e aos funcionários das subsidiárias colombianas no valor de \$73 (31 de dezembro de 2019 - \$124) que terão um efeito nas atividades e operações da Controladora e de suas subsidiárias. A provisão é baseada nas saídas de caixa necessárias, diretamente associadas ao plano de reestruturação. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas reconhecidas em relação ao plano totalizam \$67.458 e os desembolsos finais e conclusão do plano estão previstos para ocorrer durante o primeiro semestre de 2021. A provisão para reestruturação foi reconhecida nos resultados do período como outras despesas.

- (3) O saldo de outras provisões em 31 de dezembro de 2020 refere-se a:
- Provisão para contribuições para contribuições de pensão na Controladora e suas subsidiárias colombianas, no valor de \$10.150 (a).
  - Fechamento de lojas da Controladora no valor de \$5.790.
  - Provisão para proteção contra redução de mercadorias "VMI" na Controladora, no valor de \$827.
  - Outros menores na subsidiária Libertad S.A., no valor de \$705.
  - Outras provisões menores nas subsidiárias colombianas, no valor de \$403.
- (a) Representa a obrigação registrada para o valor das contribuições de pensão não pagas pelos funcionários da Controladora e suas subsidiárias colombianas em abril e maio de 2020, porque o Tribunal Constitucional (a) declarou inconstitucional o Decreto Legislativo 558 de 2020, que permitiu que as empresas pagassem um valor menor para as contribuições de pensão em abril e maio, e (b) obrigou o Governo a exigir que as empresas pagassem dentro de um período razoável os valores não pagos durante aqueles meses.

O saldo de outras provisões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a:

- Fechamento de lojas Controladora no valor de \$7.260.
- Provisão para proteção contra redução de mercadorias "VMI" na Controladora no valor de US\$1.607.
- Outras provisões menores em filiais colombianas no valor de \$523.
- Outras provisões menores na subsidiária Libertad S.A., no valor de \$318.

Os saldos e o desenvolvimento de outras provisões durante o período são os seguintes:

	Processos judiciais	Impostos, exceto o imposto de renda	Reestruturação	Outro	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>14.889</b>	<b>8.552</b>	<b>269</b>	<b>9.708</b>	<b>33.418</b>
Aumentos	8.145	-	67.458	28.873	104.476
Utilizações	(35)	-	(3.996)	25	(4.006)
Pagamentos	(2.701)	(605)	(42.619)	(19.807)	(65.732)
Estornos (não utilizados)	(4.517)	(861)	(16.789)	(806)	(22.973)
Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão em moeda de relatório	(169)	(258)	-	(82)	(509)
Outras reclassificações	36	-	-	(36)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.648</b>	<b>6.828</b>	<b>4.323</b>	<b>17.875</b>	<b>44.674</b>

### Nota 22.1. Outras provisões classificadas como circulantes ou não circulantes

O saldo de outras provisões, classificadas como circulantes ou não circulantes, é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Processos judiciais	4.766	3.678
Reestruturação	4.323	269
Impostos, além do imposto de renda	3.168	765
Outros	17.875	9.708
<b>Total circulante</b>	<b>30.132</b>	<b>14.420</b>
Processos judiciais	10.882	11.211
Impostos, além do imposto de renda	3.660	7.787
<b>Total não circulante</b>	<b>14.542</b>	<b>18.998</b>

### Nota 22.2. Previsão de pagamentos de outras provisões

Os pagamentos previstos de outras provisões pelas quais a Controladora e suas subsidiárias são responsáveis em 31 de dezembro de 2020 são:

	Processos judiciais	Impostos, exceto o Imposto de renda	Reestruturação	Outros	Total
Menos de 12 meses	4.766	3.168	4.323	17.875	30.132
De 1 a 5 anos	10.882	3.660	-	-	14.542
<b>Total de pagamentos previstos</b>	<b>15.648</b>	<b>6.828</b>	<b>4.323</b>	<b>17.875</b>	<b>44.674</b>

### Nota 23. Contas a pagar e Outros passivos financeiros a pagar a partes relacionadas

O saldo das contas a pagar a partes relacionadas e o saldo de outros passivos financeiros com partes relacionadas é:

	Contas a pagar		Outros passivos financeiros	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Joint ventures (1)	36.300	34.806	15.917	39.619
Empresas do Grupo Casino (2)	14.187	12.413	-	-
Membros do conselho	-	47	-	-
Entidade controladora (3)	-	33.729	-	-
<b>Total</b>	<b>50.487</b>	<b>80.995</b>	<b>15.917</b>	<b>39.619</b>

(1) O saldo de contas a pagar representa principalmente o saldo em aberto em favor de Puntos Colombia S.A.S. decorrente da emissão de pontos (acumulações) que foram realizados em consonância com a mudança no programa de fidelização implementado pela Controladora no valor de \$35.488 (31 de dezembro de 2019 - \$34.806);

O saldo de outros passivos financeiros representa principalmente cobranças recebidas de terceiros relacionadas com a Tarjeta Éxito de propriedade da Companhia de Financiamiento Tuya S.A. no valor de \$15.909 (31 de dezembro de 2019 - \$39.619) (Nota 27).

(2) Representa principalmente serviços recebidos em relação a consultoria e assistência técnica no valor de \$10.480 (31 de dezembro de 2019 - \$9.146) fornecidos pelo Casino Guichard Perrachon S.A., Euris e Geant International B.V., e soluções de eficiência energética e intermediação na importação de bens no valor de \$3.681 (31 de dezembro de 2019 - \$3.267) fornecidos por Green Yellow Colombia S.A.S., Casino Services, Distribution Casino France e International Retail and Trade Services IG.

(3) Representa os dividendos pagáveis aos acionistas.

## Nota 24. Débitos comerciais e outras contas a pagar

O saldo de débitos comerciais e outras contas a pagar é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fornecedores	3.872.518	3.859.345
Custos e despesas a pagar	361.974	378.537
Benefícios para empregados	245.984	238.232
Imposto retido na fonte a recolher	57.352	60.851
Impostos cobrados a recolher	56.464	46.074
Compra de ativos	29.810	41.447
Dividendos a pagar	26.317	8.205
Outro	27.659	30.110
<b>Total de débitos comerciais e outras contas a pagar circulantes</b>	<b>4.678.078</b>	<b>4.662.801</b>
Outro	68	114
<b>Total de débitos comerciais e outras contas a pagar não circulantes</b>	<b>68</b>	<b>114</b>

## Nota 25. Passivos de arrendamento

O saldo do passivo de arrendamento é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo de arrendamento		
<b>Circulante</b>	<b>1.542.895</b>	<b>1.530.231</b>
<b>Não circulante</b>	<b>223.803</b>	<b>222.177</b>
	<b>1.319.092</b>	<b>1.308.054</b>

Segue uma previsão de pagamentos fixos relacionados ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020:

Até um ano	309.503
De 1 a 5 anos	975.969
Mais de 5 anos	768.992
<b>Pagamentos mínimos de responsabilidade pelo arrendamento</b>	<b>2.054.464</b>
Financiamento futuro (despesas)	(511.569)
<b>Pagamentos mínimos totais líquidos de obrigações de arrendamento</b>	<b>1.542.895</b>

## Nota 26. Imposto de renda

### Nota 26.1. Regulamentos fiscais aplicáveis à Controladora e a suas subsidiárias colombianas

Regulamentos de imposto de renda em vigor aplicáveis à Controladora e suas subsidiárias colombianas:

- A taxa de imposto de renda para pessoas jurídicas é de 32% para 2020, 31% para 2021 tributável e 30% a partir de 2022 tributável.  
Para 2019, a alíquota do imposto de renda aplicável era de 33%.  
A sobretaxa do imposto de renda aplicada às empresas nacionais foi eliminada a partir de 2019.
- Para 2020 tributável, a base para avaliar o imposto de renda sob o modelo presumível de renda é 0,5% do patrimônio líquido detido no último dia do período tributável imediatamente anterior, e a partir de 2021 tributável a base será 0%.  
Para 2019 tributável, a base para avaliar o imposto de renda sob o modelo presumível de renda era de 1,5% do patrimônio líquido detido no último dia do período tributável imediatamente anterior.
- Ajustes abrangentes da inflação foram eliminados para fins fiscais a partir de 2007, e o imposto sobre ganhos ocasionais foi reinstituído à taxa atual de 10%, pagável por pessoas jurídicas sobre o total de ganhos ocasionais obtidos durante o ano tributável.
- Foi estabelecido um imposto sobre dividendos pagos a pessoas físicas residentes na Colômbia a partir de 2020 a uma taxa de 10%, acionado quando o valor distribuído for superior a 300 UVT (equivalente a US\$ 11 para 2020) quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para as empresas nacionais, a taxa de imposto é de 7,5% quando tais dividendos tenham sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para pessoas físicas não residentes na Colômbia e para empresas estrangeiras, a taxa de imposto é de 10% quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a taxa de imposto aplicável aos acionistas é de 32% para 2020, 31% para 2021 e 30% a partir de 2022.

Foi estabelecido um imposto sobre dividendos pagos a pessoas físicas residentes na Colômbia para 2019 a uma taxa de 15%, acionado quando o valor distribuído for superior a 300 UVT (equivalente a US\$ 10 em 2019) quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para empresas nacionais, pessoas físicas não residentes e empresas estrangeiras, a taxa de imposto é de 7,5% quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a taxa de imposto aplicável aos acionistas é de 33% para 2019.

- e. A partir de 2017, a base tributária adotada é o sistema contábil de acordo com a estrutura de regras técnicas contábeis em vigor na Colômbia, estabelecido pela Lei 1314 de 2009 em consonância com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, informação financeira e garantia de informação", Emendada em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, e em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432 e atualizada em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270 com algumas exceções relativas à realização de receitas, ao reconhecimento de custos e despesas e aos efeitos contábeis do saldo inicial quando da adoção dessas normas.
- f. O imposto sobre operações financeiras é um imposto permanente. 50% deste imposto é dedutível do imposto.
- g. A partir de 2019, os impostos, impostos e contribuições efetivamente pagos durante o ano ou período tributável são 100% dedutíveis, desde que estejam relacionados com a receita da atividade econômica da empresa acumulada durante o mesmo ano ou período tributável, incluindo as taxas de filiação pagas às associações empresariais.
- h. 50% do imposto industrial e comercial pode ser considerado como um desconto de imposto para os anos tributáveis de 2019 a 2021. 100% podem ser tomados como um desconto de imposto a partir de 2022.
- i. Com relação às contribuições para a educação dos empregados, os pagamentos que atendem às seguintes condições são dedutíveis a partir de 2019: (a) aqueles dedicados a bolsas de estudo e empréstimos perdáveis para educação em benefício dos empregados, (b) pagamentos a programas ou centros de assistência para os filhos dos empregados e (c) Pagamentos a instituições de ensino primário, secundário, técnico, tecnológico e superior.
- j. O IVA sobre a aquisição, formação, construção ou importação de ativos fixos produtivos reais pode ser descontado do imposto de renda a partir de 2019.
- k. A partir de 2020, a taxa de retenção do imposto de renda sobre pagamentos ao exterior é de 0% para serviços como consultoria, serviços técnicos ou assistência técnica prestados por terceiros com residência física em países que tenham firmado acordos de dupla tributação com a Colômbia.
- l. A partir de 2019, o imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos ao exterior é de 20% sobre serviços de consultoria, serviços técnicos, assistência técnica, honorários profissionais, royalties, arrendamentos e compensações, e 33% para serviços de gestão ou administração.
- m. A partir de 2019, os impostos pagos no exterior serão considerados descontos fiscais durante o ano tributável do pagamento, ou durante qualquer período tributável subsequente.
- n. O ajuste anual aplicável em 31 de dezembro de 2019 para o custo de móveis e imóveis considerados ativos fixos é de 3,36%.

#### Créditos fiscais da Controladora e de suas subsidiárias colombianas

De acordo com as normas fiscais em vigor a partir de 2017, o prazo para compensar perdas fiscais é de 12 anos após o ano em que a perda foi incorrida.

O excesso de renda presumida sobre a renda ordinária obtida a partir da renda tributável de 2007 pode ser compensado com a renda líquida ordinária apurada dentro dos cinco (5) anos seguintes.

As perdas da empresa não são transferíveis aos acionistas. Em nenhuma hipótese as perdas fiscais decorrentes de receitas além da renda e ganhos ocasionais, e de custos e deduções não relacionados com a geração de renda tributável, serão compensados com o lucro líquido do contribuinte.

Em aplicação dos artigos 188 e 189 do Código Tributário, em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S. e Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. e em 31 de dezembro de 2019 a Controladora e sua subsidiária Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S., avaliaram suas obrigações fiscais usando o método de renda presumida.

De acordo com os artigos 188 e 189 do Código Tributário, em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias Éxito Viajes y Turismo S.A.S., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Éxito Industrias S.A.S., Almacenes Éxito Inversiones S.A.S., e em 31 de dezembro de 2019 as subsidiárias Éxito Industrias S.A.S., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. e Éxito Viajes y Turismo S.A.S., liquidaram seu imposto de renda pelo método da renda ordinária.

(a) Créditos fiscais da Controladora

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora acumulou \$518.013 (31 de dezembro de 2019 - \$506.677) de renda presumida em excesso sobre a renda líquida.

A evolução do excesso de renda presumida da Controladora sobre a renda líquida durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>506.677</b>
Ajustes ao excesso de renda presumida de períodos anteriores	11.336
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>518.013</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora acumulou prejuízos fiscais no valor de \$738.261 (31 de dezembro de 2019 \$643.898). O

desenvolvimento de prejuízos fiscais na Controladora durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>643.898</b>
Ajuste a perdas fiscais de períodos anteriores (1)	94.363
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>738.261</b>

(1) Representa a aplicação do ajuste fiscal ao saldo dos prejuízos fiscais acumulados em 31 de dezembro de 2016. O percentual de reajuste aplicado é o definido pelas autoridades para 2017.

(b) Créditos fiscais das subsidiárias colombianas

Em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias colombianas acumularam um excesso de renda presumida sobre a renda líquida no valor de \$43 (31 de dezembro de 2019 -\$). O detalhe do excesso de renda presumida sobre a renda líquida é o seguinte:

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	27	-
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	16	-
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>-</b>

O desenvolvimento do excesso de renda presumida sobre a renda líquida das subsidiárias colombianas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	27
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	16
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>43</b>

Em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias colombianas acumularam prejuízos fiscais no valor de \$26.773 (31 de dezembro de 2019 - \$27.647). Os detalhes dos prejuízos fiscais são os seguintes:

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Éxito Industrias S.A.S.	26.324	27.460
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	283	106
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	166	81
<b>Total</b>	<b>26.773</b>	<b>27.647</b>

O desenvolvimento de prejuízos fiscais nas subsidiárias colombianas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>27.647</b>
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	177
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	85
Éxito Industrias S.A.S.	(1.136)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>26.773</b>

Subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., veja Nota 1.1) cujas receitas, custos e despesas são apresentados na demonstração de resultados consolidada sob o item "resultados líquidos de operações descontinuadas", separado de todos os outros resultados consolidados da Controladora e de suas subsidiárias, tem prejuízos fiscais acumulados no valor de \$33.037 (31 de dezembro de 2019 \$29.391),

#### Finalidade do imposto de renda

A partir de 2020, a finalidade geral das declarações de imposto de renda é de 3 anos, e para os contribuintes obrigados a apresentar informações sobre preços de transferência e das declarações que dão origem a perdas e compensação de impostos é de 5 anos.

Até 2019, o prazo final geral das declarações de impostos era de 3 anos, e 6 anos para os contribuintes obrigados a relatar informações sobre preços de transferência. As declarações fiscais onde os prejuízos fiscais são apurados se tornarão definitivas em 12 anos e aquelas que incluem a compensação de prejuízos fiscais se tornarão definitivas em 6 anos.

Para a Controladora, a declaração de imposto de renda para 2019 mostrando prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da data da declaração; as declarações de imposto de renda para 2018, 2017 e 2016 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 12 anos a partir da data da declaração; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 12 anos a partir da data da declaração.

Para a subsidiária Éxito Industrias S.A.S., a declaração de imposto de renda para 2019, onde foram compensados prejuízos fiscais e um saldo a receber foi apurado está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber; as declarações de imposto de renda para 2018 e 2017, onde foram compensados prejuízos fiscais e um saldo a receber foi apurado está aberta para revisão durante 6 anos a partir da apresentação do saldo a receber; para 2016, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; as declarações de imposto de renda para 2014 e 2015 e o imposto para igualdade CREE para 2014 e 2015 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber estão abertos para revisão durante 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber.

Para a subsidiária Éxito Industrias S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2019 e 2018, onde foram compensados prejuízos fiscais e um saldo a receber foram apurados, estão abertas para revisão durante 3 anos a partir da apresentação; as declarações de imposto de renda de 2017 e 2016, onde foram compensados prejuízos fiscais e um saldo a receber foi apurado, estão abertas para revisão durante 6 anos a partir da apresentação; a declaração de imposto de renda de 2015, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação da declaração; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde os prejuízos fiscais foram compensados e um saldo a receber foi apurado está aberta para revisão durante 6 anos a partir da apresentação da declaração; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 onde os prejuízos fiscais foram compensados e um saldo a receber foi apurado, está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação da declaração.

Para a subsidiária Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., a declaração de imposto de renda para 2019, onde foi apurado um saldo a receber, está aberta para revisão por 3 anos a partir da apresentação do saldo a receber; as declarações de imposto de renda para 2018 e 2017, onde foram compensados prejuízos fiscais e resultou em um saldo a receber, estão abertas para revisão por 6 anos a partir da apresentação da declaração; a declaração de imposto de renda para 2016, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber, está aberta para revisão por 12 anos a partir da apresentação da declaração; a declaração de imposto de renda para 2015 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 mostrando um saldo a receber está aberta para revisão por 12 anos a partir da data de arquivamento do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 mostrando um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2019, 2018 e 2017 estão abertas para revisão por 3 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda e o imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde os prejuízos fiscais foram compensados está aberta para revisão por 6 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda e o imposto de renda para igualdade CREE para 2015 estão abertos para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S., a declaração de imposto de renda para 2019, onde os prejuízos fiscais foram apurados, está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda para 2018 está aberta para revisão por 3 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., a declaração de imposto de renda de 2019, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber, está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S.), consulte Nota 1. 1) cujas receitas, custos e despesas são apresentados na demonstração de resultados consolidada sob a rubrica "resultados líquidos de operações descontinuadas", separada de outros resultados consolidados da Controladora e suas subsidiárias, a declaração de imposto de renda de 2019 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação do respectivo saldo a receber; a declaração de imposto de renda de 2018, 2017 e 2016, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber. A declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 está aberta para revisão por 5 anos a partir da data de arquivamento.

Os consultores fiscais e a administração da Controladora e suas subsidiárias são de opinião que nenhum imposto adicional será cobrado, a não ser aqueles transportados em 31 de dezembro de 2020.

#### Preço de transferência

As operações de Controladora com sua entidade controladora e partes relacionadas estrangeiras foram realizadas de acordo com o princípio de independência, como se fossem partes independentes, como exigido pelas disposições de Preços de Transferência estabelecidas pela regulamentação tributária nacional. Consultores independentes atualizaram a pesquisa de preços de transferência conforme exigido pela regulamentação tributária, com o objetivo de demonstrar que as operações com partes relacionadas estrangeiras foram realizadas a valores de mercado durante 2019. Para este fim, a Controladora apresentou uma declaração de informação e disponibilizou a referida pesquisa a partir de 9 de julho de 2020.

#### Entidades controladas no exterior

Sob o regime especial aplicável às subsidiárias estrangeiras que são veículos de investimento, a partir de 2017 a norma estabelece que a receita passiva obtida por tais veículos deve ser incluída no ano de acumulação e não no ano de distribuição efetiva dos lucros.

#### **Nota 26.2. Regulamentação fiscal aplicável às subsidiárias estrangeiras**

Os regulamentos fiscais em vigor aplicáveis às subsidiárias estrangeiras preveem as seguintes alíquotas de imposto de renda:

- Subsidiárias domiciliadas no Uruguai aplicam uma alíquota de 25%;
- Subsidiárias domiciliadas na Argentina aplicam uma alíquota de 35%.

#### **Nota 26.3. Ativos e passivos fiscais circulantes**

Os saldos dos ativos e passivos fiscais circulantes reconhecidos na demonstração da posição financeira são:

#### Ativos fiscais circulantes

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro 2019</b>
Saldo do imposto de renda a receber pela Controladora e suas subsidiárias colombianas (1)	213.870	200.696
Descontos de impostos aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas (2)	66.697	72.239
Adiantamentos e retenções de impostos sobre a indústria e o comércio da Controladora e suas subsidiárias colombianas	51.803	47.067
Descontos de impostos da Controladora nos impostos pagos no exterior	14.930	3.738
Ativos fiscais circulantes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. (3)	8.743	2.935
Outros ativos fiscais circulantes da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A.	5.616	6.098
Outros ativos fiscais circulantes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. (4)	724	438
Ativos do imposto de renda circulante da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. (5)	-	639
<b>Total do ativo fiscal circulante</b>	<b>362,383</b>	<b>333.850</b>

(1) O saldo do imposto de renda a receber da Controladora e de suas subsidiárias colombianas é composto de:

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Imposto de renda retido na fonte (a)	227.317	222.228
Descontos fiscais	46.164	5.653
Saldo a receber do imposto de renda de anos anteriores. Deduzido o imposto de renda (despesa) (Nota 26.4)	-	660
<b>Saldo a receber do imposto de renda da Controladora e de suas subsidiárias colombianas</b>	<b>213,870</b>	<b>200.696</b>

(a) Inclui o líquido do imposto de renda a pagar e saldos a receber e impostos retidos aplicáveis ao imposto de renda da Controladora e de suas subsidiárias colombianas.

(2) Os descontos fiscais aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas são os seguintes:

	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>31 de dezembro de 2019</b>
Imposto sobre a indústria e o comércio	34.439	51.281
IVA sobre bens reais produtivos	32.229	20.609
Outros	29	349
<b>Descontos fiscais totais aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas</b>	<b>66.697</b>	<b>72.239</b>



- (3) O saldo do imposto de renda corrente da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionado com as subsidiárias do segmento argentino, é composto de:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos circulantes do imposto de renda	8.743	
Passivos circulantes do imposto de renda	-	7.598
<b>Total</b>	<b>8.743</b>	<b>(4.663)</b> <b>2.935</b>

- (4) Saldo de outros impostos atuais das subsidiárias no segmento argentino.

- (5) O saldo dos ativos do imposto de renda corrente da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. é composto de:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos circulantes do imposto de renda		2.902
Passivos circulantes do imposto de renda		(2.263)
<b>Total</b>		<b>639</b>

Passivo circulante do imposto

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imposto industrial e comercial a pagar da Controladora e de suas subsidiárias colombianas	69.372	68.200
Impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. além do imposto de renda (1)	2.511	3.040
Imposto de renda da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A.	2.465	-
Impostos da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. além do imposto de renda	1.348	1.471
Imposto sobre bens imóveis da Matriz e de suas subsidiárias colombianas	415	199
<b>Total do passivo circulante do imposto</b>	<b>76.111</b>	<b>72.910</b>

- (1) Saldo dos impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionados com as subsidiárias do segmento argentino.

#### Nota 26.4. Imposto de renda

A conciliação da receita contábil com a receita líquida e a estimativa da despesa tributária são as seguintes:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Lucro antes do imposto de renda</b>	<b>385.282</b>	<b>171.134</b>
<b>Acréscimos</b>		
Ajustes IFRS sem efeitos fiscais (1)	33.131	(71.629)
Despesas não-dedutíveis	32.806	24.106
Imposto sobre operações financeiras	8.920	10.526
Multas, penalidades e litígios	6.207	4.927
Provisão contábil e créditos baixados	1.499	3.245
Impostos tomados e reavaliados	1.168	1.653
Perdas de estoque não dedutíveis	1.075	38
Lucro líquido - recuperação da depreciação de ativos fixos vendidos	695	468
<b>Deduzido</b>		
Efeito dos resultados contábeis das subsidiárias estrangeiras	(112.452)	(119.316)
Desreconhecimento do ganho com a venda de ativos fixos reportado como ganho ocasional	(74.117)	(135)
Dedução de imposto Ágio, além da dedução contábil	(20.606)	(23.832)
2019 Dedução ICA paga em 2020 após a apresentação da declaração de imposto de renda	(6.760)	-
Recuperação de provisões	(2.747)	(4.304)
Dedução de funcionário portador de necessidades especiais	(1.598)	(1.665)
Diferença de câmbio realizada	(1.574)	-
Doação a bancos de alimentos	(1.494)	(1.420)
30% de dedução adicional sobre os salários pagos aos aprendizes contratados na Empresa	(1.422)	(1.740)
Impostos não-dedutíveis	(347)	37.475
Dividendos isentos de impostos recebidos de subsidiárias	-	(3.987)
	<b>247.666</b>	<b>25.544</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>-</b>	<b>(13.544)</b>
Compensação de perdas fiscais e excesso de lucro presumido	247.666	12.000
<b>Lucro líquido total após a compensação</b>	<b>43</b>	<b>61.416</b>
<b>Lucro presumido de subsidiárias colombianas para o período atual</b>	<b>247.924</b>	<b>24.211</b>
<b>Lucro líquido da Controladora e de subsidiárias colombianas para o período atual</b>	<b>247.967</b>	<b>85.627</b>
Lucro líquido tributável	32%	33%
Alíquota do imposto de renda	(79.349)	(28.257)
<b>Subtotal do imposto de renda (despesas)</b>	<b>(2.906)</b>	<b>-</b>
Imposto sobre ganhos ocasionais (despesa)	22.644	412
Descontos fiscais		
<b>Total do imposto de renda (despesa)</b>	<b>(59.611)</b>	<b>(27.845)</b>
<b>(Despesa) imposto do ano anterior (2)</b>	<b>(14.767)</b>	<b>(237)</b>
<b>Total do imposto de renda (despesa) da Controladora e suas subsidiárias colombianas</b>	<b>(74.378)</b>	<b>(28.082)</b>
<b>Total do imposto corrente (despesa) das subsidiárias estrangeiras (3)</b>	<b>(43.015)</b>	<b>(48.175)</b>
<b>Total do imposto de renda corrente (despesa)</b>		<b>(76.257)</b>

(1) Os ajustes em IFRS sobre efeitos tributários são:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Provisões contábeis	141.679	75.003
Dividendos tributados de subsidiárias	126.126	49.610
Arrendamentos tributados	70.270	99.568
Outras despesas contábeis sem efeitos fiscais	40.145	939
Diferença de câmbio líquida	8.335	17.630
Outra receita contábil (não para fins fiscais) líquida	6.566	(2.457)
Custos não contábeis líquidos para fins fiscais	6.238	(30.054)
Estimativa atuarial tributária	2.259	2.906
Resultados líquidos usando o método de equivalência patrimonial	(185.778)	(159.949)
Recuperação de provisões	(85.858)	(39.662)
Excesso de despesas de pessoal para fins fiscais sobre despesas de pessoal de contabilidade	(56.448)	(33.746)
Depreciação fiscal mais elevada sobre a depreciação contábil	(40.107)	(54.867)
Impostos não dedutíveis	(294)	(508)
Multas e penalidades não dedutíveis	(2)	(29)
Dividendos não tributados das subsidiárias	-	3.987
<b>Total</b>	<b>33.131</b>	<b>(71.629)</b>

(2) O efeito desse ajuste é compensado com o ajuste de anos anteriores no imposto diferido, decorrente do tratamento de certos itens fiscais.

(3) Um detalhe das despesas tributárias correntes das subsidiárias estrangeiras é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Segmento Uruguay	(43.009)	(44.336)
Segmento Argentina	(6)	(3.839)
<b>Total do imposto (despesas) corrente</b>	<b>(43.015)</b>	<b>(48.175)</b>

Os componentes da despesa de imposto de renda reconhecidos na demonstração do resultado são:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Imposto de renda corrente (despesa)	(117.393)	(76.257)
Receita do imposto de renda diferido (Nota 26.5)	63.214	52.961
<b>Total da receita (despesa) do imposto de renda</b>	<b>(54.179)</b>	<b>(23.296)</b>

A estimativa do lucro presumido da Controladora e de subsidiárias colombianas é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Patrimônio líquido	8.525	4.199.870
Deduzido o patrimônio líquido a ser excluído	-	(105.475)
<b>Patrimônio líquido de base</b>	<b>8.525</b>	<b>4.094.395</b>
<b>Lucro presumido</b>	<b>43</b>	<b>61.416</b>
<b>Total do lucro presumido</b>	<b>43</b>	<b>61.416</b>

A conciliação da taxa média efetiva de imposto com a taxa de imposto aplicável é a seguinte:

	31 de dezembro 2020	Alíquota	31 de dezembro 2019	Alíquota
<b>Lucro antes do imposto de renda</b>	<b>385.282</b>		<b>171.134</b>	
Despesas com impostos à alíquota aplicável	(123.290)	(32%)	(56.474)	(33%)
Efeito fiscal das alíquotas cobradas no exterior	(26.650)	(7%)	(38.454)	(22%)
Efeito fiscal das despesas não dedutíveis para determinar a perda tributável	(14.456)	(4%)	(25.312)	(15%)
Efeito fiscal do ajuste de impostos correntes de períodos anteriores	16.588	4%	714	-%
Efeito fiscal da receita não tributada para determinar a perda tributável	1.336	-%	2.776	2%
Outros efeitos tributários da conciliação da renda contábil com a despesa tributária	107.313	28%	95.033	56%
Efeito fiscal das mudanças nas alíquotas de imposto	(15.020)	(4%)	(1.579)	(1%)
<b>Total do imposto de renda (despesas)</b>	<b>(54.179)</b>	<b>(15%)</b>	<b>(23.296)</b>	<b>(13%)</b>

## Nota 26.5. Imposto diferido

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias que representam um pagamento menor ou maior do imposto de renda do ano corrente, estimado às taxas de pagamento ou recuperação previstas, desde que haja expectativa razoável de que tais diferenças se revertam no futuro. Caso haja algum ativo fiscal diferido, é feita uma análise se a Controladora e suas subsidiárias irão gerar lucros tributáveis suficientes no futuro que permitam compensar o ativo, no todo ou em parte.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são feitos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Ativos de imposto diferido	Passivos de imposto diferido	Ativos de imposto diferido	Passivos de imposto diferido
Passivos com o arrendamento	537.792	-	509.927	-
Prejuízos fiscais	221.478	-	198.834	-
Excesso lucro presumido	155.404	-	156.459	-
Créditos fiscais	76.692	-	66.535	-
Outras provisões	21.703	-	18.661	-
Estoques	5.904	-	4.444	-
Outros passivos financeiros	5.754	-	4.913	-
Créditos comerciais e outros recebíveis	4.743	-	3.371	-
Passivos financeiros	1.435	-	622	-
Provisões de benefícios aos empregados	1.614	-	1.736	-
Despesas pagas antecipadamente	886	-	943	-
Débitos comerciais e outras contas a pagar	334	-	-	(5.537)
Investimentos em subsidiárias e joint ventures	308	-	308	-
Contas a pagar a partes relacionadas	22	-	8	-
Capital circulante líquido	-	(2)	-	-
Outros passivos não financeiros	-	(139)	-	(95)
Empreendimentos imobiliários	-	(225)	128	-
Ativos não circulantes detidos para negociação	-	(286)	-	(8.524)
Contas a receber de partes relacionadas	-	(346)	-	(294)
Ativos intangíveis, além do Ágio	-	(3.573)	-	(3.957)
Construção em andamento	-	(4.247)	-	(4.180)
Terreno	-	(5.124)	-	(7.070)
Outros ativos financeiros	-	(6.293)	-	(7.343)
Outro ativo imobilizado	-	(25.751)	-	(29.146)
Propriedade de investimento	-	(39.957)	-	(35.671)
Edifícios	-	(128.802)	-	(122.035)
Ágio	-	(145.302)	-	(145.302)
Direitos de uso	-	(473.738)	-	(444.594)
<b>Total da Controladora</b>	<b>1.034.069</b>	<b>(833.785)</b>	<b>966.889</b>	<b>(813.748)</b>
<b>Subsidiárias colombianas</b>	<b>28.464</b>	<b>(32.286)</b>	<b>29.497</b>	<b>(32.907)</b>
<b>Total segmento Colômbia</b>	<b>1.062.533</b>	<b>(866.071)</b>	<b>996.386</b>	<b>(846.655)</b>
<b>Segmento Uruguai</b>	<b>38.250</b>	<b>-</b>	<b>27.538</b>	<b>-</b>
<b>Segmento Argentina</b>	<b>-</b>	<b>(118.722)</b>	<b>8.373</b>	<b>(124.876)</b>
<b>Total</b>	<b>1.100.783</b>	<b>(984.793)</b>	<b>1.032.297</b>	<b>(971.531)</b>

A composição dos ativos e passivos fiscais diferidos para os três segmentos geográficos nos quais a Controladora e suas subsidiárias operam é a seguinte:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Ativos de imposto diferido	Passivos de imposto diferido	Ativos de imposto diferido	Passivos de imposto diferido
Segmento Colômbia	196.462	-	149.731	-
Segmento Uruguai	38.250	-	27.538	-
Segmento Argentina	-	(118.722)	-	(116.503)
<b>Total</b>	<b>234.712</b>	<b>(118.722)</b>	<b>177.269</b>	<b>(116.503)</b>

O efeito do imposto diferido sobre a demonstração de resultados é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Receita de imposto de renda diferido	55.259	191.821
Receita tributária ocasional de ganho diferido	7.955	(138.860)
<b>Receita total do imposto de renda diferido</b>	<b>63.214</b>	<b>52.961</b>

O efeito do imposto diferido sobre a demonstração do resultado abrangente é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
(Despesas) de instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge e outros	(350)	(1.383)
Receita proveniente da mensuração de planos de benefícios definidos	232	114
<b>Total da despesa de imposto de renda diferido</b>	<b>(118)</b>	<b>(1.269)</b>

A conciliação da evolução do passivo fiscal diferido líquido, entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para a demonstração de resultados e a demonstração de outros resultados abrangentes é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020
Receita do imposto diferido reconhecido na renda para o período	63.214
(Despesa) do imposto diferido reconhecido em outras receitas abrangentes do período.	(118)
Efeito da conversão do imposto diferido reconhecido em outras receitas abrangentes para o período (1)	(7.872)
<b>Aumento total do imposto diferido líquido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019</b>	<b>55.224</b>

(1) Tal efeito resultante da conversão à taxa de fechamento dos ativos e passivos fiscais diferidos das subsidiárias estrangeiras está incluído na rubrica "Diferença cambial da conversão" em Outros resultados abrangentes (Nota 30).

As diferenças temporárias relacionadas a investimentos em associadas e joint ventures, para as quais não foram reconhecidas obrigações fiscais diferidas em 31 de dezembro de 2020 totalizavam \$59.765 (31 de dezembro de 2019 - \$40.098).

#### Nota 26.6. Efeitos da distribuição de dividendos sobre o imposto de renda.

De acordo com os regulamentos fiscais colombianos em vigor, nem a distribuição de dividendos nem os lucros acumulados têm efeito sobre a alíquota do imposto de renda.

#### Nota 26.7. Passivos fiscais não circulantes

##### Passivos fiscais não circulantes

O saldo de \$4.463 (31 de dezembro de 2019 - \$800) refere-se a impostos a pagar da subsidiária Libertad S.A. para impostos federais e programa de incentivos por prestações.

#### Nota 27. Outros passivos financeiros

O saldo de outros passivos financeiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cobranças recebidas em nome de terceiros (1)	68.820	99.887
Instrumentos financeiros derivativos (2)	17.317	15.334
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (3)	1.246	20
<b>Total</b>	<b>87.383</b>	<b>115.241</b>
<b>Circulante</b>	<b>87.289</b>	<b>114.871</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>94</b>	<b>370</b>

(1) O saldo das cobranças recebidas em nome de terceiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Correspondente não-bancário	27.005	26.075
Receita recebida em nome de terceiros (a)	17.359	22.076
Cobranças Êxito Card (b)	15.909	39.619
Comércio direto (mercado)	5.245	3.269
Outras cobranças	3.302	8.848
<b>Total</b>		<b>99.887</b>

(a) O saldo refere-se a:

- Cobranças recebidas em nome de terceiros para serviços de hotelaria, transporte terrestre, aluguel de carros e reserva de passagens aéreas como parte da intermediação da subsidiária Êxito Viajes y Turismo S.A.S. como agência de viagens no valor de \$14.883 (31 de dezembro de 2019 - 19.428).
- Cobranças recebidas em nome de terceiros do Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A. e Devoto Hermanos S.A. no valor de \$2.137 (31 de dezembro de 2019 - \$2.621).
- Cobranças recebidas em nome de terceiros do Patrimonios Autónomos no valor de \$339 (31 de dezembro de 2019 - \$27).

(b) Representa cobranças recebidas de terceiros relacionadas com a Tarjeta Êxito (Cartão de Crédito Êxito), propriedade da Companhia de Financiamiento Tuya S.A. (Nota 23).

(2) Os instrumentos financeiros derivativos refletem o justo valor dos contratos forward e swap para cobrir a flutuação das taxas de câmbio de passivos em moeda estrangeira. Os valores justos desses instrumentos são estimados com base em modelos de avaliação comumente aplicados por participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos. Na demonstração da posição financeira, a Controladora e suas subsidiárias medem os instrumentos financeiros derivativos (forward e swap) pelo justo valor, em cada data de encerramento contábil.

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

<u>Derivativo</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Forward	14.153	2.339	-	-	16.492
Swap	825	-	-	-	825
					<b>17.317</b>

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

<u>Derivativo</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Forward	12.495	1.224	-	-	13.719
Swap	282	721	242	370	1.615
					<b>15.334</b>

(2) Os instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge refletem as operações de swap realizadas pela Controladora sob contratos celebrados com entidades financeiras, cuja finalidade é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um valor de principal nominal acordado, o que transforma as taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa então podem ser determinados em moeda local. Os valores justos desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente usados pelos participantes do mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a troca financeira é utilizada para cobrir riscos cambiais e/ou de juros de passivos financeiros assumidos para adquirir ativo imobilizado.

A Controladora e suas subsidiárias documentam as relações de hedge contábil e realizam testes de eficácia desde o reconhecimento inicial e ao longo do tempo da relação de hedge até o seu desconhecimento. Nenhuma ineficácia foi identificada durante os períodos reportados.

Em 31 de dezembro de 2020, refere-se às seguintes operações:

<u>Instrumento de hedge</u>	<u>Natureza do risco coberto</u>	<u>Item coberto</u>	<u>Faixa de taxas para item coberto</u>	<u>Faixa de taxas para instrumentos de hedge</u>	<u>Justo valor</u>
Swap	Taxa de juros e Taxa de câmbio	Passivo financeiro	IBR 3M	2,0545% - 2,145%	1.246
					<b>1.246</b>

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

	<u>Menos de 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Swap	-	114	407	631	94	1.246

Em 31 de dezembro de 2019, diz respeito às operações:

Instrumento de hedge	Natureza do risco		Faixa de taxas para o item coberto	Faixa de taxas para Instrumentos de hedge	Justo valor 20
	coberto	Item coberto			
Swap	Taxa de juros e taxa de câmbio	Passivo financeiro	Libor US\$ 1M + 2,22%	9,06%	20

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Swap	-	-	20	-	-	20

O saldo de outros passivos financeiros classificados como circulantes ou não circulantes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cobranças recebidas em nome de terceiros		
Instrumentos financeiros derivativos	68.820	99.887
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	17.317	14.964
	1.152	20
<b>Total circulante</b>	<b>87.289</b>	<b>114.871</b>
Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge	94	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	370
<b>Total não circulante</b>	<b>94</b>	<b>370</b>

## Nota 28. Outros passivos não financeiros

O saldo de outros passivos não financeiros é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita recebida antecipadamente (1)		86.597
Programas de fidelização de cliente (2)	130.974	27.106
Adiantamentos de pagamentos segundo contratos e outros projetos	29.180	5.241
Prestações recebidas sob "plano resêrvalo"	3.799	230
Cupom de recompra	292	85
	9	118.909
<b>Total de outros passivos não financeiros</b>	<b>164.254</b>	<b>118.240</b>
<b>Circulante</b>	<b>163.644</b>	<b>669</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>610</b>	

(1) Refere-se principalmente à receita recebida antecipadamente de terceiros na venda de vários produtos através de meios de pagamento, arrendamento de instalações e alianças estratégicas. Os detalhes são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cartão presente	65.580	61.854
Cartão abrangente Cafam	10.106	8.364
Cartão de troca	4.046	3.620
Dados e minutos telefônicos comprados com antecedência	904	957
Cartão de combustível	775	807
Outros (a)	49.563	10.995
<b>Total</b>	<b>130.974</b>	<b>86.597</b>

(a) Inclui adiantamentos em dinheiro recebidos de clientes domésticos no valor de \$22.263 (31 de dezembro de 2019 - \$4.834), quotas a serem resgatadas no valor de \$10.114 (31 de dezembro de 2019 - \$-) e adiantamentos em dinheiro recebidos de terceiros no valor de \$6.748 (31 de dezembro de 2019 - \$-).

(2) Os saldos desses programas incluídos na demonstração da posição financeira são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Programas "Hipermillas" e "Tarjeta Más" (subsidiárias Mercados Devoto S.A. e Supermercados Disco del Uruguay S.A., respectivamente).	28.549	25.658
Club Libertad (subsidiária Libertad S.A.)	631	310
Programas "Puntos Éxito" e "Supercliente Carulla" (Controladora)	-	1.138
<b>Total</b>	<b>29.180</b>	<b>27.106</b>



O saldo de outros passivos não financeiros classificados como circulantes ou não circulantes é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita recebida antecipadamente	130.974	86.597
Programas de fidelização de clientes	29.180	27.106
Adiantamentos de pagamento segundo contratos e outros projetos	3.189	4.222
Prestações recebidas sob "reservado do plano".	292	230
Cupom de recompra	9	85
<b>Total circulante</b>	<b>163.644</b>	<b>118.240</b>
Adiantamentos de pagamento segundo contratos e outros projetos	610	669
<b>Total não circulante</b>	<b>610</b>	<b>669</b>

### Nota 29. Capital social, ações em tesouraria recompradas e ágio sobre a emissão de ações

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital autorizado da Controladora está representado em 530.000.000 ações ordinárias com valor nominal de \$10 (\*) cada; o capital subscrito e integralizado totaliza \$4.482; o número de ações em circulação é de 447.604.316 e o número de ações em tesouraria readquiridas é de 635.835 avaliadas em \$2.734.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

Os direitos ligados às ações são os direitos de falar e de voto por ação. Não foram concedidos privilégios sobre as ações, nem as ações são restritas de nenhuma forma. Além disso, não há contratos de opção sobre as ações da Controladora.

O ágio sobre colocação das ações representa o maior valor pago sobre o valor nominal das ações e monta a \$4.843.466 em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019. De acordo com as normas legais, este saldo pode ser distribuído como lucros na liquidação da empresa, ou na capitalização deste valor. Capitalização significa a transferência de uma parte desse prêmio para uma conta de capital como resultado da emissão de um dividendo baseado em ações.

### Nota 30. Reservas, Lucros acumulados e Outro resultado abrangente

#### Reservas

Reservas são dotações feitas pela Assembleia Geral de Acionistas da Controladora sobre os resultados de períodos anteriores. Além da reserva legal, há uma reserva ocasional, uma reserva para reaquisição de ações e uma reserva para pagamento de dividendos futuros.

#### Lucros acumulados

Os lucros acumulados incluem o efeito no patrimônio líquido da convergência para IFRS no valor de \$1.070.092 resultante da demonstração financeira de abertura preparada em 2014 sob IFRS 1, incluída nas normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) em 31 de dezembro de 2014, regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131, em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e em 5 de novembro de 2020 pelo Decreto Regulamentar 1432 e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270.

#### Outro resultado abrangente acumulado

O saldo de cada componente de outros rendimentos abrangentes na demonstração da posição financeira é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Valor bruto	Efeito fiscal	Valor líquido	Valor bruto	Efeito fiscal	Valor líquido
Mensuração de ativos financeiros ao justo valor em outro resultado abrangente (1)	(11.267)	-	(11.267)	(13.203)	-	(13.203)
Mensuração de planos de benefícios definidos (2)	(5.910)	1.773	(4.137)	(5.136)	1.541	(3.595)
Diferenças de câmbio de conversão (3)	(1.375.909)	-	(1.375.909)	(1.106.448)	-	(1.106.448)
(Perda) da cobertura dos fluxos de caixa (4)	(1.435)	441	(994)	(290)	93	(197)
(Perda) da cobertura de investimentos em empresas estrangeiras	(15.474)	(221)	(15.695)	(1.936)	477	(1.459)
<b>Total de outro resultado abrangente acumulado</b>	<b>(1.409.995)</b>	<b>1.993</b>	<b>(1.408.002)</b>	<b>(1.127.013)</b>	<b>2.111</b>	<b>(1.124.902)</b>
Outro resultado abrangente acumulado de participações não-controladoras			(57.340)			(55.790)
<b>Outro resultado abrangente acumulado da entidade controladora</b>			<b>(1.350.662)</b>			<b>(1.069.112)</b>

(1) Refere-se a ganhos ou perdas acumulados decorrentes da avaliação pelo justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros através de patrimônio líquido, menos os valores transferidos para lucros acumulados na venda de tais investimentos. As mudanças no justo valor não são reclassificadas para resultados do período.

- (2) Representa o valor acumulado dos ganhos ou perdas atuariais decorrentes dos planos de benefícios definidos da Controladora e de suas subsidiárias. O valor líquido das novas medidas é transferido para lucros acumulados e não é reclassificado para a renda do período.
- (3) Representa o valor acumulado das diferenças cambiais decorrentes da conversão de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados de operações no exterior para a moeda de reporte da Controladora. As diferenças de conversão acumuladas são reclassificadas para resultados do período quando da alienação da operação no exterior. Inclui o efeito da conversão de ativos e passivos fiscais diferidos no valor de \$7.872 (Nota 26).
- (4) Representa o valor acumulado da parcela efetiva dos ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no justo valor dos instrumentos de hedge em um hedge de fluxo de caixa. O valor acumulado de ganhos ou perdas é reclassificado para resultados do período somente quando a operação coberta tem um efeito nos resultados do período ou quando uma operação altamente provável não está prevista para ocorrer, ou é incluída, como parte de seu valor contábil, em um item não-financeiro coberto.

### Nota 31. Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes

O montante da receita das atividades ordinárias segundo contratos com clientes é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Vendas de varejo (1) (Nota 46)	15.141.244	14.503.846
Receita de serviços (2)	512.280	604.070
Outras receitas ordinárias (3)	82.315	185.167
<b>Total de receitas das atividades ordinárias segundo contratos com clientes</b>	<b>15.735.839</b>	<b>15.293.083</b>

- (1) O valor das vendas a varejo representa a venda de bens e projetos imobiliários líquidos de devoluções e abatimentos de vendas. Inclui os seguintes itens:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Vendas a varejo, líquido de devoluções de vendas e descontos	15.073.989	14.477.546
Venda de estoques de empreendimentos imobiliários (a)	67.255	26.300
<b>Total de vendas de varejo</b>	<b>15.141.244</b>	<b>14.503.846</b>

- (a) m 31 de dezembro de 2020, representa a venda de uma porcentagem do estoque de projetos imobiliários de Montevidéu no valor de \$66.200 e uma porcentagem do estoque de projetos imobiliários La Secreta no valor de \$1.055. Em 31 de dezembro de 2019, representa a venda de uma porcentagem do inventário do empreendimento imobiliário de Montevidéu no valor de \$15.300 e a venda do estoque do empreendimento imobiliário de Copacabana no valor de \$11.000.

- (2) O saldo da receita de serviços refere-se a:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Arrendamento de bens imóveis	175.715	229.725
Distribuidores	91.354	106.241
Propaganda	83.917	82.615
Locação de espaço físico	42.813	56.283
Serviços telefônicos	30.617	27.562
Taxas	22.807	29.586
Transporte	18.223	18.206
Correspondente não-bancário	15.143	20.149
Transferências de recursos	6.500	7.162
Taxas de administração de viagens	2.409	8.047
Outras receitas provenientes da prestação de serviços	22.782	18.494
<b>Total da receita de serviços</b>	<b>512.280</b>	<b>604.070</b>

(3) Outras receitas ordinárias referem-se a:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Eventos de marketing (a)	21.809	12.971
Exploração de ativos (b)	14.920	27.692
Receita de royalties	9.514	17.481
Receita de serviços financeiros	2.859	3.020
Envolvimento no acordo de colaboração (c)	-	88.641
Outras receitas da direção estratégica da Latam (Nota 38)	-	7.851
Outro	33.213	27.511
<b>Total de outra receita ordinária</b>	<b>82.315</b>	<b>185.167</b>

(a) Representa:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Eventos de mercado	17.500	9.740
Outros eventos de marketing	4.309	3.231
<b>Total</b>	<b>21.809</b>	<b>12.971</b>

(b) As informações para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 incluem \$18.030 relevantes à indenização recebida relacionada com o contrato de aquisição.

(c) Relativo ao envolvimento no acordo de colaboração corporativa com a Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

### Nota 32. Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas

O valor das despesas de distribuição é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Depreciação e amortização	366.994	369.341
Serviços	210.144	203.141
Impostos, além do imposto de renda	188.482	210.822
Combustíveis e energia	175.161	186.998
Reparos e manutenção	131.462	132.401
Propaganda	127.288	150.927
Comissões sobre cartões de débito e crédito	105.524	81.332
Transporte	57.142	41.416
Arrendamentos	41.391	19.812
Materiais de embalagem e marcação	35.917	38.533
Administração de instalações comerciais	32.162	35.007
Honorários profissionais	30.224	26.316
Seguros	27.333	26.221
Funcionários terceirizados	26.261	22.453
Outras despesas de provisão	18.716	5.918
Despesas legais	7.300	4.264
Despesas de viagem	1.553	6.291
Contribuições e filiações	467	439
Outros	136.810	111.830
<b>Total de despesas de distribuição</b>	<b>1.720.331</b>	<b>1.673.462</b>

O valor das despesas administrativas e de vendas é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Depreciação e amortização	76.314	81.188
Impostos, além do imposto de renda	51.365	52.420
Honorários profissionais	44.555	54.297
Reparos e manutenção	27.505	23.138
Despesas com perda por redução ao valor recuperável	25.098	32.466
Serviços	13.892	12.587
Funcionários terceirizados	9.037	9.505
Seguros	7.669	6.599
Combustíveis e energia	6.688	8.907
Despesas de viagem	5.113	7.590
Administração de instalações comerciais	2.900	2.902
Contribuições e filiações	2.443	2.608
Arrendamentos	2.062	5.103
Transporte	1.840	1.930
Publicidade	785	234
Despesas legais	432	786
Materiais de embalagem e marcação	323	164
Outros	28.580	26.820
<b>Total de despesas de administração e vendas</b>	<b>306.601</b>	<b>329.244</b>

### Nota 33. Despesas com benefícios aos empregados

O valor das despesas com benefícios aos empregados incorridas por cada categoria significativa é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Salários e vencimentos	1.010.025	1.025.633
Contribuições para o sistema de seguridade social	34.127	34.006
Outros benefícios a curto prazo para empregados	49.137	50.484
<b>Total de despesas de benefícios a curto prazo aos empregados</b>	<b>1.093.289</b>	<b>1.110.123</b>
Despesas com benefícios pós-emprego, planos de contribuição definida	88.055	92.246
Despesas com benefícios pós-emprego, planos de benefícios definidos	(478)	(6.795)
<b>Total de despesas com benefícios pós-emprego</b>	<b>87.577</b>	<b>85.451</b>
Despesas com benefícios de rescisão	6.137	8.062
Outros benefícios a longo prazo para os empregados	13	93
Outras despesas de pessoal	26.268	29.084
<b>Total de despesas com benefícios aos empregados</b>	<b>1.213.284</b>	<b>1.232.813</b>

### Nota 34. Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos (perdas) líquidos

Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos líquidos incluem os efeitos dos eventos mais significativos ocorridos durante o período que distorceriam a análise de rentabilidade recorrente da Controladora e de suas subsidiárias; estes são definidos como elementos significativos de receitas e despesas incomuns cuja ocorrência é excepcional e os efeitos dos itens que, dada sua natureza, não estão incluídos em uma avaliação do desempenho operacional recorrente da Controladora e de suas subsidiárias, tais como perda por redução ao valor recuperável, alienação de ativos não circulantes e o efeito de combinações de negócio, entre outros.

O valor líquido de outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos líquidos, é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Outras receitas operacionais</b>		
<b>Recorrente</b>		
Recuperação da provisão para créditos comerciais	22.680	37.121
Reembolso de custos e despesas relacionadas à ACI	4.789	4.622
Recuperação de outras provisões relacionadas com processos civis	2.873	2.484
Recuperação de outras provisões	1.663	1.555
Recuperação de outras provisões relacionadas com processos trabalhistas	1.624	946
Indenização das companhias de seguros	1.579	1.780
Outras receitas recorrentes	1.046	362
Recuperação de custos e despesas de impostos, além do imposto de renda	861	50
<b>Total recorrente</b>	<b>37.115</b>	<b>48.920</b>
<b>Extraordinária</b>		
Recuperação de provisões relacionadas com processos de reorganização	16.789	2.389
Receita da ajuda do governo	46	-
Recuperação de outras provisões	6	3.033
<b>Total extraordinária</b>	<b>16.841</b>	<b>5.422</b>
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>53.956</b>	<b>54.342</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Despesas de reestruturação (1)	(67.458)	(34.544)
Despesas relacionadas a emergências sociais (2)	(36.574)	-
Outras despesas (3)	(19.483)	(34.270)
Despesas com imposto sobre patrimônio	(18.356)	(13.463)
Despesas de reorganização fiscal (4)	-	(3.151)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(141.871)</b>	<b>(85.428)</b>
<b>Outros ganhos (perdas) líquidos</b>		
Ganho com o desreconhecimento dos contratos de arrendamento (5)	19.768	989
Ganho com a venda de ativo imobilizado (6)	2.651	5.168
Ganho com a venda e o desreconhecimento de investimentos em ativos	802	-
Ganho com a venda e o desreconhecimento de ativos intangíveis	12	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes (7)	(16.895)	(6.768)
Desreconhecimento do ativo imobilizado (8)	(23.891)	(11.871)
Perda com a alienação de outros bens	-	(675)
Custo de vendas para direitos de uso	-	(157)
<b>Total de outras (perdas) líquidas</b>	<b>(17.553)</b>	<b>(13.314)</b>

- (1) Representa despesas decorrentes da provisão em relação ao plano de reestruturação da Controladora e suas subsidiárias colombianas que inclui a aquisição do plano de excelência operacional e plano de aposentadoria corporativa no valor de \$64.389 (31 de dezembro de 2019 - \$29.800) e despesas incorridas no âmbito do plano de reestruturação da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$3.069 (31 de dezembro de 2019 - \$4.744).
- (2) Em 31 de dezembro de 2020, representa as despesas incorridas pela Controladora e suas subsidiárias como resultado da emergência sanitária da Covid-19.

Para a Controladora e para as subsidiárias colombianas, as despesas incorridas como resultado da emergência sanitária declarada pelo Ministério da Saúde totalizam US\$ 23.869. Inclui a aquisição de elementos de proteção por \$10.212; bônus, sobretaxas e horas extras pagas aos funcionários das lojas e outras áreas no valor de \$8.015; comunicação externa e interna como resultado da emergência no valor de \$2.393; doações a terceiros no valor de \$1.101; aquisição de elementos de proteção acrílica e lavadoras de mãos para as lojas no valor de \$910; excesso de produção anormal como resultado da adequação dos processos produtivos no valor de \$656; transporte para proteção dos funcionários para áreas de alta transmissão no valor de \$181; contas a receber abatidas no valor de \$74; aluguel de móveis e equipamentos no valor de \$35, e outras despesas de bolso no valor de \$292.

Para a subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias, as despesas incorridas totalizam \$7.140. Inclui despesas relacionadas ao pessoal \$2.850 de consumíveis no valor de \$2.808, aquisição de elementos de biossegurança no valor de \$1.151 e despesas relacionadas à desinfecção no valor de \$331.

Para a subsidiária Libertad S.A., as despesas incorridas totalizam US\$ 5.565. Inclui pagamentos extras aos colaboradores no valor de \$2.313; contratação de pessoal de saneamento e limpeza no valor de \$1.540; limpeza e segurança nos calçadões no valor de \$971; redução na mercadoria no valor de \$320, transporte relacionado com a proteção dos funcionários no valor de \$274 e outras despesas de bolso no valor de \$147.

- (3) Em 31 de dezembro de 2020, representa principalmente despesas de provisão devido ao fechamento de lojas no valor de \$10.830, despesas incorridas em projetos especiais da Controladora como parte de suas análises de outras unidades de negócios no valor de \$7.401; despesas incorridas no fechamento de lojas no valor de \$804; despesas decorrentes da implementação da IFRS 16 - Locações no valor de \$217; e despesas relacionadas ao projeto Bricks II no valor de \$88.

Em 31 de dezembro de 2019, representa principalmente despesas incorridas pela Controladora devido à reestruturação de lojas no valor de \$2.012; despesas relacionadas com o projeto Europa no valor de \$20.336; IFRS 16 - Despesas de implementação de aluguéis no valor de \$1.578; despesas do projeto Bricks II no valor de \$1.009 e despesas relacionadas com o fechamento de lojas no valor de \$9.102.

- (4) Em 31 de dezembro de 2019, representa despesas das subsidiárias Grupo Disco del Uruguay S.A. no valor de \$1.836 e Devoto Hermanos S.A. no valor de \$1.315 para reestruturação fiscal relacionada com a correção de pagamentos de imposto de renda e IVA de períodos anteriores, como resultado de uma decisão da Dirección Geral de Impuestos (DGI por sua sigla em espanhol).
- (5) Em 31 de dezembro de 2020, representa receita decorrente do desreconhecimento dos direitos de uso e obrigações decorrentes da rescisão antecipada e mudanças nos termos dos contratos de arrendamento.
- (6) Em 31 de dezembro de 2020, representa principalmente um ganho com a venda de ativo imobilizado da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$2.117. Em 31 de dezembro de 2019, representa principalmente um ganho com a venda de ativo imobilizado da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$4.038.
- (7) Em 31 de dezembro de 2020, representa a perda por redução ao valor recuperável dos direitos de exploração de imóveis comerciais no valor de \$9.266; perda por redução ao valor recuperável da propriedade de investimento Centro Comercial Pereira Plaza no valor de \$111 e Rincón de las Lomas terreno no valor de \$1; perda por redução ao valor recuperável de imóveis do Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo no valor de \$6.395 e do Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$907; e perda por redução ao valor recuperável de estabelecimentos comerciais de propriedade da subsidiária Mercados Devoto S. A. no valor de \$215.

Em 31 de dezembro de 2019, representa o perda por redução ao valor recuperável do ágio na subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1) no valor de \$1.017; a perda por redução ao valor recuperável no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo no valor de \$4.084 e no Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$1.667.

- (8) Em 31 de dezembro de 2020, representa o desreconhecimento de máquinas e equipamentos na Controladora devido a danos físicos no valor de \$3.587; móveis e utensílios \$1.384; prédios no valor de \$1.325; computadores \$118 e veículos \$92; desreconhecimento de máquinas e equipamentos devido às baixas em Éxito San Fernando \$26 e Super Inter Jamundí no valor de \$10; desreconhecimento de computadores devido às baixas em Éxito San Fernando no valor de \$1 e desreconhecimento de ativos decorrentes da conciliação de contas físicas e outras contas de balanço no valor de \$16.633; desreconhecimento de software obsoleto no valor de \$195 e desreconhecimento de melhorias em propriedades de terceiros no valor de \$38. Também inclui o desreconhecimento de instalações, computadores, móveis e utensílios e outros da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e de suas subsidiárias no valor de \$234.

Em 31 de dezembro de 2019, representa principalmente o fechamento das seguintes lojas da Controladora: Carulla Express Pontevedra \$411, Surtimax Funza \$97, Éxito Castilla \$69, Surtimax Metrocar \$15 e Surtimax Calle 48 \$12. Também inclui desreconhecimento de máquinas e equipamentos e móveis e utensílios, melhorias em bens arrendados e computadores decorrentes da contagem física de estoques de propriedades, instalações e equipamentos no valor de \$7.903; desreconhecimento de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e computadores decorrentes de danos no valor de \$779; desreconhecimento de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e computadores decorrentes de sinistros em Carulla La Mina e em outros edifícios no valor de \$21; e desreconhecimento de um edifício no Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla no valor de \$1.952.

### Nota 35. Receitas e despesas financeiras

O valor das receitas e despesas financeiras é o seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Ganhos dos instrumentos financeiros derivativos (1)	77.418	264.364
Ganho da diferença de câmbio (1)	72.953	333.578
Receita de juros, capital circulante líquido (Nota 7)	22.014	23.770
Receita líquida da posição monetária, como efeito da demonstração da posição financeira (2)	-	-
Outras receitas financeiras	27.810	13.151
<b>Total da receita financeira</b>	<b>200.195</b>	<b>634.863</b>
Despesas com juros de obrigações de arrendamento	(133.322)	(119.574)
Juros, empréstimos e despesas de arrendamento financeiro (1)	(117.029)	(299.931)
Perda por diferença de câmbio (1)	(87.038)	(402.335)
Perda dos instrumentos financeiros derivativos (1)	(76.337)	(250.183)
Resultados líquidos da posição monetária, efeito da demonstração de resultados (2)	(14.097)	(12.673)
Despesas líquidas da posição monetária, efeito da demonstração da posição financeira (2)	(8.914)	(25.281)
Outras despesas financeiras	(5.173)	(11.655)
Despesas com comissões	(3.916)	(6.161)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(445.826)</b>	<b>(1.127.793)</b>

- (1) Até novembro de 2019, a Controladora tinha um passivo financeiro de aproximadamente \$3,8 trilhões de dólares. Estes passivos foram liquidados antecipadamente em dezembro de 2019. As mudanças nos ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivativos, ganhos e perdas cambiais e despesas com juros sobre empréstimos são principalmente resultado do pré-pagamento da dívida e dos efeitos deste pré-pagamento sobre os movimentos das contas de compensação e da diminuição das operações de hedge.
- (2) Representa os resultados decorrentes da posição monetária líquida das demonstrações contábeis da subsidiária Libertad S.A.

### Nota 36. Participação da renda em associadas e joint ventures que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

A participação na renda de associadas e joint ventures que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	13.333	(5.905)
Puntos Colombia S.A.S.	6.335	(4.218)
<b>Total</b>	<b>19.668</b>	<b>(10.123)</b>

### Nota 37. Lucro por ação

Os lucros por ação são classificados como básicos ou diluídos. O objetivo do lucro básico é dar uma medida da participação de cada ação ordinária da entidade controladora no desempenho da Controladora durante os períodos de relatório. O objetivo dos lucros diluídos é dar uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da Controladora levando em consideração o efeito diluidor (diminuição nos lucros ou aumento nas perdas) das ações ordinárias potenciais em circulação durante o período.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Controladora não realizou operações com ações ordinárias potenciais, nem após a data de fechamento ou na data de liberação dessas demonstrações contábeis.

Seguem as informações relativas aos lucros e número de ações utilizadas no cálculo dos lucros básicos e diluídos por ação básica e diluída:

#### Em resultados do período:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>	<b>230.872</b>	<b>57.602</b>
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis aos lucros básicos por ação (básicos e diluídos)	447.604.316	447.604.316
<b>Lucros por ação básicos e diluídos atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)</b>	<b>515,80</b>	<b>128,69</b>
<b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>	<b>331.103</b>	<b>147.838</b>
Deduzido o: lucro líquido de operações contínuas atribuível a participações não-controladoras	99.030	109.433
<b>Lucro líquido das operações contínuas atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>	<b>232.073</b>	<b>38.405</b>
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis aos lucros básicos por ação (básicos e diluídos)	447.604.316	447.604.316
<b>Lucros por ação básicos e diluídos de operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)</b>	<b>518,48</b>	<b>85,80</b>

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Ganho (perda) líquido para o período de operações descontinuadas</b>	(1.201)	774.838
Deduzido o: lucro líquido de operações descontinuadas atribuível a participações não-controladas	-	755.641
<b>Ganhos (perdas) líquidos de operações descontinuadas atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>	(1.201)	19.197
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis aos lucros básicos por ação (básicos e diluídos)	447.604.316	447.604.316
<b>(Perda) lucros por ação básicos e diluídos de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)</b>	(2,68)	42,89

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>	331.103	147.838
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis aos lucros básicos por ação (básicos e diluídos)	447.604.316	447.604.316
<b>Lucros por ação básica e diluída das operações contínuas (em pesos colombianos)</b>	739,72	330,29

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Ganho (perda) líquido para o período de operações descontinuadas</b>	(1.201)	774.838
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis aos lucros básicos por ação (básicos e diluídos)	447.604.316	447.604.316
<b>(Perda) lucros por ação básicos e diluídos de operações descontinuadas (em pesos colombianos)</b>	(2,68)	1.731,08

No resultado total abrangente para o período:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
<b>Líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>	(50.678)	(307.135)
Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis à (perda) básica por ação (básica e diluída)	447.604.316	447.604.316
<b>(Perda) por ação básica e diluída no Resultado total abrangente (em pesos colombianos)</b>	(113,22)	(686,17)

### Nota 38. Operações com partes relacionadas

#### Nota 38.1. Remuneração do pessoal chave da administração

As operações entre a Controladora e suas subsidiárias e o pessoal chave da administração, incluindo representantes legais e/ou administradores, referem-se principalmente a contratos de trabalho executados pelas e entre as partes.

A remuneração do pessoal chave da administração é a seguinte:

	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Benefícios a curto prazo para empregados (1)	74.444	75.707
Benefícios pós-emprego	2.604	1.981
Benefícios da rescisão	1.192	374
Benefícios a longo prazo para os empregados	-	11
<b>Total</b>	<b>78.240</b>	<b>78.073</b>

(1) Uma parte dos benefícios de curto prazo dos empregados é reembolsada pelo Casino Guichard Perrachon S.A. sob um acordo de serviço de direção estratégica da América Latina celebrado com a Controladora. A receita da direção estratégica da Latam foi reconhecida durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de \$- (31 de dezembro de 2019 - \$7.851), conforme descrito na Nota 31.



## Nota 38.2. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas referem-se à receita das vendas a varejo e outros serviços, bem como aos custos e despesas relacionados ao gerenciamento de risco e suporte de assistência técnica, compra de bens e serviços recebidos.

O valor da receita, custos e despesas decorrentes de operações com partes relacionadas é o seguinte:

	Receita		Custos e despesas	
	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Joint ventures (1)	22.431	111.594	87.211	98.029
Empresas do Grupo Casino (2)	8.219	20.212	46.525	130.557
Entidade controladora (3)	369	1.359	9.848	-
Membros do Conselho	-	-	1.736	1.465
Associadas (4)	-	105.911	-	10.966
<b>Total</b>	<b>31.019</b>	<b>239.076</b>	<b>145.320</b>	<b>241.017</b>

- (1) As receitas referem-se a rendimentos de títulos e cupons e energia por \$14.122 (31 de dezembro de 2019 - \$15.076), participação no acordo de colaboração comercial \$- (31 de dezembro de 2019 - \$88.641), arrendamentos imobiliários por \$5.247 (31 de dezembro de 2019 - \$5.272), outros serviços por \$1.836 (31 de dezembro de 2019 - \$1.567) com a Compañía de Financiamiento Tuya S. A. e a serviços por \$1.226 (31 de dezembro de 2019 - \$1.038) com a Puntos Colombia S.A.S.

Os custos e despesas representam o custo do programa de fidelização e gestão do passivo pago à Puntos Colombia S.A.S. no valor de \$83.064 (31 de dezembro de 2019 - \$94.659), e comissões sobre meios de pagamento com a Compañía de Financiamiento Tuya S.A. no valor de \$4.147 (31 de dezembro de 2019 - \$3.460).

- (2) A receita se refere principalmente à venda de produtos ao Cassino de Distribuição França, prestação de serviços ao Cassino Internacional e à Greenyellow Energía de Colombia S.A.S. e a uma negociação centralizada de fornecedores com a International Retail Trade and Services IG.

Custos e despesas representam principalmente custos de serviços recebidos na Controladora para eficiência energética, intermediação na importação de mercadorias com o Cassino de Distribuição França e Comércio Varejista Internacional e Serviços e para serviços de consultoria prestados pelo Cassino Guichard Perrachon S.A.

- (3) Em 31 de dezembro de 2020, a receita representa a cobrança pelo uso das próprias marcas têxteis da Companhia e o reembolso das despesas de pessoal com a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. Em 31 de dezembro de 2019, a receita representa o reembolso das despesas de pessoal com a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

Custos e despesas relacionados aos serviços de consultoria prestados pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

- (4) As receitas provêm principalmente do reembolso de despesas decorrentes do contrato de infraestrutura, comissões sobre a venda de produtos financeiros e arrendamento de imóveis, operações realizadas com a FIC Promotora de Vendas Ltda.

Custos e despesas da Comissão com a FIC Promotora de Vendas Ltda.

## Nota 39. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

### Nota 39.1. Ativos financeiros

Nenhuma perda importante por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foi identificada em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

### Nota 39.2. Ativos não financeiros

#### Em 31 de dezembro de 2020

O valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa é feito dos saldos de ágio, ativo imobilizado, propriedades de investimento, outros ativos intangíveis que não ágio, itens de capital de giro líquido e passivos de arrendamento financeiro associados aos itens de capital de giro; para as subsidiárias domiciliadas no Uruguai, Argentina e Argentina representa o valor patrimonial de tais subsidiárias mais os saldos de ágio.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio obtido via combinações de negócio, marcas e direitos de exploração de instalações comerciais com vida útil indefinida foram alocados aos seguintes grupos de unidades geradoras de caixa:

	Grupos de unidades geradoras de caixa							Total
	Éxito	Carulla	Surtimax (1)	Súper Ínter	Surtimayorista (1)	Uruguai (2)	Argentina (3)	
Ágio (Nota 16)	90.674	856.495	37.402	464.332	4.174	1.224.794	175.664	<b>2.853.535</b>
Marcas com vida útil indefinida (Nota 17)	-	-	17.427	63.704	-	85.581	46.613	<b>213.325</b>
Direitos com vida útil indefinida (Nota 17)	17.720	-	-	-	-	-	1.132	<b>18.852</b>

- (1) Mesmo que os estabelecimentos comerciais destinados à unidade geradora de caixa da Surtimayorista não tenham ágio adquirido através de combinações de negócio, este valor alocado para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável resulta da mudança das lojas no formato Surtimax para este novo formato; ágio alocado aos estabelecimentos comerciais da unidade geradora de caixa da Surtimax vem da combinação de negócios em 2007 sob a fusão com Carulla Vivero S.A., conforme divulgado na Nota 16.
- (2) A Nota 16 divulga um detalhe do ágio destinado à Spice Investments Mercosur S.A., Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A., 5 Hermanos Ltda., Típsel S.A., Tedocan S.A. e Ardal S.A.
- (3) O ágio gerado a partir da combinação de negócios para a aquisição da operação da Libertad S.A. é detalhado na Nota 16. Marcas com vida útil indefinida e direitos com vida útil indefinida estão detalhadas na Nota 17.

O método utilizado para testes foi o valor em uso, dada a dificuldade de encontrar um mercado ativo que permita estabelecer o justo valor de tais ativos intangíveis.

O valor em uso foi estimado com base nos fluxos de caixa previstos pela administração durante um período de cinco anos, com base na taxa de crescimento de preços na Colômbia (Índice de Preços ao Consumidor - IPC), análises de tendências baseadas em resultados históricos, planos de expansão, projetos estratégicos para aumentar as vendas e planos de otimização; além disso, para o segmento argentino foi utilizado um período de previsão de 10 anos para refletir mais razoavelmente as perspectivas futuras da administração.

Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos foram inferidos utilizando uma taxa de crescimento real de 0%. De acordo com a Controladora, esta é uma abordagem conservadora que reflete o crescimento ordinário esperado para a indústria na ausência de fatores inesperados que possam ter um efeito sobre o crescimento. Para a subsidiária Libertad S.A., o crescimento real estimado pela Controladora foi mantido para além do período de cinco anos.

A taxa de impostos incluída na previsão dos fluxos de caixa é a taxa pela qual a Controladora espera pagar seus impostos durante os próximos anos. A taxa utilizada para estimar a perda por redução ao valor recuperável de ágio das unidades geradoras de caixa Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Ínter e Surtimayorista foi de 31% para 2021 e 30% para 2022 em diante, taxas em vigor na Colômbia em 31 de dezembro de 2020.

Para ágio destinado à unidade geradora de caixa do Uruguai, a taxa de imposto utilizada foi de 25%. Para ágio alocado para a unidade geradora de caixa da Argentina, a alíquota utilizada foi de 25%.

Os fluxos de caixa esperados foram descontados ao custo médio ponderado do capital (WACC) utilizando uma estrutura de endividamento de mercado para o tipo de indústria onde a Controladora opera; como resultado, o custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação foi de 5,63% para 2021, 6,55% para 2022 e 2023, 6,46% para 2024 e 6,55 para 2025 em diante.

O custo médio ponderado de capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa do Uruguai foi de 11,0% para 2021, 10,3% para 2022, 9,4% para 2023, 9,3% para 2024 e 9,4% para 2025 em diante.

O custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa argentina foi de 58,1% para 2021, 47,9% para 2022, 38,9% para 2023, 33,5% para 2024, 30,2% para 2025, 27,8% para 2026, 26,4% para 2027, 25,3% para 2028, 22,1% para 2029 e 19,6% para 2030 em diante.

As variáveis que têm o maior impacto na determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são a taxa de desconto e a taxa de crescimento perpétuo. Estas variáveis são definidas da seguinte forma:

- (a) Taxa de crescimento perpétuo: A estimativa da taxa de crescimento é baseada nas expectativas de crescimento de preços para o país de acordo com pesquisas de mercado publicadas, razão pela qual uma redução na taxa abaixo da taxa esperada não é considerada razoável, dado que se espera que os fluxos de caixa das unidades cresçam para o mesmo nível ou mesmo 1% acima do aumento geral de preços na economia.
- (b) Taxa de desconto: A estimativa da taxa de desconto é baseada em uma análise do endividamento do mercado para a Controladora; uma mudança é considerada razoável se a taxa de desconto aumentaria em 1,00%, caso em que não haveria perda por redução ao valor recuperável no valor dos grupos de unidades geradoras de caixa.

Como resultado desta análise, foi identificada perda por redução ao valor recuperável no valor de \$9.266 em direitos de exploração de instalações comerciais, devido ao fechamento de tais instalações em Éxito por \$2.136, Surtimax por \$1.524 e Súper Ínter por \$5.606, como detalhado na Nota 17; a perda por redução ao valor recuperável foi devidamente contabilizada com uma taxa ao resultado do período, como detalhado na Nota 34.

O método utilizado para testar a perda por redução ao valor recuperável de propriedades de investimento de propriedade da Controladora e suas subsidiárias foi a abordagem de receita dada sua proximidade com o justo valor de tais propriedades imobiliárias. Como resultado deste teste, as seguintes propriedades de investimento foram identificadas como deterioradas: Pereira Plaza Shopping Center no valor de \$111 e Rincón de las Lomas no valor de \$1; e as propriedades imobiliárias do Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo no valor de \$6.395 e do Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$907, conforme detalhado nas Notas 13 e 14; perda por redução ao valor recuperável foi devidamente registrada com custo ao resultado do período, conforme detalhado na Nota 34.

Exceto pelo acima exposto, não foi identificada nenhuma perda por redução ao valor recuperável nos valores transportados de unidades geradoras de caixa.

### Em 31 de dezembro de 2019

O valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa é feito dos saldos de ágio, ativo imobilizado, propriedades de investimento, outros ativos intangíveis que não ágio, itens de capital de giro líquido e passivos de arrendamento financeiro associados aos itens de capital de giro; para as subsidiárias domiciliadas no Uruguai, Argentina e Argentina representa o valor patrimonial de tais subsidiárias mais os saldos de ágio.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio obtido via combinações de negócio, marcas e direitos de exploração de instalações comerciais com vida útil indefinida foram alocados aos seguintes grupos de unidades geradoras de caixa:

	Grupos de unidades geradoras de caixa								
	Éxito	Carulla	Surtimax (1)	Súper Inter	Todo hogar	Surtimayorista (1)	Uruguai (2)	Argentina (3)	Total
Ágio	90.674	856.495	37.402	464.332	1.017	4.174	1.303.092	173.582	2.930.768
Marcas com vida útil indefinida	-	-	17.427	63.704	-	-	92.732	46.060	219.923
Direitos com vida útil indefinida	19.856	-	1.524	5.606	-	-	-	48	27.034

- (1) Mesmo que os estabelecimentos comerciais destinados à unidade geradora de caixa da Surtimayorista não tenham ágio adquirido através de combinações de negócio, este valor alocado para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável resulta da mudança das lojas no formato Surtimax para este novo formato; ágio alocado aos estabelecimentos comerciais da unidade geradora de caixa da Surtimax vem da combinação de negócios em 2007 sob a fusão com Carulla Vívero S.A., conforme divulgado na Nota 16.
- (2) A Nota 16 divulga um detalhe do ágio destinado à Spice Investments Mercosur S.A., Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A., 5 Hermanos Ltda., Tipsel S.A., Tedocan S.A. e Ardal S.A.
- (3) O ágio gerado a partir da combinação de negócios para a aquisição da operação da Libertad S.A. é detalhado na Nota 16. Marcas com vida útil indefinida e direitos com vida útil indefinida estão detalhadas na Nota 17.

O método utilizado para testes foi o valor em uso, dada a dificuldade de encontrar um mercado ativo que permita estabelecer o justo valor de tais ativos intangíveis.

O valor em uso foi estimado com base nos fluxos de caixa previstos pela administração durante um período de cinco anos, com base na taxa de crescimento de preços na Colômbia (Índice de Preços ao Consumidor - IPC), análises de tendências baseadas em resultados históricos, planos de expansão, projetos estratégicos para aumentar as vendas e planos de otimização; além disso, para o segmento argentino foi utilizado um período de previsão de 10 anos para refletir mais razoavelmente as perspectivas futuras da administração.

Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos foram inferidos utilizando uma taxa de crescimento real de 0%. De acordo com a Controladora, esta é uma abordagem conservadora que reflete o crescimento ordinário esperado para a indústria na ausência de fatores inesperados que possam ter um efeito sobre o crescimento.

A taxa de impostos incluída na previsão dos fluxos de caixa é a taxa à qual a Controladora espera pagar seus impostos durante os próximos anos. A taxa utilizada para estimar a perda por redução ao valor recuperável de ágio do Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Inter, Todo Hogar e Surtimayorista foi de 32% para 2020, 31% para 2021 e 30% para 2022 em diante, taxas em vigor na Colômbia em 31 de dezembro de 2019.

Para ágio destinado à unidade geradora de caixa do Uruguai, a taxa de imposto utilizada foi de 25%. Para ágio alocado para a unidade geradora de caixa da Argentina, a alíquota utilizada foi de 25%.

Os fluxos de caixa esperados foram descontados ao custo médio ponderado do capital (WACC) utilizando uma estrutura de endividamento do mercado para o tipo de indústria onde a Controladora opera; como resultado, o custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação foi de 8,6% para 2020, 7,9% para 2021 e 8% para 2022 em diante.

O custo médio ponderado de capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa do Uruguai foi de 11,9%.

O custo médio ponderado de capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa da Argentina foi de 63% para 2020, 44% para 2021, 38,7% para 2022, 34% para 2023, 28,7% para 2024, 26,8% para 2025, 24,7% para 2026, 21,7% para 2027, 19,7% para 2028 e 16,7% para 2029 em diante.

As variáveis que têm o maior impacto na determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são a taxa de desconto e a taxa de crescimento perpétuo. Estas variáveis são definidas da seguinte forma:

- (a) Taxa de crescimento perpétuo: A estimativa da taxa de crescimento é baseada nas expectativas de crescimento de preços para o país de acordo com pesquisas de mercado publicadas, razão pela qual uma redução na taxa abaixo da taxa esperada não é considerada razoável, dado que se espera que os fluxos de caixa das unidades cresçam para o mesmo nível ou mesmo 1% acima do aumento geral de preços na economia.

- (b) Taxa de desconto: A estimativa da taxa de desconto é baseada em uma análise do endividamento do mercado para a Controladora; uma mudança é considerada razoável se a taxa de desconto aumentaria em 1,00%, caso em que não haveria perda por redução ao valor recuperável no valor dos grupos de unidades geradoras de caixa.

Não foi encontrada perda por redução ao valor recuperável no valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa como resultado desta análise, exceção feita à unidade Todo Hogar, relevante para o saldo do investimento em Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1), que foi prejudicada em US\$1.017 e devidamente transportados com encargos para a renda, conforme detalhado na Nota 34.

O método utilizado para testar a perda por redução ao valor recuperável de propriedades de investimento de propriedade da Controladora e suas subsidiárias que são fundos fiduciários autônomos (patrimônios autônomos) foi a abordagem de receita dada sua proximidade com o justo valor de tais propriedades imobiliárias. O resultado de comparar o resultado de tais testes com os valores contábeis, foi uma perda por redução ao valor recuperável em propriedades de investimento e em ativo imobilizado do Patrimonio Autónomo Viva Sincelajo e Patrimonio Autónomo Viva Palmas nos valores de \$4.084 e \$1.667, respectivamente. O detalhe de tal perda por redução ao valor recuperável está descrito na Nota 13 e na Nota 14.

#### Nota 40. Mensuração do justo valor

Segue abaixo uma comparação dos valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos financeiros e dos ativos e passivos não financeiros da Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 em bases periódicas conforme exigido ou permitido por uma política contábil; os ativos e passivos financeiros cujos valores contábeis são uma aproximação dos valores justos são excluídos, considerando que vencem no curto prazo (em menos ou até um ano), a saber: contas a receber comerciais e outros devedores, contas a pagar comerciais e outros credores, cobranças em nome de terceiros e passivos financeiros de curto prazo.

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Justo valor	Valor contábil	Justo valor
<b>Ativos financeiros</b>				
Créditos comerciais e outras contas a receber ao custo amortizado	37.618	35.491	37.018	34.859
Investimentos em fundos de private equity (Nota 12)	1.468	1.468	1.295	1.295
Contratos forward mensurados pelo justo valor no resultado (Nota 12)	4	4	11.914	11.914
Contratos forward mensurados pelo justo valor no resultado (Nota 12)	-	-	11.443	11.443
Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge (Nota 12)	566	566	476	476
Investimento em títulos (Nota 12)	31.307	31.315	41.392	39.602
Investimento em títulos em outro resultado abrangente (Nota 12)	17.064	17.064	14.521	14.521
Investimentos em ações (Nota 12)	10.637	10.637	10.393	10.393
<b>Ativos não financeiros</b>				
Propriedade de investimento (Nota 14)	1.578.746	2.577.877	1.626.220	2.309.328
Ativo imobilizado e propriedade de investimento mantida para negociação (Nota 48)	19.942	19.942	37.928	37.928
<b>Passivos financeiros</b>				
Passivos financeiros e arrendamentos financeiros (Nota 20)	1.038.276	1.039.011	280.815	281.403
Opção de venda (1) (Nota 20)	417.386	417.386	379.538	379.538
Contratos de swap denominados como instrumentos de hedge (Nota 27)	1.246	1.246	20	20
Contratos forward mensurados pelo justo valor no resultado (Nota 27)	16.492	16.492	13.719	13.719
Contratos de swap de derivativos mensurados ao justo valor no resultado (Nota 27)	825	825	1.615	1.615
<b>Passivos não financeiros</b>				
Responsabilidade por fidelidade do cliente (Nota 28)	29.180	29.180	27.106	27.106

- (1) O desenvolvimento da mensuração da opção de venda durante o período foi:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>379.538</b>
Mudanças no justo valor e efeitos de conversão reconhecidos em investimentos.	37.848
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>417.386</b>

Os seguintes métodos e suposições foram usados para estimar os justos valores:

	Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
<b>Ativo</b>				
Empréstimos a custo amortizado	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	Taxa comercial das instituições bancárias para créditos de consumo sem cartão de crédito para horizontes de prazo semelhantes. Taxa comercial para empréstimos habitacionais VIS para horizontes de prazo semelhantes.
Investimentos em fundos de private equity	Nível 1	Valor unitário	O valor da unidade do fundo é dado pelo valor do pré-fechamento do dia, dividido pelo número total de unidades do fundo no fechamento das operações do dia. O administrador do fundo avalia os ativos diariamente.	N/A
Contratos de forward mensurados ao justo valor no resultado	Nível 2	Peso-dólar americano	A diferença é medida entre a taxa a termo acordada e a taxa a termo na data da avaliação relevante ao prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo e descontada ao valor presente usando uma taxa de juros de cupom zero. A taxa a termo é determinada com base no preço médio cotado para o preço de fechamento nos dois sentidos ("bid" e "ask").	Taxa de câmbio peso/dólar americano estabelecida no contrato a termo. Taxa de câmbio representativa do mercado na data da avaliação. Pontos a termo do mercado a termo Peso-Dólar Americano na data de avaliação. Número de dias entre a data de avaliação e a data de vencimento.
Contratos de swap mensurados ao justo valor no resultado	Nível 2	Modelo de previsão dos fluxos de caixa operacionais	O método usa fluxos de caixa de swap, previstos usando curvas de segurança do Tesouro do Estado que emite a moeda em que cada fluxo foi expresso, para desconto adicional ao valor atual, usando taxas de mercado de swap divulgadas pelas autoridades relevantes de cada país. A diferença entre as entradas e saídas de caixa representa o valor líquido do swap no fechamento em análise.	Taxa de juros de cupom zero. Curva do Índice Bancário de Referência (RBI) 3 meses. Curva TES de cupom zero. Curva LIBOR de Swap. Curva de Títulos do Tesouro. IPC 12 meses
Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	O valor justo é calculado com base na previsão de futuros fluxos de caixa de transações utilizando curvas IDC e descontando-os ao valor presente, utilizando taxas de mercado IDC de swap, ambas como exibidas pela BM&FBovespa.	Curve IPC Taxa IPC para swaps
Investimentos em ações	Nível 1	Preços de cotação no mercado	O valor justo de tais investimentos é determinado como referência aos preços listados nos mercados ativos se as empresas forem listadas; em todos os outros casos, os investimentos são medidos ao custo considerado como determinado no balanço de abertura, considerando que o efeito é imaterial e que a realização de uma medição utilizando uma técnica de avaliação comumente utilizada pelos participantes do mercado pode gerar custos maiores do que o valor dos benefícios.	N/A
Investimento em títulos	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para investimentos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	IPC 12 meses + Pontos de base negociados

	Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos	
<b>Ativo</b>					
I	Propriedade de investimentos	Nível 1	Comparação ou método de mercado	Esta técnica envolve estabelecer o valor justo dos bens a partir de uma pesquisa de ofertas ou transações recentes de bens que são similares e comparáveis aos que estão sendo avaliados.	N/A
I	Propriedade de investimentos	Nível 3	Método dos fluxos de caixa descontados	Esta técnica proporciona a oportunidade de identificar o aumento da receita ao longo de um período previamente definido do investimento. O valor da propriedade é equivalente ao valor descontado dos benefícios futuros. Tais benefícios representam fluxos de caixa anuais (tanto positivos quanto negativos) durante um período, mais o ganho líquido decorrente da hipotética venda do imóvel no final do período de investimento.	Custo médio ponderado do capital Crescimento nas vendas do locatário Vaga Crescimento da receita
I	Propriedade de investimentos	Nível 3	Método do valor realizável	Esta técnica é utilizada onde quer que o imóvel seja adequado para o desenvolvimento urbano, aplicada a partir de uma estimativa de vendas totais de um projeto em construção, de acordo com as normas legais urbanas em vigor e de acordo com o mercado final de ativos vendáveis.	Valor realizável
I	Propriedade de investimentos	Nível 3	Método de custo de substituição	O método de avaliação consiste em calcular o valor de um imóvel totalmente novo, construído na data do relatório, com a mesma qualidade e conforto do imóvel em avaliação. Tal valor é denominado valor de reposição; em seguida, é feita uma análise da perda por redução ao valor recuperável do imóvel decorrente do passar do tempo e da manutenção cuidadosa ou descuidada que o imóvel recebeu, o que é chamado de depreciação.	Valor físico do edifício e do terreno.
t	Ativo não circulante classificado como mantido para negociação	Nível 2	Método do valor realizável	Esta técnica é utilizada onde quer que o imóvel seja adequado para o desenvolvimento urbano, aplicada a partir de uma estimativa de vendas totais de um projeto em construção, de acordo com as normas legais urbanas em vigor e de acordo com o mercado final de ativos vendáveis.	Valor realizável

	Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
<b>Passivo</b>				
Passivo financeiro e arrendamento financeiro mensurados ao custo amortizado	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	Índice Bancário de Referência (RBI) + Pontos Básicos Negociados. Taxa LIBOR + pontos-base negociados.
†Contratos de swap mensurados ao justo valor no resultado	Nível 2	Modelo de previsão dos fluxos de caixa operacionais	O método usa fluxos de caixa de swap, previstos usando curvas de segurança do Tesouro do Estado que emite a moeda em que cada fluxo foi expresso, para desconto adicional ao valor atual, usando taxas de mercado de swap divulgadas pelas autoridades relevantes de cada país. A diferença entre as entradas e saídas de caixa representa o valor líquido do swap no fechamento em análise.	Curva do Índice Bancário de Referência (RBI) 3 meses. Curva TES de cupom zero. Curva LIBOR de Swap. Curva de Títulos do Tesouro. IPC 12 meses
Instrumentos derivativos mensurados ao justo valor no resultado	Nível 2	Peso-dólar americano	A diferença é medida entre a taxa a termo acordada e a taxa a termo na data da avaliação relevante ao prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo e descontada ao valor presente usando uma taxa de juros de cupom zero. A taxa a termo é determinada com base no preço médio cotado para o preço de fechamento nos dois sentidos ("bid" e "ask").	Taxa de câmbio peso/dólar americano estabelecida no contrato a termo. Taxa de câmbio representativa do mercado na data da avaliação. Pontos a termo do mercado a termo Peso-Dólar Americano na data de avaliação. Número de dias entre a data de avaliação e a data de vencimento. Taxa de juros de cupom zero.
Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	O valor justo é calculado com base nos fluxos de caixa futuros previstos das transações utilizando curvas de mercado e descontando-as ao valor presente, utilizando taxas de mercado de swap.	Curvas de Swap calculadas pelo Representante do Mercado Financeiro Forex Taxa de Câmbio (TRM)
Responsabilidade de fidelização do cliente	Nível 3	Valor de mercado	A responsabilidade de fidelidade do cliente é atualizada de acordo com o valor médio de mercado para os últimos 12 meses e o efeito da taxa de resgate esperada, determinada em cada transação do cliente.	Número de pontos resgatados, expirados e emitidos. Valor dos pontos. Taxa de redenção esperada.
Títulos emitidos	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para títulos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.	IPC 12 meses
Responsabilidades de arrendamento	Nível 2	Método dos fluxos de caixa descontados	Os futuros fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são descontados à taxa de mercado para empréstimos em condições semelhantes na data de início do contrato, de acordo com o prazo mínimo irrevogável.	Índice Bancário de Referência (RBI) + pontos-base de acordo com o perfil de risco.
Opção de venda	Nível 3	Fórmula dada	Medido pelo valor justo usando uma determinada fórmula de acordo com um contrato executado com interesses não-controladores do Grupo Disco, usando dados de entrada de nível 3.	Lucro líquido dos Supermercados Disco del Uruguay S.A. em 31 de dezembro de 2014 e 2015 Taxa de câmbio dólar americano - peso uruguaio na data da avaliação Taxa de câmbio dólar americano-peso colombiano na data da avaliação Total de ações da Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Nível hierárquico	Técnica de avaliação	Descrição da técnica de avaliação	Dados de entrada significativos
<b>Passivo</b>			

Os dados de entrada não observáveis materiais e uma análise de sensibilidade de avaliação sobre a avaliação do "contrato de opção de venda" referem-se a:

	Dados de entrada não observáveis materiais	Faixa (média ponderada)	Sensibilidade dos dados de entrada sobre a estimativa do justo valor
Opção de venda	Lucro líquido da Supermercados Disco del Uruguay S.A. em 31 de dezembro de 2020	\$116.211	Um aumento significativo em qualquer dado de entrada considerado individualmente resultaria em uma medição significativamente maior do justo valor.
	Ebitda da Supermercados Disco del Uruguay S.A., consolidado em 12 meses	\$139.835	
	Dívida líquida consolidada da Supermercados Disco del Uruguay S.A., consolidado em 6 meses	(\$178.140)	
	Preço fixo do contrato	\$479.986	
	Taxa de câmbio dólar americano-peso uruguaio na data da avaliação	\$42,34	
	Taxa de câmbio dólar americano-peso uruguaio na data da avaliação	\$3.432,50	
	Total de ações da Supermercados Disco del Uruguay S.A.	443.071.575	



A Controladora identifica se ocorreram transferências entre níveis de hierarquia de justo valor, através de uma mudança nas técnicas de avaliação, de tal forma que a nova medida seja a imagem mais precisa do novo justo valor do ativo ou passivo avaliado.

Podem ocorrer mudanças nas hierarquias se novas informações estiverem disponíveis, certas informações usadas para avaliação não estiverem mais disponíveis, há mudanças que resultam na melhoria das técnicas de avaliação ou mudanças nas condições de mercado.

Não houve transferências entre as hierarquias de nível 1 e nível 2 durante o ano.

## **Nota 41. Ativos e passivos contingentes**

### **Nota 41.1. Ativos contingentes**

Nenhum ativo contingente material foi reconhecido pela Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

### **Nota 41.2. Passivos contingentes**

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 são:

- (a) Os seguintes processos estão em andamento, buscando que a Controladora seja isenta do pagamento dos valores reclamados pela entidade reclamante:
- Discussão administrativa com DIAN no valor de \$29.963 (31 de dezembro de 2019 - \$27.360) referente ao aviso de exigência especial 112382018000126 de 17 de setembro de 2018 informando sobre uma proposta de alteração da declaração de imposto de renda para 2015. Em setembro de 2020, a Empresa recebeu uma nova notificação do DIAN, confirmando sua proposta. Entretanto, assessores externos consideram o processo como um passivo contingente.
  - Resoluções por meio das quais a Direção Distrital de Impostos de Bogotá emitiu à Companhia um acordo oficial de revisão do imposto de indústria e comércio para os períodos bimestrais 4, 5 e 6 de 2011 com base em alegada inexatidão nos pagamentos, no valor de \$11.830 (31 de dezembro de 2019 - \$11.830).
  - As resoluções emitidas pela Direção Financeira Distrital de Bogotá por meio das quais a declaração de impostos da indústria e comércio da Empresa para os períodos bimestrais 2, 3, 4, 5 e 6 de 2012 foram emendadas com base na suposta inexatidão nos pagamentos, no valor de \$5.000 (31 de dezembro de 2019 - \$5.000).
  - O Auto de Infração Oficial nº 21 de 19 de junho de 2019, emitido pela Sub-direção Oficial do Gabinete do Governador de Cundinamarca, por meio do qual tal autoridade definiu uma declaração oficial referente ao consumo de cervejas, sífoes, refajos e misturas de cerveja com menos de 2,5 graus de álcool para o período de janeiro a dezembro de 2016 e cobrou uma multa de \$- (31 de dezembro de 2019 - \$4.099) por não ter apresentado a declaração do imposto sobre o consumo. A mudança é porque durante o último trimestre de 2020, a qualificação do processo foi modificada para remota, dada a nulidade declarada no processo judicial.
  - Reclamação com base no não cumprimento das condições contratuais, pedindo indenização por danos decorrentes da compra e venda de um imóvel no valor de \$2.600 (31 de dezembro de 2019 - \$2.600).
  - Resoluções por meio das quais foi imposta uma penalidade com base na compensação inadequada do imposto de renda da Carulla Vivero S.A. 2008 no valor de \$- (31 de dezembro de 2019 - \$1.088). A mudança é porque durante o último trimestre de 2020, a qualificação do processo mudou para provável, dado que o Conselho de Estado decidiu sobre o recurso e reduziu a penalidade para \$200, uma vez que os juízes tinham em consideração os pagamentos feitos pela Empresa e devidamente apoiados. Esta provisão é devidamente divulgada na Nota 22 sob provisões para processos civis.
  - Resolução e avaliação oficial impondo penalidades à Controladora com base em erros na auto-avaliação das contribuições ao Sistema de Previdência Social no valor de \$940 (31 de dezembro de 2019 - \$940).
- (b) Outros processos:
- Ação de responsabilidade civil da Controladora no valor de \$500 (31 de dezembro de 2019 - \$1.800) por supostos danos a um cliente nas instalações da loja Éxito Santa Marta.
- (c) Outros passivos contingentes:
- Em 1º de junho de 2017, a Controladora concedeu uma garantia em nome de sua subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. no valor de US\$ 2.631 para cobrir um potencial descumprimento de suas obrigações com um de seus principais fornecedores.
  - Em 15 de agosto de 2019 e 31 de outubro de 2019, a subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S. emitiu garantias no valor de \$- (31 de dezembro de 2019 - \$341) e \$- (31 de dezembro de 2019 - \$1.634), respectivamente, a certos fornecedores para se protegerem contra possíveis falhas na emissão de bilhetes de viagem.

Esses passivos contingentes, cuja natureza é a de passivos potenciais, não são reconhecidos na demonstração da posição financeira; em vez disso, são divulgados nas notas às demonstrações contábeis.

#### Nota 42. Compensação de ativos e passivos financeiros

Seguem os detalhes dos ativos e passivos financeiros que são mostrados compensados na demonstração da posição financeira:

Ano	Ativos financeiros	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros relacionados reconhecidos	Valor líquido de ativos financeiros reconhecidos
2020	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 12) (1)	-	-	566
	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 12) (1)	-	-	4
2019	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 12) (1)	-	-	476
	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 12) (1)	-	-	23.357

Ano	Passivos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros reconhecidos	Valor bruto de ativos financeiros relacionados reconhecidos	Valor líquido de passivos financeiros reconhecidos
2020	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27) (1)	-	-	17.317
	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 27) (1)	-	-	1.246
2019	Débitos comerciais e outras contas a pagar (2)	3.570.700	385.437	3.185.263
	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27) (1)	-	-	15.334
	Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (Nota 27) (1)	-	-	20
	Débitos comerciais e outras contas a pagar (2)	1.369.121	139.438	1.229.683

(1) A Controladora e suas subsidiárias realizam operações de derivativos e entram em contratos de hedge forward e swap para se proteger contra flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros sobre contas a pagar e passivos financeiros. Tais itens são mensurados pelo justo valor. A Nota 40 revela o justo valor desses instrumentos financeiros. Para 2020, a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos compreende o valor intrínseco mais o valor temporário, razão pela qual os direitos e obrigações não podem ser individualizados.

(2) A Controladora e suas subsidiárias firmaram contratos de compensação com fornecedores, decorrentes da aquisição de estoques. Tais itens são incluídos nas contas a pagar comerciais.

Nenhum valor não esclarecido relacionado a garantias ou outros instrumentos financeiros foi reconhecido na demonstração da posição financeira da Controladora e de suas subsidiárias.

#### Nota 43. Dividendos declarados e pagos

##### Em 31 de dezembro de 2020

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, realizada em 19 de março de 2020, declarou um dividendo de US\$ 1.091.259, equivalente a um dividendo anual de US\$ 2.438 por ação (\*), pagável em uma única prestação entre a primeira e o décimo primeiro dia útil de abril de 2020.

Dividendos pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram US\$1.125.518.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

Os dividendos declarados e pagos aos proprietários de participações não-controladoras em subsidiárias durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes

	Dividendos declarados	Dividendos pagos
Patrimônio Autônomo Viva Malls	40.821	20.948
Grupo Disco del Uruguay S.A.	18.630	19.536
Patrimônio Autônomo Viva Villavicencio	6.880	8.931
Patrimônio Autônomo Viva Sincelejo	3.671	2.264
Patrimônio Autônomo Centro Comercial	2.282	2.665
Patrimônio Autônomo Viva Laureles	1.416	1.432
Patrimônio Autônomo San Pedro Etapa I	573	679
Patrimônio Autônomo Centro Comercial Viva Barranquilla	301	258
<b>Total</b>	<b>74.574</b>	<b>56.713</b>

#### Em 31 de dezembro de 2019

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, realizada em 27 de março de 2019, declarou um dividendo de US\$ 139.706, equivalente a um dividendo anual de US\$ 312,12 por ação (\*), pagável em quatro parcelas trimestrais e exigível entre o sexto e décimo dia útil de abril, julho e outubro de 2019, e janeiro de 2020.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

Os dividendos pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizaram \$131.967.

Os dividendos declarados e pagos durante o período anual findo em 31 de dezembro de 2019 aos proprietários de participações não-controladoras em subsidiárias são os seguintes

	Dividendos declarados	Dividendos pagos
Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (*)	90.225	5.870
Patrimonio Autónomo Viva Malls	20.834	20.834
Grupo Disco del Uruguay S.A.	20.222	19.019
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	7.564	7.998
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	3.831	3.831
Patrimonio Autónomo Centro Comercial	3.522	4.466
Patrimonio Autónomo Viva Laureles	1.566	1.638
Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	1.476	3.355
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	1.392	1.772
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	1.243	1.418
<b>Total</b>	<b>151.875</b>	<b>70.201</b>

(\*) A partir de 27 de novembro de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Controladora.

#### Nota 44. Arrendamentos

##### Nota 44.1. Arrendamentos financeiros quando a Controladora e suas subsidiárias são as arrendatárias

A Controladora e suas subsidiárias assinaram contratos de arrendamento financeiro sobre ativo imobilizado. O total das prestações mínimas e seus valores presentes nos contratos de arrendamento financeiro são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Até um ano	3.857	3.819
De 1 a 5 anos	3.143	6.784
<b>Prestações mínimas nos contratos de arrendamento financeiro</b>	<b>7.000</b>	<b>10.603</b>
Despesas de financiamento futuro	(152)	(570)
<b>Total de prestações líquidas mínimas nos arrendamentos financeiros</b>	<b>6.848</b>	<b>10.033</b>

Nenhuma prestação contingente foi reconhecida em renda durante o período.

##### Nota 44.2. Arrendamentos operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são as arrendatárias

Os contratos reconhecidos como arrendamento operacional referem-se a arrendamentos cujos ativos subjacentes são ativos de baixo custo, tais como móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos e equipamentos de escritório, contratos de arrendamento relativos a todos os ativos subjacentes com prazos inferiores a um ano, e contratos de arrendamento sobre ativos intangíveis, que foram excluídos das exigências da IFRS 16. Os contratos de arrendamento em lojas com prestação variável de arrendamento também são reconhecidos como arrendamentos operacionais, que estão isentos das exigências da IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2020, a despesa e o custo do arrendamento decorrente dos contratos de arrendamento operacional reconhecidos na receita totalizava \$44.987 (31 de dezembro de 2019 - \$28.831).

##### Nota 44.3. Arrendamentos operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são as arrendadoras

A Controladora e suas subsidiárias assinaram contratos de arrendamento operacional de propriedades de investimento. O total de prestações mínimas futuras sob contratos de arrendamento operacional irrevogáveis para os períodos de relatório são:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Até um ano	156.734	150.683
De 1 a 5 anos	224.789	207.459
Mais de 5 anos	162.052	241.973
<b>Total de prestações mínimas em arrendamentos operacionais irrevogáveis</b>	<b>543.575</b>	<b>600.115</b>

A Controladora e suas subsidiárias fizeram uma análise e concluíram que os contratos de arrendamento operacional não podem ser cancelados durante seu prazo de vigência. É necessário o acordo prévio das partes para rescindir, e é necessário um pagamento mínimo de cancelamento que varia de 1 a 12 prestações mensais, ou uma porcentagem fixa sobre o prazo restante.

Em 31 de dezembro de 2020, a receita dos arrendamentos reconhecidos em renda totalizava \$218.528 (31 de dezembro de 2019 - \$286.008) incluindo a receita do arrendamento de propriedade de investimento no valor de \$220.706 (31 de dezembro de 2019 - \$244.318). As prestações contingentes incluídas na receita dos arrendamentos totalizaram \$147.828 (31 de dezembro de 2019 - \$157.869).

#### Nota 45. Sazonalidade das operações

Os ciclos operacionais da Controladora e de suas subsidiárias indicam certa sazonalidade nos resultados operacionais e financeiros; para a Controladora e suas subsidiárias colombianas, há uma concentração durante o último trimestre do ano, principalmente por causa do Natal e dos "Dias de Preços Especiais", que é o segundo evento promocional mais importante do ano; para as subsidiárias estrangeiras, há uma concentração durante o primeiro semestre do ano, principalmente por causa dos carnavais e da Páscoa, e durante o último trimestre do ano, por causa do Natal.

#### Nota 46. Informações sobre segmentos operacionais

O total de ativos e passivos por segmento não são especificamente reportados internamente para fins administrativos e, conseqüentemente, não são divulgados no âmbito da IFRS 8 - Segmentos operacionais.

Os segmentos relatáveis incluem o desenvolvimento das seguintes atividades:

##### Colômbia:

- Éxito: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob a bandeira Éxito.
- Carulla: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento provêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob a bandeira Carulla.
- Surtimax-Súper Inter: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob as bandeiras Surtimax e Súper Inter.
- B2B: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo no formato B2B e com lojas sob o banner Surti atacadista.

##### Argentina:

- Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo na Argentina, com lojas sob as bandeiras Libertad e Mini Libertad.

##### Uruguai:

- Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo no Uruguai, com lojas sob as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

As políticas contábeis dos segmentos a serem relatados são as mesmas que as políticas contábeis da Controladora descritas na Nota 4.

A Controladora divulga informações por segmento de acordo com a IFRS 8 - Segmentos operacionais, que são definidos como um componente de uma entidade com informações financeiras separadas avaliadas pela alta administração em uma base contínua.

As vendas a varejo por cada um dos segmentos para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, são as seguintes:

Segmento geográfico	Segmento operacional	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020	1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019
Colômbia	Éxito	8.049.843	7.640.388
	Carulla	1.763.133	1.552.076
	Surtimax-Súper Inter	1.155.156	1.171.724
	B2B	674.553	665.655
Argentina		847.060	925.062
Uruguai		2.654.336	2.554.885
<b>Total de vendas</b>		<b>15.144.081</b>	<b>14.509.790</b>
Eliminações		(2.837)	(5.944)
<b>Total consolidado (Nota 31)</b>		<b>15.141.244</b>	<b>14.503.846</b>

Seguem informações adicionais por segmento geográfico:

Em 31 de dezembro de 2020						
	Colômbia	Argentina (1)	Uruguai (1)	Total	Eliminações (2)	Total
Vendas a varejo	11.642.685	847.060	2.654.336	15.144.081	(2.837)	15.141.244
Margem comercial	2.758.438	282.994	913.563	3.954.995	1.934	3.956.929
Total de despesas recorrentes	(2.229.763)	(285.007)	(688.320)	(3.203.090)	(11)	(3.203.101)
ROI	528.675	(2.013)	225.243	751.905	1.923	753.828
Ebitda recorrente	976.294	16.026	277.618	1.269.938	1.923	1.271.861

Em 31 de dezembro de 2019						
	Colômbia	Argentina (1)	Uruguai (1)	Total	Eliminações (2)	Total
Vendas a varejo	11.029.843	925.062	2.554.885	14.509.790	(5.944)	14.503.846
Margem comercial	2.757.850	329.853	869.860	3.957.563	(3.457)	3.954.106
Total de despesas recorrentes	(2.197.115)	(310.611)	(682.409)	(3.190.135)	3.536	(3.186.599)
ROI	560.735	19.242	187.451	767.428	79	767.507
Ebitda recorrente	1.007.467	34.172	238.064	1.279.703	79	1.279.782

(1) Para fins de informação, as empresas não operacionais (holdings que detêm participações nas empresas operacionais) são alocadas por segmentos para a área geográfica a que pertencem as empresas operacionais. Caso a holding detenha participações em várias empresas operacionais, ela é alocada para a empresa operacional mais significativa.

(2) Refere-se aos saldos das operações realizadas entre segmentos, que são eliminados no processo de consolidação de demonstrações contábeis.

#### Nota 47. Política de gerenciamento de risco financeiro

Os instrumentos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias são classificados de acordo com sua natureza, características e o propósito para o qual foram adquiridos ou emitidos.

A Controladora e suas subsidiárias mantêm instrumentos medidos pelo justo valor através do resultado, com o objetivo de mantê-los para investimento ou gerenciamento de risco no caso de instrumentos financeiros derivativos não classificados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa.

A Controladora e suas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos apenas como uma medida de defesa positiva contra riscos identificados. O total de ativos e passivos subjacentes sob contratos de instrumentos financeiros está limitado ao montante de ativos e passivos reais que implicam um risco subjacente. O único objetivo das operações com instrumentos financeiros derivativos é reduzir a exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio e manter uma estrutura adequada da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias são compostos por:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Capital circulante líquido (Nota 7)	2.409.391	2.562.674
Créditos comerciais e outras contas a receber (Nota 8)	504.910	414.231
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10) (1)	39.458	55.044
Outros ativos financeiros (Nota 12)	61.103	91.566
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>3.014.862</b>	<b>3.123.515</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 23) (1)	50.487	80.995
Débitos comerciais e outras contas a pagar (Nota 24)	4.678.146	4.662.915
Passivos financeiros (Nota 20)	1.455.662	660.353
Passivos de arrendamento (Nota 25)	1.542.895	1.530.231
Outros passivos financeiros (Nota 27)	87.383	115.241
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>7.814.513</b>	<b>7.049.735</b>
<b>Exposição (passivo) líquida</b>	<b>(4.799.711)</b>	<b>(3.926.220)</b>

(1) Operações com partes relacionadas referem-se a operações entre a Controladora e suas associadas, joint ventures e outras partes relacionadas, e são realizadas de acordo com os preços gerais de mercado, termos e condições.

## **Considerações de fatores de risco que podem ter um efeito sobre os negócios da Controladora**

### Estrutura geral de gerenciamento de risco

A Controladora implementou um sistema de Gerenciamento de Risco Abrangente que cobre os vários níveis de gerenciamento de risco: estratégico, tático ou empresarial e operacional.

Atividades, funções e responsabilidades são definidas no modelo de gerenciamento de risco implementado pela Controladora e endossado pelo Comitê de Auditoria e Risco, no contexto das diretrizes da política de risco.

Durante 2020, como expressão de uma cultura de risco fortalecida na Controladora e suas subsidiárias e em resposta a mudanças significativas no ambiente, foi realizada uma análise dos principais riscos e tendências à luz da nova normalidade, com a participação e liderança da Alta Administração, onde foi obtido um novo perfil de risco estratégico, e foram definidas e implementadas novas estratégias de gestão. Os riscos neste nível foram revisados pelo Comitê de Auditoria e Risco e endossados pelo Conselho de Administração da Controladora. Da mesma forma, tal análise foi aplicada aos diversos negócios das subsidiárias.

De acordo com essa arquitetura de controle, foram implementados controles em todos os níveis, processos e áreas da Controladora, através de um conjunto de princípios, regulamentos, procedimentos e mecanismos de verificação e avaliação definidos.

Alguns dos mecanismos de monitoramento implementados para alcançar os objetivos de controle são:

- O programa de autocontrole, que permite uma auto-avaliação dos riscos mais críticos e controles-chave, realizada semestralmente pelos líderes do processo, e uma definição de planos de ação corretivos onde quer que os desvios sejam identificados;
- Um processo de conformidade a partir do qual o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, o programa de transparência e o sistema de proteção de dados pessoais são gerenciados de forma abrangente;
- Relatórios periódicos de gerenciamento de risco;
- Uma avaliação da eficácia operacional dos controles decorrentes da implementação da Sox Act, e
- E todos os outros sistemas de controle gerenciados a partir dos vários processos que fazem a primeira e a segunda linha de defesa.

Órgãos de informação sobre gerenciamento de risco e sistema de controle interno:

- Em um nível estratégico: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco, Comitê de Presidência e Comitê de Alta Direção.
- Em um nível tático: Os responsáveis empresariais e o Comitê Interno de Risco.
- Em nível operacional: Proprietários de processos através de autocontrole.

A auditoria interna, de forma independente e objetiva, conduziu uma avaliação baseada no risco, focada no cumprimento das metas comerciais, focada na melhoria do gerenciamento, controle e governança do risco para os processos, sistemas e/ou projetos mais significativos da Controladora.

O Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Risco, supervisionou os processos de informação e relatórios financeiros, a gestão abrangente do risco, a revisão do progresso e das situações significativas na implementação da Sox Act, a revisão do sistema e arquitetura de controle interno, incluindo o acompanhamento da gestão da Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas, a conformidade com as regulamentações aplicáveis à Controladora, o programa de transparência, o sistema de proteção de dados pessoais e o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Além disso, as operações entre partes relacionadas e a resolução de conflitos de interesses entre a alta administração e o Conselho de Administração, bem como as propostas para a reeleição do Revisor Oficial de Contas, foram submetidas à consideração do Comitê de Auditoria.

### Gerenciamento de risco financeiro

Além dos instrumentos derivativos, os passivos financeiros mais significativos da Controladora incluem dívidas, obrigações de arrendamento financeiro e empréstimos com juros, contas a pagar comerciais e outras contas a pagar. O principal objetivo de tais passivos é financiar as operações da Controladora e de suas subsidiárias e manter níveis adequados de capital de giro e dívida financeira líquida.

Os ativos financeiros mais significativos da Controladora e de suas subsidiárias incluem empréstimos, devedores comerciais e outras contas a receber, caixa e colocações de curto prazo diretamente resultantes de operações do dia-a-dia. A Controladora e suas subsidiárias também têm outros investimentos classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor, que, de acordo com o modelo de negócio, têm efeitos na receita do período ou em outras receitas abrangentes. Além disso, outros direitos podem surgir de operações com instrumentos derivativos e serão contabilizados como ativos financeiros.

A Controladora e suas subsidiárias estão expostas a riscos de mercado, crédito e liquidez. A administração da Controladora e de suas subsidiárias monitoram a forma como tais riscos são gerenciados, através dos órgãos relevantes da organização projetados para tal fim. O escopo das atividades do Conselho de Administração inclui um comitê financeiro que supervisiona tais riscos financeiros e a estrutura corporativa de gerenciamento de riscos financeiros mais apropriada. O comitê financeiro apoia a administração da Controladora e de suas subsidiárias no sentido de que as atividades de assunção de riscos financeiros estejam dentro da estrutura aprovada de políticas e procedimentos corporativos, e que tais riscos financeiros sejam identificados, medidos e gerenciados de acordo com tais políticas corporativas.

O gerenciamento de riscos financeiros relacionados a todas as operações com instrumentos derivativos é realizado por equipes de especialistas com as habilidades e experiência necessárias, que são supervisionados pela estrutura organizacional. De acordo com as políticas corporativas da Controladora e de suas subsidiárias, nenhuma operação com instrumentos derivativos pode ser realizada apenas para especulação. Mesmo que modelos de hedge contábil nem sempre sejam aplicados, os derivativos são negociados com base em um elemento subjacente que de fato requer tal hedge de acordo com análises internas.

O Conselho de Administração revisa e concorda sobre as políticas aplicáveis para gerenciar cada um desses riscos, que são resumidas a seguir:

a. Risco de crédito

Um risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra com suas obrigações assumidas sob um instrumento financeiro ou acordo comercial, resultando em perda financeira. A Controladora e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (particularmente de devedores comerciais) e de suas atividades financeiras, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima a riscos de crédito.

Capital circulante líquido

O risco de crédito decorrente de saldos com bancos e entidades financeiras é gerenciado de acordo com as políticas corporativas definidas para esse fim. Os fundos excedentes são investidos somente com contrapartes aprovadas pelo Conselho de Administração e dentro das jurisdições previamente estabelecidas. A administração revisa continuamente as condições financeiras gerais das contrapartes, avaliando os quocientes financeiros mais significativos e as classificações de mercado.

Créditos comerciais e outras contas a receber

O risco de crédito associado aos recebíveis comerciais é baixo dado que a maioria das vendas da Controladora e suas subsidiárias são vendas à vista (à vista e cartões de crédito) e as atividades de financiamento são conduzidas sob acordos comerciais que reduzem a exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco. Além disso, existem departamentos administrativos de cobrança que monitoram permanentemente os índices, números, comportamentos de pagamento e modelos de risco de cada terceiro.

Não há créditos comerciais que individualmente sejam equivalentes ou superiores a 5% das contas a receber ou vendas, respectivamente.

Garantias

A Controladora e suas subsidiárias não concedem garantias, garantias ou cartas de crédito, nem emitem títulos arquivados ou em branco, ou outros ônus ou direitos contingentes em favor de terceiros. Excepcionalmente, podem impor ônus, dependendo da relevância do negócio, do valor do passivo contingente e do benefício para a Controladora ou suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora executou uma nota promissória em branco em favor de um terceiro que é fiador da Almacenes Éxito Inversiones S.A. no valor de \$2.631 para cobrir uma possível falha no cumprimento.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, ou seja, mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de ações, tenham um efeito negativo sobre a receita da empresa ou sobre o valor dos instrumentos financeiros que ela detém. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a este risco dentro de parâmetros razoáveis, otimizando ao mesmo tempo a lucratividade.

Risco da taxa de juros

O risco da taxa de juros é o risco de que o justo valor dos ativos e passivos financeiros, ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros, fluam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. A exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco de taxa de juros está principalmente relacionada a obrigações de dívida incorridas a taxas de juros variáveis ou indexadas a um índice fora do controle da Controladora e de suas subsidiárias.

A maioria das obrigações financeiras da Controladora e de suas subsidiárias está indexada a taxas variáveis de mercado. Para gerenciar o risco, a Controladora e suas controladas realizam operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivativos (swaps de taxas de juros) com instituições financeiras previamente aprovadas, sob os quais concordam em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e taxas de juros variáveis estimadas sobre um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa podem então ser determinados.

Risco de moeda

O risco cambial é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros fluam devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco cambial está vinculada a operações de passivo em moeda estrangeira associadas a passivos de longo prazo e às atividades operacionais da Controladora e de suas subsidiárias (sempre que as receitas e despesas forem denominadas em moeda diferente da moeda funcional), bem como aos investimentos líquidos da Controladora e de suas subsidiárias no exterior.

A Controladora e suas subsidiárias administram seu risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (isto é, forwards e swaps) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

Sempre que a natureza do hedge não seja econômica, a política da Controladora e de suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do hedge, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como operações de hedge; entretanto, a política da Controladora e de suas subsidiárias não é a de realizar operações apenas para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não classificados como contabilidade de hedge, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor notional que expõe a Controladora a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Controladora e suas subsidiárias haviam coberto quase 100% de suas compras e de seus passivos em moeda estrangeira.

#### Risco do preço das ações

O capital social emitido, o prêmio na emissão ou colocação de ações e todas as outras reservas patrimoniais atribuíveis aos acionistas da entidade controladora estão incluídos para fins de administração do preço das ações da Controladora. O principal objetivo de administrar o patrimônio líquido da Controladora é maximizar o valor para os acionistas.

A Controladora administra sua estrutura acionária e faz os ajustes necessários em função das mudanças nas condições e exigências econômicas sob cláusulas financeiras. Para manter e ajustar sua estrutura de capital, a Controladora também pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reembolsar aportes de capital ou emitir novas ações.

#### c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Controladora e suas subsidiárias enfrentem dificuldades para cumprir suas obrigações associadas a passivos financeiros, que são liquidadas por meio da entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Controladora para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela sempre terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

A Controladora e suas subsidiárias gerenciam riscos de liquidez monitorando diariamente seus fluxos de caixa e vencimentos de ativos e passivos financeiros, e mantendo relações adequadas com as instituições financeiras relevantes.

O objetivo da Controladora e suas subsidiárias é manter um equilíbrio entre a continuidade dos negócios e o uso de fontes de financiamento através de empréstimos bancários de curto e longo prazo de acordo com as necessidades, linhas de crédito não utilizadas disponíveis nas instituições financeiras e arrendamentos financeiros, entre outros mecanismos. Em 31 de dezembro de 2020 aproximadamente 67% da dívida da Controladora e de suas subsidiárias vencerá em menos de um ano (31 de dezembro de 2019 - 84%) levando em consideração o valor contábil dos empréstimos incluídos nas demonstrações contábeis anexas.

A Controladora e suas subsidiárias classificaram como baixa a concentração do risco de liquidez sem grande restrição para o pagamento de passivos financeiros com vencimento em doze meses a partir do encerramento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020. O acesso às fontes de financiamento está devidamente assegurado.

A tabela a seguir mostra um perfil de vencimentos dos passivos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias com base em pagamentos contratuais não descontados decorrentes dos acordos relevantes.

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Passivo de arrendamento financeiro bruto	3.857	3.144	-	7.001
Outro passivo contratual importante	681.384	383.861	24.680	1.089.925
<b>Total</b>	<b>685.241</b>	<b>387.005</b>	<b>24.680</b>	<b>1.096.926</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Passivo de arrendamento financeiro bruto	3.819	6.784	-	10.603
Outro passivo contratual importante	226.612	42.484	-	269.096
<b>Total</b>	<b>230.431</b>	<b>49.268</b>	<b>-</b>	<b>279.699</b>

#### Análise de sensibilidade para saldos de 2020

Do ponto de vista estatístico, a empresa avaliou as mudanças potenciais nas taxas de juros de passivos financeiros e outros passivos contratuais significativos.

Assumindo completa normalidade e considerando uma variação de 10% nas taxas de juros, três cenários foram avaliados:

- Cenário I: Últimas taxas de juros conhecidas no fechamento de 2020.
- Cenário II: Um aumento de 0,1693% é assumido para a Taxa de Referência Bancária e um aumento de 0,1583% é assumido para a LIBOR de 90 dias. Todos os aumentos sobre a última taxa de juros publicada.
- Cenário III: Uma redução de 0,1693% é assumida para a Taxa de Referência Bancária e uma redução de 0,1583% é assumida para a LIBOR de 90 dias. Todas as reduções sobre a mais recente taxa de juros publicada.

A análise de sensibilidade não resultou em variação significativa entre os três cenários e, consequentemente, eles não são perceptíveis quando o arredondamento chega a milhões. As mudanças potenciais são as seguintes:

<b>Operações</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Previsão de mercado</b>		
			<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Empréstimos	Mudanças nas taxas de juros	1.023.670	1.023.332	1.024.844	1.021.819
Arrendamentos financeiros	Mudanças nas taxas de juros	6.849	6.848	6.849	6.847
<b>Total</b>		<b>1.030.519</b>	<b>1.030.180</b>	<b>1.031.693</b>	<b>1.028.666</b>



d. Apólices de seguro

Em 31 de dezembro de 2020, a Controladora e suas subsidiárias adquiriram as seguintes apólices de seguro para mitigar os riscos associados a toda a operação:

Linhas de seguro de cobertura	Limites de cobertura	Cobertura
Todos os riscos, danos e lucros cessantes	De acordo com a substituição e montantes de reconstrução, com um limite máximo de responsabilidade para cada apólice.	Perdas ou danos súbitos e imprevistos e danos incidentais sofridos por bens cobertos, diretamente decorrentes de qualquer evento não expressamente excluído. Cobre edifícios, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, bens, equipamentos eletrônicos, melhorias nas instalações, lucros cessantes e outros bens do segurado.
Transporte de mercadorias e dinheiro	De acordo com a declaração dos valores transportados e um limite máximo por despacho. Os limites e sublimites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Mercadorias e bens de propriedade do segurado que estão em trânsito, incluindo aqueles sobre os quais tem um interesse segurável.
Responsabilidade civil de terceiros	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Cobre danos a terceiros no desenvolvimento da operação.
Seguro de responsabilidade civil de diretores e conselheiros	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Cobre reivindicações contra diretores e executivos decorrentes de erro ou omissão durante o mandato.
Fraude e riscos financeiros	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Perda de dinheiro ou títulos em instalações ou em trânsito. Conduta dolosa dos funcionários que resulta em perda financeira.
Seguro de vida em grupo e seguro de acidentes pessoais	O valor segurado refere-se ao número de salários definidos pela empresa.	Morte e incapacidade total e permanente decorrente de eventos naturais ou acidentais.
Veículos	Há um teto definido para cada cobertura	Responsabilidade civil de terceiros. Perda total e parcial - Danos. Perda total e parcial - Furto ou Roubo Terremoto Outras coberturas, conforme descritas na apólice
Risco cibernético	Os limites e sub-limites diferenciais aplicam-se por cobertura.	Perdas diretas decorrentes de acesso ilegal à rede e perdas indiretas de responsabilidade de terceiros cujos dados pessoais tenham sido afetados por um evento coberto pela apólice.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Como mencionado acima, a Controladora e suas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos para cobrir a exposição ao risco, com o objetivo principal de cobrir a exposição ao risco de taxa de juros e risco cambial, transformando a dívida financeira em taxas de juros fixas e taxas de câmbio domésticas.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de referência desses contratos era de COP 338,75 milhões (swap de taxas de juros), USD 54,49 milhões e EUR 5,25 milhões (31 de dezembro de 2019 - USD 266,85 milhões e EUR 2,45 milhões). Tais operações são geralmente contratadas sob condições idênticas quanto a valores, prazos e custos de operação e, de preferência, com as mesmas instituições financeiras, sempre de acordo com os limites e políticas da Controladora e de suas subsidiárias.

De acordo com as políticas da Controladora e de suas subsidiárias, os swaps podem ser adquiridos com restrições, com autorização prévia da Controladora e de suas subsidiárias.

A Controladora e suas subsidiárias projetaram e implementaram controles internos para garantir que essas operações sejam realizadas em conformidade com as políticas previamente definidas.

f. Justo valor dos instrumentos financeiros derivativos

O justo valor dos instrumentos financeiros derivativos é estimado sob o modelo de previsão de fluxo de caixa operacional, utilizando curvas de segurança do tesouro público em cada país e descontando-as ao valor atual, utilizando taxas de mercado para swaps conforme divulgado pelas autoridades relevantes em tais países.

Os valores de mercado de swap foram obtidos pela aplicação de taxas de câmbio de mercado válidas na data das informações financeiras disponíveis, e as taxas são previstas pelo mercado com base nas curvas de desconto de moeda. Uma convenção de 365 dias consecutivos foi utilizada para calcular o cupom das posições indexadas em moeda estrangeira.

#### Nota 48. Ativos não circulantes detidos para negociação e operações descontinuadas

##### Ativos não circulantes detidos para negociação

A partir de junho de 2018, a Controladora iniciou um plano de venda de certos imóveis para estruturar projetos que permitissem utilizar tais propriedades imobiliárias, aumentar o preço potencial de venda futura e gerar recursos para a Controladora. Conseqüentemente, certos ativos imobiliários e certas propriedades de investimento foram classificados como ativos não circulantes detidos para negociação.

O saldo de ativos não circulantes detidos para negociação, incluído na demonstração da posição financeira, é o seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo imobilizado (1)	11.416	27.773
Propriedade de investimento (2)	8.526	10.155
<b>Total</b>	<b>19.942</b>	<b>37.928</b>

(1) Representa os seguintes bens imobiliários:

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
Instalações comerciais Villa Maria (a)	11.416	11.284
Lote de terreno e projeto Hotel Cota (b)	-	16.489
<b>Total</b>	<b>11.416</b>	<b>27.773</b>

(a) Um imóvel de propriedade da subsidiária Libertad S.A. detido para comercialização desde dezembro de 2019.

(b) Dada a impossibilidade de se conseguir uma venda, o imóvel foi transferido de volta para ativo imobilizado.

(2) Representa os seguintes bens imóveis:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lote La Secreta (terreno)	5.465	5.960
Kennedy Instalações comerciais (prédio)	1.640	1.640
Kennedy Instalações comerciais (terreno)	1.229	1.229
Lote La Secreta (construção em andamento)	192	175
Lote Casa Vizcaya (terreno) (a)	-	595
Pereira Plaza Instalações comerciais (prédio) (b)	-	556
<b>Total</b>	<b>8.526</b>	<b>10.155</b>

(a) Bens vendidos em julho de 2020.

(b) Dada a impossibilidade de se conseguir uma venda, o imóvel foi transferido de volta para a propriedade de investimento.

A Controladora e suas subsidiárias acreditam que tais ativos serão vendidos durante o primeiro semestre de 2021.

Nenhuma receita ou despesa foi reconhecida na receita ou em outras receitas abrangentes relacionadas com o uso desses ativos.

##### Operações descontinuadas

Em agosto de 2019, a Controladora decidiu encerrar as operações comerciais da subsidiária Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1.). Com base nessa decisão, os lucros acumulados desta subsidiária em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são apresentados na demonstração de resultados consolidada como lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e de suas subsidiárias.

O efeito de tais operações descontinuadas na demonstração de resultados consolidada é o seguinte:

	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b>
Lucro líquido da Via Varejo S.A. (Nota 48.1)	-	510.072
Lucro líquido da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (Nota 48.2)	-	276.229
(Prejuízo) líquido da Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1.) (Nota 48.3)	(1.201)	(11.463)
<b>Ganho (perda) líquido das operações descontinuadas</b>	<b>(1.201)</b>	<b>774.838</b>

#### **Nota 48.1. Via Varejo S.A.**

Os ativos e passivos da Via Varejo S.A. classificados como disponíveis para negociação foram vendidos em 15 de junho de 2019. Os efeitos de tal venda foram devidamente divulgados nas demonstrações contábeis anuais no encerramento de 2019.

Segue o resultado da operação descontinuada da Via Varejo S.A.:

	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b>
Resultado líquido da operação descontinuada	7.700
Efeito líquido da venda da operação descontinuada	502.372
<b>Total do ganho líquido da operação descontinuada</b>	<b>510.072</b>
<b>O ganho é atribuível a:</b>	
<b>Acionistas da entidade controladora</b>	<b>3.671</b>
Participações não controladoras	506.401

#### **Nota 48.2. Companhia Brasileira de Distribuição – CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.**

Os ativos e passivos da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e das subsidiárias holding Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. que foram classificados como disponíveis para negociação foram vendidos em 27 de novembro de 2019. Os efeitos de tal venda foram devidamente divulgados nas demonstrações contábeis anuais no encerramento de 2019.

Segue o resultado da operação descontinuada da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.:

	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b>
Resultado líquido da operação descontinuada	289.281
(Resultado) da venda de ações	(13.052)
<b>Total do ganho líquido da operação descontinuada</b>	<b>276.229</b>
<b>O ganho é atribuível a:</b>	
<b>Acionistas da entidade controladora</b>	<b>25.277</b>
Participações não controladoras	250.952

Segue o resultado da operação descontinuada da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.:

	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b>
Receita das atividades ordinárias	32.778.161
Custo das vendas	(25.698.830)
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.079.331</b>
Despesas de distribuição, administração e vendas	(5.808.880)
Ganhos de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(7.368)
Outros líquidos (despesas)	(176.074)
<b>Lucro das atividades operacionais</b>	<b>1.087.009</b>
Despesas financeiras líquidas	(610.924)
<b>Lucro antes do imposto de renda</b>	<b>476.085</b>
<b>Impostos (despesas)</b>	<b>(186.804)</b>
<b>Lucro líquido do período da operação descontinuada</b>	<b>289.281</b>
<b>O ganho é atribuível a:</b>	
<b>Acionistas da entidade controladora</b>	<b>38.329</b>
Participações não controladoras	250.952

#### **Nota 48.3. Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Nota 1.1)**

Segue o resultado da operação descontinuada da Transacciones Energéticas S.A.S. (antiga Gemex O&W S.A.S., consulte Note 1.1):

	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b>
Receita das atividades ordinárias	-	15.006
Custo das vendas	-	(12.208)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>2.798</b>
Despesas de distribuição, administração e vendas	(348)	(9.575)
<b>(Perda) das atividades operacionais</b>	<b>(348)</b>	<b>(6.777)</b>
Despesas financeiras líquidas	(794)	(4.449)
<b>(Perda) antes do imposto de renda</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(11.226)</b>
Impostos (despesas)	(59)	(237)
<b>Período líquido (perda) da operação descontinuada</b>	<b>(1.201)</b>	<b>(11.463)</b>
<b>A (Perda) é atribuível a:</b>		
<b>Acionistas da entidade controladora</b>	<b>(1.201)</b>	<b>(9.751)</b>
Participações não controladoras	-	(1.712)

#### **Nota 49. Fatos e circunstâncias que estendem a mais de um ano o período de venda de ativo imobilizado e propriedades de investimento da Controladora e suas subsidiárias detidas para negociação**

Em 31 de dezembro de 2020, fatores externos além do controle da administração relacionados com a retração geral da dinâmica do mercado imobiliário, bem como o fracasso em alcançar ofertas que eram razoáveis e lucrativas fizeram com que a administração reconsiderasse o cronograma original de vendas cuja conclusão estava prevista para 2020.

Alguns dos fatores externos que tiveram um efeito sobre o cronograma de operações de venda no fechamento de 31 de dezembro de 2020 foram:

- A confiança dos consumidores caiu drasticamente durante 2020, chegando a -41,3% em abril. Mesmo que tenha se recuperado durante os últimos meses, ainda é negativa, e a última medição de dezembro mostrou -10,4% de acordo com Fedesarrollo.
- Mesmo que as medidas de bloqueio emitidas pelo governo nacional frente à emergência Covid-19 tenham sido suavizadas durante o terceiro e quarto trimestres, as despesas de consumo foram muito afetadas.
- De acordo com o DANE (Departamento Nacional de Estatísticas), a indústria imobiliária foi a mais afetada durante o primeiro semestre de 2020 em termos de consumo.
- O setor habitacional, medido em metros quadrados, mostra uma mudança de tendência que termina em 2020 com uma redução de 6% em relação ao valor reportado em 2019; o setor habitacional que não seja de interesse social é o mais afetado com uma queda de 29%.
- De acordo com estimativas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o PIB da Colômbia diminuiu em 7,5% em 2020.

Desde junho de 2018 e durante 2019 e 2020, as ações desenvolvidas pela administração da Controladora e suas subsidiárias e suas equipes internas conhecedoras do potencial do mercado imobiliário em conjunto com agentes de comissão imobiliária independentes para finalizar a venda de ativos imobiliários foram específicas e focadas por cada imóvel com o objetivo de garantir a viabilidade da venda, assegurar que os imóveis estejam livres de questões legais e obter propostas econômicas de valor agregado.

Os desenvolvimentos no processo de venda em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

- Lote La Secreta. Negociação encerrada com o comprador durante 2019. 9,85% do imóvel foi entregue em 31 de dezembro de 2020. O restante do bem será entregue fisicamente da seguinte forma: 4,25% em 2021, 23,39% em 2022, 20,43% em 2023, 1,19% em 2024 e 40,88% em 2025. A escritura pública contendo a contribuição para o fundo fiduciário foi concedida em novembro de 2020 e no fechamento de 2020 está sendo levada ao registro público.
- Instalações comerciais do Kennedy. O direito de preferência do locatário expirou durante o terceiro trimestre de 2020. Como consequência de tal expiração, o imóvel pode passar por um processo de oferta pública com o apoio de empresas de corretagem. Uma nova taxa mensal de aluguel está sendo renegociada com o arrendatário, o que gerou melhores expectativas do valor do imóvel no mercado e no processo de venda atual, pois é um imóvel com melhor retorno do investimento para os compradores potenciais.
- Imóvel comercial de Villa Maria. Após uma carta de intenção assinada no final de 2019, as negociações começaram no início de 2020. O atraso atual ocorre porque o comprador potencial afirma que está aguardando confirmação do terceiro que assumirá a operação do hipermercado; no entanto, também expressou que, caso não obtenha um terceiro, assumirá a operação imediatamente.

A Controladora e suas subsidiárias continuam fortemente comprometidas com a venda de tais ativos.

## **Nota 50. Fatos Relevantes**

### **Em 31 de dezembro de 2020**

#### Sessão ordinária da Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora foi realizada em 19 de março de 2020, para deliberar, entre outros tópicos, sobre a aprovação do Relatório da Administração, aprovação de demonstrações contábeis separadas e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas.

#### Encerramento da investigação na Via Varejo S.A.

Em 26 de março de 2020, a Via Varejo S.A. publicou um fato relevante informando que, como conclusão da terceira fase da investigação independente que estava realizando, e que em 31 de dezembro de 2019 não havia sido concluída, em relação a supostas indicações de irregularidades contábeis e deficiências nos controles internos e o impacto potencial dessas questões nas demonstrações contábeis dos períodos em que a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD era a Via Varejo S. A. entidade controladora direta, não havia necessidade de consolidar as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, uma vez que, após uma análise dos resultados da investigação e levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos, concluiu-se que os efeitos sobre tais demonstrações contábeis dos ajustes contábeis resultantes da investigação são não-materiais. Esta conclusão foi ratificada pelos atuais e antigos auditores independentes da Via Varejo S.A.

#### Pandemia da Covid-19, em 31 de março de 2020

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do novo coronavírus que surgiu pela primeira vez em Wuhan, província de Hubei, China, chamado Covid-19, como uma emergência de saúde pública de importância internacional. Mais tarde, em 11 de março de 2020, e devido aos níveis alarmantes de disseminação do vírus pelo mundo, o Covid-19 foi descrito como uma pandemia.

Desde o surto e a disseminação global, os países tomaram diferentes medidas, tais como a imposição de quarentenas e isolamento social obrigatório, o fechamento de fronteiras, restrição de viagens, limitação de reuniões públicas e suspensão de todas as atividades sociais, entre outras.

Na Colômbia, o Ministério da Saúde declarou a emergência sanitária por causa do Covid-19 em 12 de março de 2020. Posteriormente, em 17 de março de 2020, por meio do Decreto 417, o Presidente da República da Colômbia declarou o estado de emergência econômica, social e ambiental em todo o país para conter a propagação da pandemia e ajudar a mitigar os riscos associados.

As atividades comerciais e os resultados das operações podem ser afetados negativamente na medida em que esta pandemia influencia a economia nacional e internacional. Os efeitos desta emergência que podem interferir com nossa cadeia de fornecimento e serviços estão além do controle da Controladora e, conseqüentemente, são impossíveis de prever. Os riscos que podem ter um impacto sobre a operação e os resultados da Controladora e suas subsidiárias incluem os efeitos sobre as vendas de certos produtos e serviços, tanto em nível de importação como de exportação, sobre a receita do negócio imobiliário, sobre as viagens nacionais e internacionais, sobre a produtividade dos funcionários, sobre a manutenção do emprego, sobre a queda da bolsa de valores, sobre a volatilidade dos preços de certos produtos e taxas de câmbio e sobre qualquer outra atividade comercial relacionada com um efeito perturbador sobre os negócios, sobre os mercados financeiros ou sobre a economia do país.

A Controladora e suas subsidiárias implementaram uma série de medidas e boas práticas para enfrentar esta situação, com as quais procuram minimizar os riscos observados que podem impactar a operação, proteger a saúde e a integridade dos funcionários, manter o país abastecido e permitir o acesso aos alimentos para os mais necessitados, bem como dar paz de espírito, confiança e apoio aos seus interessados durante a situação gerada por esta pandemia.

Seguem algumas das estratégias e ações mais significativas implementadas pela Controladora e suas subsidiárias colombianas:

1. A respeito da promoção da solidariedade:
  - Oferta de 500.000 mercados com 12 commodities ao custo, para que os clientes com melhores condições econômicas possam mostrar solidariedade com aqueles em situação vulnerável.
  - A possibilidade de doar a Colômbia aponta para a Fundación Éxito, para que os clientes possam direcionar recursos para aqueles que mais necessitam deles.
  - Entrega de produtos básicos para a primeira infância através da Fundación Éxito, com contribuições de funcionários que doaram um dia de seu salário, e doações feitas pelos clientes através do programa de "pequenas gotas".
  - Lançamento do cartão "Mercado para Colômbia", que pode ser adquirido fisicamente ou virtualmente. Para cada \$50.000 (\*) de vendas destes cartões, a Controladora doará \$5.000 (\*), que serão destinados a um trabalho social.
  - Criação da "Linha Branca" para serviço doméstico como prioridade, gratuita e exclusivamente para profissionais de saúde.
  - Extensão do horário das lojas e atendimento exclusivo para o grupo de maior risco, como idosos, mulheres grávidas e pessoas com deficiência. (\*) Expresso in Peso colombianos
2. Em relação aos clientes, sua integridade física em armazéns e distância social:
  - Provisão de pessoal nas lojas com um kit básico de higiene com máscaras, luvas, hidratação, lentes acrílicas e gel antibacteriano para seus protocolos de higiene permanente, com o objetivo de garantir sua segurança e a dos clientes.
  - Desinfecção e limpeza permanente dos pontos de venda, banheiros, áreas de alto tráfego e carrinhos e cestas de mercado.
  - Cumprimento das regras de capacidade para permitir a circulação com distâncias prudentes para a proteção da saúde.
  - Sinalização nos postos de pagamento da distância mínima entre clientes, de acordo com as normas vigentes.
3. Em relação aos fornecedores e ao apoio ao seu trabalho:
  - Pagamento antecipado aos pequenos e médios fornecedores dos pagamentos devidos em abril, com o objetivo de melhorar seu fluxo de caixa e facilitar a continuidade de seu funcionamento e a preservação do emprego.
  - Os fornecedores têxteis providenciaram a fabricação e produção de máscaras, o que lhes permite proteger o trabalho de seus funcionários.
4. Em relação ao fornecimento de produtos:
  - Dedicar duas lojas, em Bogotá e Medellín, para a distribuição e fornecimento exclusivo dos produtos de maior demanda durante a situação.
  - Garantir o acesso aos produtos, estabelecendo limites de compra unitários por cliente em produtos como máscaras, gel antibacteriano, álcool e luvas.
  - A Controladora aderiu ao acordo de auto-regulamentação comercial colombiano assinado pela FENALCO com seus comerciantes afiliados a fim de chamar todos os membros da cadeia de fornecimento (fornecedores, produtores, distribuidores e comerciantes) para administrar os preços racionalmente e regular o comércio a fim de garantir a ordem e a distância social. Com esta união, a Controladora reafirma seu compromisso com a proteção da saúde pública, a segurança alimentar, o fornecimento de produtos básicos, a preservação do emprego e a atividade econômica para a gestão adequada da emergência.
5. Em relação aos funcionários, seus cuidados e estabilidade no emprego:
  - Informação e comunicação constante das recomendações das autoridades sanitárias para o autocuidado e protocolo frente à propagação do vírus.
  - Massificação do trabalho remoto para os funcionários da sede da empresa.
  - Fornecimento, ao pessoal das áreas financeiras que estão trabalhando remotamente, de todas as ferramentas necessárias para garantir a emissão oportuna e confiável e a integridade das demonstrações contábeis separadas e consolidadas.
  - Atribuição de funcionários das unidades de negócios que estão sendo afetadas pela emergência para reforçar as tarefas das outras unidades de negócios operacionais.
  - Bônus e benefícios especiais para os funcionários de lojas e centros de distribuição, como reconhecimento de seu esforço e compromisso.
6. Com relação aos planos de expansão e investimento:
  - Comitês de crise estabelecidos com o objetivo de monitorar as decisões de emergência e governamentais e tomar as decisões apropriadas para garantir a continuidade das operações.
  - Redução dos planos de expansão como mecanismo de proteção de caixa, com ênfase em projetos que estavam em andamento no momento da declaração da emergência.
  - Realocação de planos de investimento focalizando a estratégia no fortalecimento dos projetos estratégicos omnichannel da Controladora.
7. No que diz respeito às operações da Controladora:
  - Fortalecimento dos canais de vendas de comércio eletrônico, entregas ao domicílio e aplicações com o objetivo de facilitar as compras sem sair de casa.
  - Reforço do processo de revisão de preços nas lojas e com os fornecedores para ter controle e evitar aumentos injustificados.
  - Priorização das compras para produtos menos afetados pelo aumento do dólar.
  - Reforço de outros serviços de venda, como o serviço de "compra e coleta" através do qual os clientes encomendam produtos por diferentes canais e depois se deslocam para os diferentes locais dispostos para a coleta, minimizando assim o risco de contato e cumprindo todos os protocolos de higiene, limpeza e desinfecção.
  - Entrega ao domicílio priorizando o uso de veículos elétricos para ajudar a mitigar a poluição do ar, em Bogotá e Medellín.

Seguem algumas das estratégias e ações mais significativas implementadas pelas subsidiárias estrangeiras:

- Diálogo contínuo com as autoridades, nacionais e provinciais, a fim de alinhar todas as disposições de saúde e segurança e estabelecer mecanismos para sua aplicação adequada.
- Cumprimento das medidas emitidas pelas autoridades em relação às horas especiais para grupos de risco, o limite de acesso às lojas para garantir espaço adequado entre elas, com demarcação da distância entre as pessoas.
- Provisão de pessoal com características básicas de segurança higiênica.
- Provisão e instalação de separadores de acrílico para caixas registradoras.
- Controle do estoque de produtos nas lojas e centros de distribuição através de um plano adequado de compras e fornecimento.
- Massificação do trabalho remoto para funcionários de escritórios da administração central.

#### Pandemia da Covid-19, durante o segundo trimestre de 2020

Com relação à Controladora e suas subsidiárias colombianas, o estado de emergência econômica, social e ambiental em todo o país declarado pelo Presidente da República da Colômbia, em 17 de março de 2020, para conter a propagação da pandemia e ajudar a mitigar os riscos associados estava em vigor durante o segundo trimestre de 2020.

Provavelmente, os governos da Argentina e do Uruguai mantiveram as medidas de quarentena e as medidas de saúde e segurança estabelecidas desde o primeiro trimestre de 2020.

Como resultado desta situação, a Controladora e suas subsidiárias continuaram incorrendo em despesas para implementar medidas para enfrentar esta situação, visando minimizar os riscos que possam ter um efeito negativo sobre a operação, proteger a saúde e a integridade dos funcionários, manter o fornecimento nos países e proporcionar tranquilidade, confiança e apoio aos seus interessados.

Além disso, a Controladora e suas subsidiárias avaliaram os efeitos potenciais da emergência econômica em suas demonstrações contábeis. Após a avaliação, a empresa não identificou situações específicas ou efeitos materiais negativos sobre o valor de seus investimentos, sobre a mensuração de estoques, sobre a depreciação de propriedades, plantas e equipamentos, sobre a mensuração da perda por redução ao valor recuperável de recebíveis comerciais, sobre passivos de provisão ou planos de reorganização, sobre a mensuração de benefícios a empregados, sobre a estimativa e reconhecimento do imposto de renda diferido, na hierarquia do justo valor, nas operações com partes relacionadas, na perda por redução ao valor recuperável de ativos, na receita de atividades ordinárias decorrentes de contratos com clientes, em contratos de arrendamento, em ativos não circulantes mantidos para negociação, em operações descontinuadas e, em geral, em todos os seus passivos, que possam ter um efeito sobre a posição financeira ou sobre os resultados das operações, ou que possam prejudicar sua sustentabilidade e operação.

Existem certas situações particulares, que não afetam ou dão origem a mudanças significativas nos ativos que implicam em perda por redução ao valor recuperável, e que são bens transportados nas demonstrações contábeis:

- A Controladora e suas subsidiárias concederam descontos a seus arrendatários, os quais foram reconhecidos como um valor de receita inferior. Em 30 de junho de 2020, o valor dos descontos concedidos era de \$28.723.
- A diminuição nos resultados da joint venture Compañía de Financiamiento Tuya S.A. resultou em despesas com o envolvimento nesta joint venture após a mensuração pelo método de equivalência patrimonial e, adicionalmente, impediu o reconhecimento da receita proveniente do envolvimento no acordo de colaboração.

Finalmente, a Controladora e suas subsidiárias concluíram que as consequências deste impacto não afetam a capacidade de continuar como uma preocupação contínua, como evidenciado pelos resultados de suas operações.

#### Pandemia da Covid-19, durante o terceiro e quarto trimestres de 2020

Com relação à Controladora e suas subsidiárias colombianas, o estado de emergência econômica, social e ambiental em todo o país, declarado pelo Presidente da República da Colômbia a partir de 17 de março de 2020 para conter a propagação da pandemia e ajudar a mitigar os riscos associados, estava em vigor até 1º de setembro de 2020.

Como resultado de tal situação e da reativação gradual da economia do país, a Controladora e suas subsidiárias colombianas não incorreram em despesas adicionais do mesmo tipo daquelas incorridas até 30 de junho de 2020 para implementar as medidas necessárias para enfrentar o mencionado estado de emergência.

Provavelmente, os governos da Argentina e do Uruguai começaram a levantar certas medidas de quarentena e as medidas de saúde e segurança estabelecidas desde o primeiro trimestre de 2020. Consequentemente, as subsidiárias nesses países incorreram em algumas despesas de bolso para continuar enfrentando a situação.

Entretanto, existem certas situações particulares, que não afetam ou dão origem a mudanças significativas nos ativos que implicam em perda por redução ao valor recuperável, e que são bens transportados nas demonstrações contábeis:

- A Controladora e suas subsidiárias concederam descontos a seus arrendatários, os quais foram reconhecidos como um valor de receita inferior. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2020, o total de descontos concedidos foi de \$72.769.
- A diminuição nos resultados da joint venture Compañía de Financiamiento Tuya S.A. resultou em despesas com o envolvimento nesta joint venture após a medição usando o método de equivalência patrimonial e, adicionalmente, impediu o reconhecimento da receita proveniente do envolvimento no acordo de colaboração. Favor consultar as Notas 31 e 36 para uma comparação com a receita registrada pelo envolvimento no acordo de colaboração e a contabilidade usando o método de equivalência patrimonial, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019.

#### Reorganização societária da Sendas Distribuidora S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

A reorganização societária realizada pela Sendas Distribuidora S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, um dos efeitos foi a transferência das ações da Controladora detidas pela Sendas Distribuidora S.A. para a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, foi concluída em 31 de dezembro de 2020. Com esta reorganização, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD passou a controlar a Controladora com 96,57% de participação no seu capital social.

Como consequência de tal mudança de controle, e com base na regulamentação comercial colombiana, a Controladora caiu em razão da dissolução, uma vez que mais de 95% de seu capital social pertence a um único acionista. A Controladora tem um prazo de 18 meses para superar esta situação, a partir da data em que foi criada.

#### Implementação do Sarbanes Oxley Act

Durante 2020, a Controladora e suas subsidiárias assumiram o desafio de implementar o Sarbanes Oxley Act (SOX). Como parte essencial da implementação do programa anual SOX, foi desenvolvido um processo para identificar, analisar e avaliar riscos que poderiam ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Controladora e suas subsidiárias de registrar, processar, consolidar e relatar suas demonstrações contábeis. Este processo envolveu a participação de consultores externos e uma equipe interna dedicada à identificação, projeto, implementação e avaliação de controles internos suficientes e relevantes para minimizar estes riscos, a fim de fortalecer o sistema de controle interno sobre relatórios financeiros, reduzir a exposição da empresa à materialização de erros e imprecisões nos processos e demonstrações contábeis, avançar na melhoria contínua dos sistemas de informação e tecnologia e consolidar a credibilidade financeira junto aos acionistas e investidores. As atividades envolvidas na implementação do programa anual SOX incluem, entre outras (a) a identificação de subsidiárias, contas, processos e sistemas de informação materiais para as demonstrações contábeis da Empresa, (b) a avaliação dos riscos de falsidades materiais e fraudes nestes componentes materiais, e (c) o projeto, implementação e aprimoramento das atividades de controle que mitigam estes riscos. Além disso, foi avaliada a eficácia do sistema de controle interno sobre os relatórios financeiros da Controladora e de suas subsidiárias, e foi fornecido treinamento ao pessoal da Controladora e de suas subsidiárias e à Auditoria Interna sobre temas relacionados com a definição de um controle interno baseado na Sox, a documentação necessária para minimizar a materialização de riscos de erros nas demonstrações contábeis e a responsabilidade da Administração na manutenção destes controles da Sox, entre outros. Finalmente, houve uma comunicação contínua com o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria sobre o andamento do projeto. Como resultado destas atividades, foi possível criar uma cultura entre os funcionários focada em demonstrar transparência nos processos e qualidade das informações.

#### **Em 31 de dezembro de 2019**

##### Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora foi realizada em 28 de março de 2019, para deliberar, entre outros tópicos, sobre a aprovação do Relatório da Administração, aprovação de demonstrações contábeis separadas e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas.

##### Venda da Via Varejo S.A.

Como resultado dos esforços feitos durante mais de um ano, em 15 de junho de 2019 os ativos e passivos da Via Varejo S.A, classificados como ativos mantidos para negociação, foram vendidos. Os efeitos desta operação são divulgados na Nota 44.1.

##### Proposta de aquisição da participação da Controladora na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição -CBD por sua entidade controladora Casino Guichard-Perrachon S.A.

Em 24 de julho de 2019, como parte de seu plano de simplificação da estrutura de investimentos, o Cassino Guichard-Perrachon S.A. apresentou à Controladora uma proposta de compra, através da Segisor S.A., da participação indireta e controle sobre sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD a um preço fixado a partir de R\$ 109,00 por ação.

##### Oferta pública de aquisição emitida por sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

Em 24 de julho de 2019, a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD emitiu, através de uma de suas subsidiárias, uma oferta pública de aquisição de 100% das ações de sua Controladora Almacenes Éxito S.A., ao preço de \$18.000 (\*) por ação.

Esta oferta pública de aquisição será apresentada à Superintendência Financeira Colombiana uma vez que a Controladora tenha aprovado a oferta do Cassino Guichard-Perrachon S.A. para comprar a participação indireta e o controle sobre sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

##### Início do processo de avaliação da venda das ações detidas na Companhia Brasileira de Distribuição -CBD

O Comitê de Auditoria e Risco da Controladora se reuniu em 30 de julho de 2019 para iniciar o processo de avaliação da venda da participação indireta e controle da Companhia Brasileira de Distribuição -CBD, de acordo com os termos da proposta de compra apresentada pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. Assessores e consultores financeiros independentes foram nomeados como parte do processo para analisar a proposta de compra e apresentar recomendações à Diretoria da Controladora até 31 de agosto de 2019.



Emenda à proposta de aquisição da participação detida pela Companhia na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição -CBD por sua entidade controladora Casino Guichard-Perrachon S.A.

Em 19 de agosto de 2019, o Cassino Guichard-Perrachon S.A. apresentou à Controladora uma nova oferta emenda que foi originalmente apresentada em 24 de julho de 2019 em relação à compra da participação indireta e controle sobre sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A. O novo preço oferecido é de R\$ 113 por ação, traduzido em dólares americanos à taxa de câmbio média dos 30 dias ordinários que terminam no quinto dia do calendário anterior ao fechamento da operação.

Conclusão do processo de avaliação da venda das ações detidas na Companhia Brasileira de Distribuição -CBD

Em 26 de agosto de 2019, o Comitê de Auditoria e Risco da Controladora emitiu uma avaliação positiva ao Conselho de Administração a respeito da oferta apresentada pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. relativa à compra de R\$ 113 por ação da participação indireta e controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A., com o fundamento de que a oferta atende aos padrões, princípios e critérios estabelecidos pela Política de Operações com Partes Relacionadas da Companhia, diretrizes corporativas e a lei.

Convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas

Em 27 de agosto de 2019, e como resultado da avaliação positiva do Comitê de Auditoria e Risco da Controladora a respeito da oferta apresentada pelo Cassino Guichard-Perrachon S.A. sobre a compra da participação indireta e controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A., o Conselho de Administração e o CEO da Companhia convocaram uma reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas para ser realizada em 12 de setembro de 2019.

Autorização para aceitar a oferta de venda das ações detidas na Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

Em 12 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Controladora realizou uma reunião para deliberar e avaliar os termos e condições da oferta apresentada pelo Cassino Guichard-Perrachon S.A. em relação à compra da participação indireta e ao controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.

Como parte do processo de deliberação e avaliação dos termos e condições da oferta, a Diretoria levou em consideração a avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria e Risco e os pareceres de consultores independentes retidos pela Controladora, bem como os princípios e critérios estabelecidos pela Política sobre Operações com Partes Relacionadas, e outros aspectos tais como a classificação da operação em avaliação, o preço da mesma, a coincidência com as condições de mercado e a conveniência da operação para a Controladora.

Com base na análise realizada, o Conselho de Administração adotou a avaliação, conclusões e recomendações do Comitê de Auditoria e Risco da Controladora em relação à operação, uma vez que o Conselho considerou que a operação atende aos padrões, princípios e critérios estabelecidos pela Política sobre Operações com Partes Relacionadas da Controladora, diretrizes corporativas e a lei, e conseqüentemente propôs a aprovação da mesma pela Assembleia Geral de Acionistas.

Com base no acima exposto, o Conselho de Administração aprovou a operação e autorizou o CEO e os representantes legais da Controladora a entrar e executar, sem limitação de valores, todas as ações necessárias para concluir a operação.

Sessão Extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas

Durante uma sessão extraordinária realizada em 12 de setembro de 2019, a Assembleia Geral de Acionistas da Controladora decidiu, entre outros, sobre os seguintes assuntos:

- Autorizou o Conselho de Administração da Controladora a deliberar e decidir sobre a autorização para aprovar a oferta apresentada pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. relativa à compra da participação indireta e ao controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.
- Aprovou a autorização do Conselho de Administração para a oferta apresentada pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. referente à compra da participação indireta e controle sobre a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.
- Autorizou o CEO e outros representantes legais da Controladora a entrar e executar, sem limitações quanto aos valores, todas as ações necessárias para concluir a operação.

Classificação da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD como um ativo não circulante detido para negociação

Com base na aprovação concedida pela Assembleia Geral de Acionistas ao Conselho de Administração a respeito da venda da participação indireta nas subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Segisor S.A. e Wilkes Participações S.A., o saldo de tais investimentos realizados nessas subsidiárias foi classificado no ativo não circulante detido para negociação em 30 de setembro de 2019.

Apresentação à Superintendência Financeira Colombiana da OPA da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD sobre as ações da Companhia.

Em 19 de outubro de 2019, a Sendas Distribuidora S.A., subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, publicou na Colômbia o primeiro edital de oferta pública de aquisição de ações da Controladora.

Após a publicação de tal edital, após a autorização concedida em 17 de outubro de 2019 pela Superintendência Financeira Colombiana, e conforme previsto nas seções 6.2.1 e 6.2.2 do contrato de compra e venda de ações celebrado com o Casino Guichard-Perrachon S.A. em 12 de setembro de 2019, relativo à compra da participação indireta e do controle da controlada Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S. A., o acordo de acionistas francês, o acordo de acionistas com a Wilkes e o acordo de acionistas com a CBD terminaram automaticamente sem mais formalidades, com a consequência de que a partir de 17 de outubro de 2019 a Companhia entregou o controle indireto que detinha sobre a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.

#### Venda da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

Em 27 de novembro de 2019, a Controladora vendeu sua participação indireta nas subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. Os efeitos de tal operação são divulgados na Nota 48.2.

#### Aceitação da oferta pública de aquisição.

Em 27 de novembro de 2019, com base nos resultados da oferta pública de aquisição de 24 de julho de 2019, a Sendas Distribuidora S.A., subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, tornou-se a entidade controladora da Controladora com uma participação de 96,57% em seu capital social.

Como consequência de tal mudança de controle, e com base na regulamentação comercial colombiana, a Controladora caiu em razão da dissolução, uma vez que mais de 95% de seu capital social pertence a um único acionista. A Controladora tem um prazo de 18 meses para superar esta situação, a partir da data em que foi criada.

#### Investigação na Via Varejo S.A.

Em 15 de junho de 2019, a Controladora, através de sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*), vendeu a participação de 6,778% que detinha na subsidiária Via Varejo S.A. Os lucros acumulados desta empresa foram apresentados na demonstração consolidada do resultado sob o resultado líquido das operações descontinuadas, como um item separado do resultado consolidado da Controladora e suas subsidiárias, e os ativos e passivos foram apresentados na demonstração consolidada da posição financeira como parte dos ativos não circulantes detidos para negociação e passivos não circulantes detidos para negociação, como itens separados de outros ativos e passivos consolidados da Controladora e suas subsidiárias, conforme requerido pelo IFR5.

Em um fato relevante publicado em 13 de novembro de 2019, a Via Varejo S.A. informou que havia recebido uma reclamação anônima referente a supostas irregularidades contábeis. A administração da empresa estabeleceu imediatamente um Comitê de Investigação para conduzir uma investigação independente e detalhada sobre as alegações. Este comitê tem tomado as medidas necessárias em relação à diligente condução da investigação, tendo definido um plano de ação em duas fases. Devido ao trabalho na primeira fase, as alegações de irregularidades contábeis contidas nas reclamações não foram confirmadas e na segunda fase da investigação, que estava em andamento naquela época, nada no âmbito chamou a atenção da administração que pudesse alterar o resultado da primeira fase. Considerando que até o momento não houve confirmação do que está afirmado nas alegações anônimas, a empresa concluiu preliminarmente que não há efeitos materiais sobre as informações financeiras, sob o escopo da investigação. Assim que a segunda fase da investigação for concluída, o Comitê de Investigação deverá apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração da Via Varejo S.A. e quaisquer medidas adicionais aplicáveis serão avaliadas.

Em 12 de dezembro de 2019, a Via Varejo S.A. publicou um fato relevante e comunicou que, durante a segunda fase da investigação independente realizada em resposta a reclamações anônimas relativas a supostas irregularidades contábeis, o Comitê de Investigações informou à administração a descoberta de indícios de fraude e deficiências nos controles internos que poderiam resultar em erros nas demonstrações contábeis dos períodos em que a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) era a entidade controladora e a Controladora era a entidade controladora indireta da Via Varejo S.A.

Em 12 de dezembro de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) informou ao mercado que (a) quando era a entidade controladora da Via Varejo S.A. (b) as demonstrações contábeis daquela empresa eram aprovadas, sem qualificação, por todos os órgãos de controle, fiscalização e aprovação, incluindo o Comitê Financeiro, o Comitê de Auditoria, o Conselho Fiscal Permanente e o Conselho de Administração; estes órgãos de controle sempre tiveram uma representação significativa de pessoas eleitas pelos atuais acionistas da Via Varejo S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração da Controladora e a administração da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) não foram informadas pela administração da Via Varejo S.A. sobre a existência de supostas irregularidades em suas demonstrações contábeis. Consequentemente, a administração da Controladora e a administração da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) são de opinião que as demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019 apresentam justamente sua posição financeira e o resultado de suas operações.

Com base no relatório referente à segunda fase da investigação independente, o Comitê de Investigação definiu uma terceira fase da investigação para continuar avaliando o efeito dos possíveis ajustes nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, o processo para identificar o efeito de possíveis ajustes contábeis ainda não foi concluído.

(\*) A partir de 27 de novembro de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Controladora.

#### **Nota 51. Eventos posteriores ao período de relatório**

Não ocorreram eventos posteriores à data do período do relatório que impliquem em mudanças significativas na posição financeira e nas operações da Controladora e de suas subsidiárias.

## Relatório de Auditoria

Para a Assembleia de Acionistas de:  
Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias

### Parecer

Auditei as demonstrações contábeis consolidadas da Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa para o ano então findo, e o resumo das políticas contábeis significativas e outras notas explicativas.

Em minha opinião, as demonstrações contábeis consolidadas em anexo apresentam com propriedade, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2020, os resultados consolidados de suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o ano então encerrado de acordo com as Normas de Contabilidade e Informações Financeiras aceitas na Colômbia.

### Fundamento do parecer

Realizei minha auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia. Minhas responsabilidades no cumprimento dessas normas estão descritas na seção Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas deste relatório. Sou independente do Grupo, de acordo com o Manual do Código de Ética para Profissionais de Contabilidade, juntamente com os requisitos éticos relevantes à minha auditoria das demonstrações contábeis na Colômbia, e tenho cumprido com minhas outras responsabilidades éticas aplicáveis. Acredito que as provas de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para minha opinião.

### Parágrafo de Ênfase

Conforme indicado na Nota 50 das demonstrações contábeis consolidadas anexas, em 31 de dezembro de 2020, a acionista Companhia Brasileira de Distribuição - CBD detém 96,57% das ações da Almacenes Éxito, o que, de acordo com o artigo 457 parágrafo 3 do Código de Comércio, constitui motivo de dissolução. A Administração tem 18 meses para remediar esta situação, conforme descrito na mesma nota. Minha opinião não foi modificada por este assunto. As demonstrações contábeis consolidadas em anexo foram preparadas sob a premissa de continuidade e, portanto, não incluem ajustes e/ou reclassificações que possam ser necessários se esta situação não for resolvida em favor das operações da Empresa.

### Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, no meu julgamento profissional, foram de maior importância em minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas em anexo. Estes assuntos foram tratados no contexto de minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas tomadas como um todo, e na formação da opinião relacionada, mas não com o propósito de fornecer uma opinião separada sobre estes assuntos. Com base no acima exposto, expus abaixo a forma como cada assunto-chave foi tratado durante minha auditoria.

Cumpri as responsabilidades descritas nas Responsabilidades do Auditor na seção Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas do meu relatório, inclusive em relação a estes assuntos. Assim, minha auditoria incluiu a realização de procedimentos destinados a responder aos riscos avaliados de declarações errôneas materiais nas demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados dos meus procedimentos de auditoria, incluindo os procedimentos realizados para tratar dos assuntos abaixo mencionados, formam a base do meu parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas anexas.

## Principais assuntos de auditoria

## Resposta da auditoria

### ***Avaliação de descontos em negociações com fornecedores***

Durante o ano de 2020, a empresa recebeu descontos de seus fornecedores, no valor de \$1.537.420 milhões, que representaram 10% da receita operacional total da empresa.

Uma alta porcentagem dos descontos tem condições comerciais específicas com cada fornecedor e em diferentes épocas do ano, o que pode impactar o momento de seu reconhecimento, a base, a natureza do desconto e sua classificação na demonstração de resultados e no inventário.

Devido ao impacto material no lucro líquido do exercício, o volume de contratos e fornecedores envolvidos, considerei a determinação de descontos de fornecedores como uma questão chave de auditoria.

### ***Ativos fiscais diferidos e créditos fiscais***

Conforme divulgado na Nota 26, a Controladora tem ativos de crédito fiscal de \$81.627 milhões e ativos fiscais diferidos de \$234.712 milhões que serão compensados nos anos seguintes e até o ano de 2025.

Considero o reconhecimento de ativos fiscais como uma questão chave de auditoria porque envolve um alto nível de julgamento da administração na avaliação da quantificação, probabilidade e adequação de lucros tributáveis futuros contra os quais esses ativos fiscais podem ser compensados no futuro, bem como os argumentos legais em relação a possíveis discussões com as autoridades fiscais.

Em resposta a esta questão, eu realizei os seguintes procedimentos baseados em amostras:

- Comparei o desconto registrado com o suporte fornecido pela Empresa, (negociação com clientes, aprovações, valor acordado).
- Validei as transações durante e no final do ano para identificar transações não usuais ou ajustes.
- Confirmei saldos de terceiros sobre contas a receber e comparei a resposta com os registros contábeis ou realizei procedimentos alternativos onde não foi obtida confirmação.
- Validei a cobrança de créditos especiais de negociação.
- Realizei procedimentos analíticos

Realizei, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Procedimentos de auditoria sobre a classificação das diferenças temporárias e permanentes e as taxas aplicáveis de acordo com os regulamentos atuais e o movimento do ano com efeito nos resultados.
- Obtive e avaliei, com a participação de um especialista em impostos, a documentação dos argumentos jurídicos da Administração e seus assessores fiscais sobre a adequação e a temporalidade no uso dos créditos fiscais.
- Avaliei a razoabilidade dos critérios e as principais suposições consideradas pela Controladora ao estimar os lucros tributáveis futuros necessários para a compensação dos ativos fiscais.

### **Responsabilidades da Administração e dos responsáveis pela governança da Controladora em relação às demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e correta apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Informações Financeiras aceitas na Colômbia (NCIF): pela concepção, implementação e manutenção de controles internos relevantes para a elaboração e correta apresentação das demonstrações contábeis consolidadas que estão livres de erros materiais, seja devido a fraude ou erro; pela seleção e aplicação de políticas contábeis apropriadas; e por fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo de continuar como uma empresa em funcionamento, divulgando, conforme apropriado, assuntos relacionados a ela e utilizando a base da contabilidade da empresa em funcionamento, a menos que a Administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar as operações, ou não tenha outra alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governança da controladora são responsáveis pela supervisão do processo de relatórios financeiros do Grupo.

### **Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Meu objetivo é obter uma garantia razoável sobre se as demonstrações contábeis consolidadas tomadas como um todo estão livres de erros materiais, seja por fraude ou erro, e emitir um relatório que inclua minha opinião. A garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia sempre detectará um erro material quando ele existir. Declarações errôneas podem surgir de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, for razoável esperar que possam influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia, sou obrigado a exercer julgamento profissional e manter o ceticismo profissional durante toda a auditoria, além disso:

- Identificar e avaliar os riscos de declaração incorreta material das demonstrações contábeis consolidadas, seja devido a fraude ou erro, projetar e executar procedimentos de auditoria sensíveis a esses riscos, e obter provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para minha opinião. O risco de não detectar um erro material devido a fraude é maior do que para um resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou controle interno excessivo.
- Obter um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de projetar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias.
- Avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações relacionadas feitas pela administração.
- Concluir sobre a adequação do uso pela gerência da base de continuidade da contabilidade e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo de continuar como uma empresa em continuidade.
- Se eu concluir que existe uma incerteza material, sou obrigado a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações contábeis consolidadas ou, se tais divulgações forem inadequadas, a modificar minha opinião. As conclusões do auditor são baseadas em provas de auditoria obtidas até a data do meu relatório, entretanto, eventos ou condições subsequentes podem fazer com que uma entidade deixe de ser capaz de continuar como uma empresa em funcionamento.
- Avaliar a apresentação geral, estrutura, conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.
- Obter suficientes evidências de auditoria apropriadas em relação às informações financeiras das entidades ou atividades comerciais que fazem parte do Grupo para expressar minha opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Sou responsável pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela minha opinião de auditoria.



Comuniquei aos responsáveis pela governança da Controladora, entre outros assuntos, o escopo planejado e o cronograma da auditoria, os resultados significativos da auditoria e quaisquer deficiências significativas no controle interno identificadas durante o curso da auditoria.

Também forneci aos responsáveis pela governança da Controladora uma declaração de que cumpro com os requisitos éticos aplicáveis em relação à independência e comuniquei com eles sobre todos os relacionamentos e outros assuntos que poderiam razoavelmente afetar minha independência e, quando apropriado, as salvaguardas relacionadas.

Entre os assuntos que têm sido objeto de comunicação com os responsáveis pela governança da Controladora, identifiquei os assuntos que têm sido mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do período atual e que são, portanto, assuntos chave de auditoria.

Descrevi esses assuntos em meu relatório de auditoria, a menos que disposições legais ou regulamentares proíbam a divulgação pública do assunto ou, em circunstâncias extremamente raras, seja determinado que um assunto não deve ser comunicado em meu relatório porque as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de fazê-lo.

#### **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis consolidadas sob as normas de contabilidade e informações financeiras aceitas na Colômbia da Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias em 31 de dezembro de 2019, que fazem parte das informações comparativas nas demonstrações contábeis anexas, foram auditadas por mim de acordo com as normas internacionais de auditoria aceitas na Colômbia, sobre as quais expressei um parecer sem ressalvas em 19 de fevereiro de 2020.

Ángela Jaimes Delgado  
Auditora e Sócia  
Carteira Profissional 62183-T  
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530

Medellín, Colômbia  
22 de fevereiro de 2021